

**RENOVA ENERGIA S.A. - EM RECUPERAÇÃO  
JUDICIAL**

**Relatório do auditor independente**

**Demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2020**

## **RENOVA ENERGIA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

**Demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2020**

### **Conteúdo**

**Relatório da Administração**

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

**Balancos patrimoniais individuais e consolidados**

**Demonstrações dos resultados individuais e consolidadas**

**Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidadas**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas**

**Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas - método indireto**

**Demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas - informação complementar**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**



# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020

São Paulo, 31 de março 2021

## PRINCIPAIS RESULTADOS DE 2020



RECEITA FINANCEIRA  
LÍQUIDA (ROL)

**R\$ 70,4 MM**



LUCRO LÍQUIDO

**R\$ 22,4 MM**



EBITDA E EBITDA AJUSTADO

**EBITDA  
46,2  
MM**

**EBITDA  
Ajustado  
49,9  
MM**



DADOS DE MERCADO EM 31/12/2020

RNEW11 = R\$14,00/Unit

VALOR DE MERCADO

RNEW11 = R\$ 194,7 milhões



SUMÁRIO

Mensagem da Administração.....	02
Plano de Recuperação Judicial.....	04
Demonstração de Resultados.....	08
Desempenho RNEW11 na BM&FBOVESPA..	09
Lucro (prejuízo) por ação.....	09
Estrutura Acionária.....	10
Glossário.....	11



CONTATO

[ri@renovaenergia.com.br](mailto:ri@renovaenergia.com.br)

+55 (11) 3509-1100

TELECONFERÊNCIA DE RESULTADOS 2020

06 DE ABRIL DE 2021

16h00 (BRT) e 15h00 (EDT)

Slides da apresentação e áudio estarão  
disponíveis em:

<http://ri.renovaenergia.com.br>

## 1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Conforme informado ao mercado, no dia 16 de outubro de 2019, para reestabelecer seu equilíbrio econômico-financeiro e honrar os compromissos assumidos com seus diversos stakeholders, a Companhia e determinadas controladas protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, o qual foi deferido na mesma data.

Durante o ano de 2020 os administradores e os colaboradores, junto com seus assessores, trabalharam para que um plano de recuperação judicial fosse apresentado e aprovado o mais rápido possível. No dia 18 de dezembro de 2020, a Companhia e determinadas controladas protocolaram dois novos planos de recuperação judicial, sendo um para as Sociedades Consolidadas e outro para as Sociedades do Projeto Alto Sertão III Fase A, os quais foram aprovados em Assembleia Geral de Credores realizada nessa mesma data.

Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação Judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021.

Seguindo as diretrizes do Plano de Recuperação Judicial, no dia 02 de março de 2021 a Companhia informou ao mercado que assinou o Contrato de Compra e Venda de Ações da Unidade Produtiva Isolada (UPI) do Complexo Alto Sertão III – Fase B, nos termos previstos no Edital, publicado em 27 de janeiro de 2021. A venda aconteceu através de um Leilão por Proposta Fechada, onde a vencedora do processo competitivo foi a Ventos Altos Energias Renováveis Ltda., subsidiária do PSS Principal Fundo de Investimento em Participações Multiestratégica, gerido pela Prisma Capital Ltda.

Também, conforme previsto no plano, foi recebido o valor de aproximadamente R\$ 362,5 milhões provenientes do empréstimo na modalidade *Debtor in Possession* (DIP) contratado pela sua subsidiária Chipley SP Participações S.A. - em Recuperação Judicial e coobrigações da Companhia e da Renova Participações S.A. - em Recuperação Judicial, por meio de uma Cédula de Crédito Bancário estruturada pela Quadra Gestão de Recursos S.A. e emitida em favor da QI Sociedade de Crédito Ltda., conforme previsto e autorizado no âmbito do Processo de Recuperação Judicial. Os recursos obtidos com a Transação permitirão a retomada das obras para conclusão e entrada em operação comercial do Complexo Eólico Alto Sertão III Fase A.

Outra diretriz do Plano de Recuperação Judicial que foi noticiada é o primeiro Processo de Aumento de Capital e Conversão, aprovado no dia primeiro de março com o valor de até R\$ 1,4 bilhões, sendo admitida a homologação parcial, caso o valor subscrito seja igual ou superior a R\$ 332,4 milhões que corresponde ao valor dos créditos a serem capitalizados nos termos dos Planos.

O sucesso das transações, bem como a finalização das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III Fase A são pilares estratégicos e fundamentais para o saudável soerguimento da Companhia, além de marcos relevantes do compromisso dos administradores com o plano de reestruturação do Grupo Renova.

Além da dedicação para restabelecer o equilíbrio financeiro da Renova, durante o ano de 2020 também foram adotadas medidas de fortalecimento do Programa de Compliance da Companhia, principalmente após a criação da Diretoria de Governança, Riscos e Conformidade.

Desde março de 2020 a Diretoria de Governança, Riscos e Conformidade em sinergia com as demais diretorias vem implementando uma série de iniciativas voltadas ao aprimoramento dos seguintes pilares do Programa de Compliance:



De maneira a assegurar a efetividade dos pilares do Programa de Compliance da Renova Energia destacamos abaixo os principais indicadores (KPI's) de Compliance de 2020:

- Termo de Compromisso assinado por 100% dos colaboradores e membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, sobre a Política Corporativa Anticorrupção e Novo Código de Ética e Conduta da Renova Energia;
- Auditoria de mais de 6000 contratos de arrendamento da Renova Energia para mapeamento de riscos e planos de ação de fortalecimento dos controles internos;
- Implementação da homologação reputacional de fornecedores, permitindo o monitoramento de mais de 5000 fornecedores por meio de consulta em listas restritivas do CEPIM, CNEP, CEIS, Trabalho Escravo, Beneficiários de Auxílio Emergencial e Termo de Embargo do Ibama;
- Implementação de Matriz de Risco na homologação de fornecedores permitindo a análise aprofundada de mais de 90 fornecedores e seus respectivos sócios, implicando na recomendação para não contratação caso identificados sinais de alertas;
- Adoção de medidas judiciais apropriadas no intuito de preservação de direitos da Renova Energia após a conclusão da investigação independente finalizada em fevereiro de 2020;
- Aprimoramento contínuo dos controles internos da Companhia;

Tais medidas complementam as atitudes e comprometimento da Alta Administração com o fortalecimento do Programa de Compliance da Renova Energia, sendo importante destacar que a Diretoria de Governança Riscos e Conformidade tem reportado periodicamente ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal a evolução dos indicadores de evolução do referido Programa.

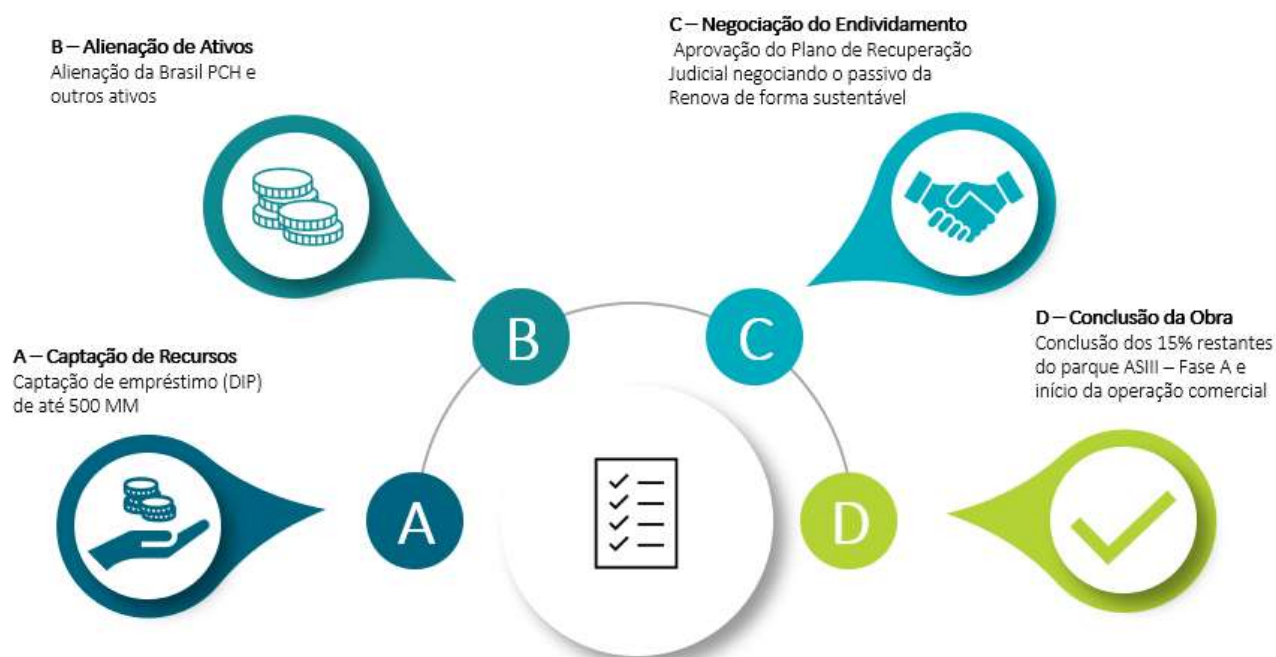
Adicionalmente, a Diretoria de Governança, Riscos e Conformidade também mantém o reporte das principais iniciativas de aprimoramento dos controles e ações implementadas até o momento aos auditores internos e externos, contribuindo assim para o devido monitoramento da evolução e efetividade do Programa de Compliance da Renova Energia.

A Companhia informa ainda que continuará à disposição para colaborar com as investigações conduzidas pelas autoridades competentes e avaliará, com base nos resultados apurados, a conveniência e a oportunidade de recorrer aos mecanismos legais que forem adequados à conclusão definitiva dessas investigações.

## 2. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Conforme mencionado anteriormente, em 18 de dezembro de 2020, a Companhia e determinadas controladas protocolaram novos planos de recuperação judicial, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES e um segundo plano contemplando a Companhia e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova, os quais foram aprovados em Assembleia Geral de Credores realizada nessa mesma data. Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021.

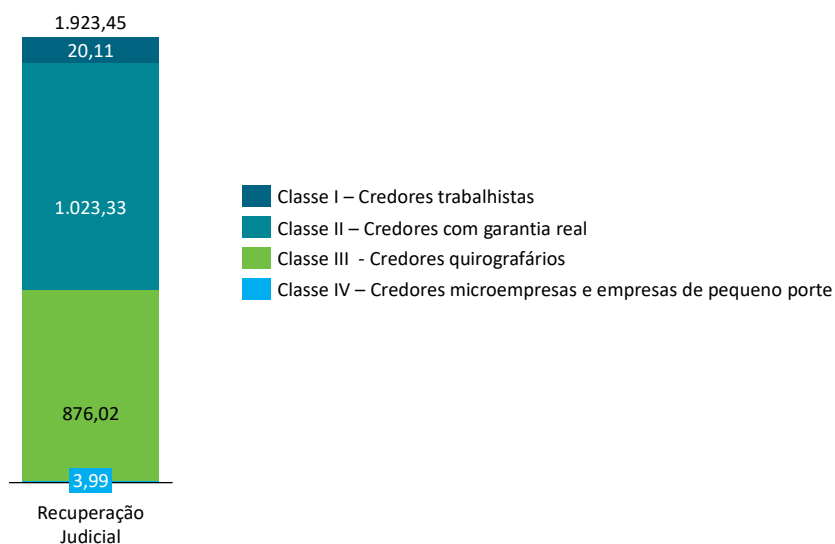
### 2.1. Recuperação financeira



### 2.2. Passivos Grupo Renova

Os passivos do Grupo Renova negociados no âmbito da recuperação judicial foram segregados em quatro classes conforme apresentado a seguir:





## 2.3. Pagamento dos Credores

### Classe I – Trabalhistas

Pagamento de até R\$ 10 mil em até 60 dias, contados da data de publicação da decisão da homologação do PRJ.

Saldo após o pagamento inicial:

- Opção A: 100% em parcela única em até 12 meses da homologação com juros de TR+0,5% a.a.;
- Opção B: 100% com 6 meses de carência e amortização em 18 meses com juros de 120% CDI, contados a partir da homologação.

### Classe II – Garantia Real

Carência:

- Carência de pagamento de juros e principal de 24 meses, com juros capitalizados no período a partir da data do pedido de recuperação judicial;
- Pagamento de valor total de R\$ 100 mil para todos os Credores Classe II, divididos pro-rata conforme seus créditos, a cada 6 meses durante o período de carência de juros, iniciando-se o primeiro pagamento 6 meses após a publicação da decisão de homologação do plano.

Juros de CDI, pagos em parcelas mensais a partir da data do término da carência de juros.

Amortização 18 parcelas semestrais após a carência de principal, de acordo com a escala abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,5%	2,5%
Ano 4	2,5%	2,5%
Ano 5	2,5%	2,5%
Ano 6	2,5%	2,5%
Ano 7	2,5%	2,5%
Ano 8	5,0%	5,0%
Ano 9	5,0%	5,0%
Ano 10	5,0%	16,0%
Ano 11	16,0%	18,0%

Na hipótese de venda da UPI Diamantina e caso os recursos obtidos não sejam suficientes para a quitação integral dos Créditos com Garantia Real, o saldo será pago em parcela única na data da última parcela prevista no fluxo de pagamentos acima

### Classe III – Quirografários

R\$ 2 mil reais para cada credor, sendo 50% em 90 dias e 50% em 180 dias a contar da data de publicação da decisão de homologação.

Saldo:

- Carência de pagamento de juros e principal de 24 meses, com juros capitalizados no período a partir da data do pedido de recuperação judicial;
- Pagamentos semestrais durante o período de carência de juros no valor total de R\$ 100 mil a serem divididos pro-rata entre todos os Credores Classe III, conforme seus créditos, iniciando-se o primeiro pagamento 6 meses após a homologação do plano;
- Juros de TR + 0,5% a.a., pagos em parcelas trimestrais, a partir da data do término da carência de juros;
- Amortização 24 parcelas semestrais após a carência de principal, de acordo com a escala abaixo.

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,5%	2,5%
Ano 4	2,5%	2,5%
Ano 5	2,5%	2,5%
Ano 6	2,5%	2,5%
Ano 7	2,5%	2,5%
Ano 8	2,5%	2,5%
Ano 9	2,5%	5,0%
Ano 10	5,0%	5,0%
Ano 11	5,0%	5,0%
Ano 12	5,0%	5,0%
Ano 13	5,0%	5,0%
Ano 14	10,0%	12,5%

Na hipótese de venda da UPI Diamantina e caso os Créditos com Garantia Real tenham ainda um saldo de R\$ 150 milhões, 50% do saldo dos créditos ASIII Fase A Quirografários será pago em parcela única na data da última parcela prevista no fluxo de pagamentos acima.



## Classe IV – Micro e Pequenas Empresas

Pagamento de até R\$ 20 mil por credor em até 90 dias, contados da data de publicação da decisão de homologação do PRJ.

Juros de CDI, contados da data de homologação, pagos na liquidação.

Saldo após o pagamento inicial:

- Amortizado em até 12 meses a partir da homologação do PRJ.

### 2.4. Conversão de Créditos

Todos os Credores Concursais e Credores Extraconcursais poderão converter, a seu exclusivo critério, parte ou a integralidade de seus Créditos, que tenham fato gerador anterior à Data do Pedido, em capital social da Companhia, nas seguintes condições:

- Opção a ser realizada em até 24 meses conforme tabela abaixo:

	De*	Para*
1ª Janela do Pedido de Conversão	D+0	D+30
1º Processo de Aumento de Capital e Conversão	D+31	D+120
2ª Janela do Pedido de Conversão	D+121	D+150
2º Processo de Aumento de Capital e Conversão	D+151	D+270
3ª Janela do Pedido de Conversão	D+271	D+300
3º Processo de Aumento de Capital e Conversão	D+300	D+390
4ª Janela do Pedido de Conversão	D+391	D+420
4º Processo de Aumento de Capital e Conversão	D+421	D+510
5ª Janela do Pedido de Conversão	D+511	D+540
5º Processo de Aumento de Capital e Conversão	D+541	D+630
6ª Janela do Pedido de Conversão	D+631	D+660
6º Processo de Aumento de Capital e Conver	D+661	D+740
*D=Data de Homologação		

- A primeira conversão será realizada em até 120 dias contados da data de homologação;
- As conversões poderão ocorrer em ações ordinárias ou preferenciais.
- As conversões subsequentes não poderão se realizar em intervalos inferiores a 90 dias, e o valor mínimo agregado dos créditos a serem convertidos não poderão ser inferiores a R\$ 15 milhões;
- O preço de conversão para a capitalização de créditos será equivalente ao preço médio ponderado por volume das ações da Companhia na B3 verificado nos 30 pregões anteriores à data do pedido.

A íntegra do Plano de Recuperação Judicial aprovado, a ata da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com o Plano de recuperação judicial propriamente dito.

### 3. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Renova Energia S.A.			
(Valores em R\$ mil)	2020	2019	Varição
Receita operacional bruta	74.300	105.457	-29,5%
(-) Impostos - Pis, Cofins e ICMS	(3.803)	(7.267)	-47,7%
<b>Receita operacional líquida (ROL)</b>	<b>70.497</b>	<b>98.190</b>	<b>-28,2%</b>
Custos não gerenciáveis	(889)	(785)	13,2%
Custos gerenciáveis	(39.094)	(56.203)	-30,4%
Depreciação	(6.789)	(9.369)	-27,5%
<b>Lucro bruto</b>	<b>23.725</b>	<b>31.833</b>	<b>-25,5%</b>
Despesas administrativas	(112.213)	(394.077)	-71,5%
Depreciação administrativa	(5.925)	(6.798)	-12,8%
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	(3.646)	(259.403)	-98,6%
Receitas/Despesas Financeiras	26.577	(444.335)	n.a
Resultado de equivalência patrimonial	131.590	102.152	28,8%
Amortização da mais valia	(36.303)	(36.303)	n.a
IR e CS	(1.371)	(7.127)	-80,8%
<b>Prejuízo Líquido</b>	<b>22.434</b>	<b>(1.014.058)</b>	<b>n.a</b>

A Companhia apresentou um lucro líquido de R\$ 245,3 milhões no 4T20 em comparação com o prejuízo de R\$ 235,7 milhões do 4T19 devido principalmente ao: (i) resultado positivo de equivalência patrimonial e (ii) resultado financeiro positivo decorrente da reversão das despesas financeiras provisionadas conforme norma contábil entre o deferimento do pedido e a aprovação do plano de recuperação judicial.

#### 4. DESEMPENHO DA RNEW11 NA BM&FBOVESPA

Segue o desempenho relativo aos últimos 12 meses da RNEW11 em comparação com o Índice Bovespa e Índice de Energia Elétrica.



Com as ferramentas do website da Companhia e do relacionamento constante com acionistas e potenciais investidores em eventos públicos e eventos organizados por bancos de investimento, a área de Relação com Investidores da Renova busca atuar de maneira transparente junto ao mercado, atualizando seus investidores do seu posicionamento, seus projetos em desenvolvimento e perspectivas.

As informações e publicações da Companhia podem ser acessadas no website da Companhia ([www.renovaenergia.com.br](http://www.renovaenergia.com.br)), no qual também ganham destaque as principais notícias do setor que possam impactar o plano de negócios da Companhia.

#### 5. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O prejuízo básico por ação é calculado por meio da divisão do prejuízo do período atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

O prejuízo diluído por ação é calculado por meio da divisão do prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado.

De acordo com o estatuto social da Companhia as ações preferenciais possuem participação nos lucros distribuídos em igualdade com as ações ordinárias.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos prejuízos básico e diluído por ação para cada um dos períodos apresentados na demonstração de resultados:

Renova Energia S.A.		
	2020	2019
<b>Lucro (Prejuízo) líquido</b>	<b>22.434</b>	<b>(1.014.058)</b>
<b>Prejuízo básico e diluído por ação:</b>		
Média ponderada das ações ordinárias e preferenciais disponíveis (em milhares)	41.720	41.720
<b>Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)</b>	<b>0,54</b>	<b>(24,31)</b>

## 6. ESTRUTURA ACIONÁRIA

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Renova estava dividido da seguinte maneira:

RENOVA ENERGIA	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	
<b>Bloco de Controle</b>	<b>26.328.648</b>	<b>83,9762%</b>	<b>1</b>	<b>0,0000%</b>	<b>26.328.649</b>	<b>63,1084%</b>
RICARDO LOPES DELNERI	1.642.183	5,2378%	-	0,0000%	1.642.183	3,9362%
RENATO DO AMARAL FIGUEIREDO	884.252	2,8204%	-	0,0000%	884.252	2,1195%
CG II FUNDO DE INVESTIMENTO	8.686.842	27,7070%	-	0,0000%	8.686.842	20,8219%
Cemig GT	15.115.371	48,2110%	1	0,0000%	15.115.372	36,2308%
<b>Outros Acionistas</b>	<b>5.023.870</b>	<b>16,0238%</b>	<b>10.367.205</b>	<b>100,0000%</b>	<b>15.391.075</b>	<b>36,8916%</b>
CG II FUNDO DE INVESTIMENTO	27.359	0,0873%	406.795	3,9239%	434.154	1,0406%
RICARDO LOPES DELNERI	170	0,0005%	317	0,0031%	487	0,0012%
RENATO DO AMARAL FIGUEIREDO <sup>1</sup>	36.162	0,1153%	-	0,0000%	36.162	0,0867%
RENATO DO AMARAL FIGUEIREDO	216.178	0,6895%	504.650	4,8678%	720.828	1,7278%
BNDESPAR	696.683	2,2221%	1.393.366	13,4401%	2.090.049	5,0097%
SPECTRA VOLPI F DE INVEST EM PART. MULTISTRATEGIA	1.712.178	5,4611%	3.424.354	33,0306%	5.136.532	12,3120%
Outros	2.335.140	7,4480%	4.637.723	44,7346%	6.972.863	16,7136%
<b>Total</b>	<b>31.352.518</b>	<b>100,0000%</b>	<b>10.367.206</b>	<b>100,0000%</b>	<b>41.719.724</b>	<b>100,0000%</b>

<sup>1</sup> Ações bloqueadas pelo acordo de acionistas junto ao BNDESPAR

## 7. GLOSSÁRIO

**Alto Sertão III (“AS III”)** - 44 parques eólicos da Renova em fase de implantação, localizados no interior da Bahia, que comercializaram energia no LER 2013 e no mercado livre e que possuem capacidade instalada de 736,8 MW

**Alto Sertão III Fase A** – 24 parques eólicos da Renova, localizados no interior da Bahia, que comercializaram energia no LER 2013 e no mercado livre e que possuem capacidade instalada de 411,0 MW.

**ANEEL** - Agência Nacional de Energia Elétrica

**ESPRA** – Energética Serra da Prata S.A., controlada indireta da Renova e composta pelas 3 PCHs da Companhia

**LER** - Leilão de Energia de Reserva

**Mercado Livre** - Ambiente de contratação de energia elétrica onde os preços praticados são negociados livremente entre o consumidor e o agente de geração ou de comercialização

**Mercado Regulado** - Ambiente de contratação de energia elétrica onde as tarifas praticadas são reguladas pela ANEEL

**PCHs** - Pequenas Centrais Hidrelétricas

**PPR** – Programa de Participação de Resultados

---

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 381/03, divulgamos que no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 os auditores independentes, BDO RCS Auditores Independentes (“BDO”) que prestam serviço para a Companhia e suas controladas, não realizaram quaisquer serviços não vinculados à auditoria externa que representassem mais de 5% dos honorários contratados anualmente.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**Renova Energia S.A. - em recuperação judicial**  
São Paulo - SP

### Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Renova Energia S.A. - em recuperação judicial ("Companhia")**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Renova Energia S.A. - em recuperação judicial** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfases

#### Plano de Recuperação Judicial (PRJ)

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.3, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a **Renova Energia S.A. - em recuperação judicial** e determinadas controladas protocolaram, em 16 de outubro de 2019, Pedido de Recuperação Judicial, tendo ele sido deferido pelo Juízo da Recuperação Judicial da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, nessa mesma data. Adicionalmente, em 18 de dezembro de 2020, a **Renova Energia S.A. - em recuperação judicial** e determinadas controladas protocolaram os novos planos de recuperação judicial, os quais foram aprovados Assembleia Geral de Credores e homologados pelo Juízo da Recuperação Judicial nessa mesma data, com decisão publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, bem como no seu melhor entendimento, a Administração reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial, na data da homologação do plano. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

### **Investigações conduzidas pelas Polícia Civil de Minas Gerais, “Operação Descarte” e “E o Vento Levou”**

Conforme mencionado na Nota Explicativa N° 19.1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, atualmente encontram-se em andamento investigações conduzidas por autoridades públicas sobre determinados gastos e suas destinações, conforme os fatos tornados públicos relativos à investigação conduzida pela Polícia Civil de Minas Gerais (Investigação Mineira) que depois foi expandida para abranger os fatos tornados públicos relativos a outras investigações, inclusive aqueles relacionados à Operação “Descarte” e a Operação “E o Vento Levou”.

A Administração da Companhia contratou uma empresa independente especializada com suporte de escritório de advocacia externo para avaliação das alegações e fatos tornados públicos relativos à essas investigações e constituiu um Comitê de Monitoramento para acompanhar estes procedimentos. Em fevereiro de 2020, a empresa independente especializada, concluiu a investigação e emitiu seu relatório que foi apresentado ao Comitê de Monitoramento e ao Conselho de Administração, que não identificou provas concretas de atos de corrupção ou desvios para campanhas políticas. Todavia, foram identificadas irregularidades na condução e efetivação de contratos, incluindo pagamentos sem evidência de contraprestação de serviços, pagamentos em desconformidade com as políticas internas da empresa e boas práticas de governança e falhas nos controles internos da Companhia. Para fortalecer e aprimorar sua estrutura de controles internos e evitar novas irregularidades, em março de 2020 foi criada a Diretoria de Governança, Riscos e Conformidade que tem como objetivo principal fortalecer o Programa de *Compliance* da Companhia. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

### **Reapresentação dos valores correspondentes**

Conforme mencionado na Nota Explicativa N° 2.6 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, as divulgações e valores correspondentes às demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e em 1º de janeiro de 2019 foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir os efeitos de alteração da prática contábil e no aprimoramento de divulgação em notas explicativas, com o objetivo de demonstrar comparabilidade e consistência das demonstrações contábeis da Companhia. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



#### **Avaliação de Impairment de ativo imobilizado**

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 12, em 31 de dezembro de 2020 a Companhia e suas controladas possuem registrado em seu ativo imobilizado o montante de R\$ 1.295.801 mil (consolidado). A maior parte dos bens e direitos envolvidos estão relacionados as suas operações com expectativa de rentabilidade futura, cujo valor recuperável deve ser avaliado anualmente, em caso de indícios de irrecuperabilidade, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 01(R1) /IAS36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Como resultado do teste anual de recuperabilidade desses ativos em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas observaram a existência de indicativos de desvalorização de certos ativos imobilizados, e consequentemente reconheceram uma perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$ 3.646 mil (nota 23). A Companhia e suas controladas realizam teste de *impairment*, baseado no valor em uso, o qual envolve alto grau de julgamento de estimativas por parte da Administração, considera o método do fluxo de caixa descontado, o qual possui diversas premissas, tais como: taxa de desconto, projeção de inflação e crescimento econômico que podem alterar significativamente a expectativa de realização dos referidos ativos, além do volume e preço de venda de energia, prazos de continuidade da operação e gastos para reparação e manutenção dos equipamentos, entre outros. Sendo assim, esse assunto foi considerado pela auditoria, como uma área de risco devido a relevância dos saldos dos ativos da Companhia e suas controladas, especialmente no que diz respeito aos ativos imobilizado, divulgados na nota 12.2 e que foram transferidos para ativos mantidos para venda e às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas e julgamentos por parte da Administração. Consideramos que esse assunto foi importante na nossa auditoria em função da incerteza da realização do saldo.

#### **Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas**

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 19, a Companhia e suas controladas são parte em diversos processos de natureza civil, fiscal e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. Com base na opinião de seus assessores jurídicos e no melhor entendimento da Administração, em 31 de dezembro de 2020, para os processos considerados de perda provável, foi constituída provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas no montante de R\$ 132.826 mil (consolidado). Adicionalmente, existem diversos processos de natureza civil e trabalhista, considerados como de perda possível pelos assessores jurídicos, no montante de R\$ 963.648 mil, para os quais nenhuma provisão para contingência foi constituída. Consideramos que esse assunto foi importante na nossa auditoria em função da relevância dos valores envolvidos nos processos, o alto grau de julgamento que envolve a classificação das chances de êxito de cada processo e a estimativa de valor, a determinação se uma provisão deve ser constituída e a probabilidade de desembolso financeiro.

#### **Resposta da auditoria ao assunto**

Nossos procedimentos de auditoria foram realizados com apoio de especialistas em finanças corporativas, e incluíram, entre outros:

- (i) A análise das projeções de resultados para os exercícios futuros;
- (ii) A avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas nas projeções de resultados;
- (iii) Verificação da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas para avaliarem o valor recuperável dos referidos bens do ativo imobilizado, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, apropriadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

#### **Resposta da auditoria ao assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- (i) Entendimentos sobre os controles internos que envolvem a identificação, a constituição de passivos e as divulgações das contingências em nota explicativa;
- (ii) Obtenção de confirmação externa diretamente com os assessores jurídicos responsáveis pelos processos;
- (iii) Discussão com a Administração acerca da classificação das chances de êxito de cada processo e a evolução dos principais processos judiciais em aberto;
- (iv) Verificação da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Com base na execução dos procedimentos acima mencionados, consideramos que as estimativas das provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas estão adequadas, assim como as divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

### **Impactos da homologação e reconhecimento dos efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial**

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.3, em 16 de outubro de 2019 a Companhia e determinadas controladas protocolaram pedido de Recuperação Judicial (“PRJ”), o qual foi deferido nessa mesma data. O plano inicial foi desmembrado em dois, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III - Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES e um segundo plano contemplando a Companhia e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova. Em 18 de dezembro de 2020, os planos foram aprovados pela Assembleia Geral de Credores e teve a decisão proferida e homologada, nesta mesma data, pelo do Juízo da Recuperação Judicial da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo. A publicação da homologação do Juízo da Recuperação Judicial, por conta do período do recesso forense do judiciário, ocorreu em 14 de janeiro de 2021. A Administração da Companhia entende que a decisão de homologação pelo Juízo da recuperação judicial em 18 de dezembro de 2020, torna os Planos de Recuperação Judicial válidos, e, portanto, produz seus efeitos legais de imediato, tais como a novação dos créditos, e consequentemente, suas obrigações tornam-se exigíveis.

Por ocasião do reconhecimento dos efeitos dos Planos, a Companhia contabilizou a extinção da dívida original, e de forma concomitante, reconheceu a nova dívida, mensurada ao valor justo, nos termos do CPC 48/IFRS 9. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020, sofreram alterações significativas na sua posição patrimonial e financeira, no desempenho individual e consolidado, de suas operações e nos seus fluxos de caixa, individuais e consolidados.

Considerando a relevância dos efeitos contábeis reconhecidos pela Companhia, quando da aprovação pela AGC e homologação pelo Juízo da recuperação judicial, sua complexidade e a existência de julgamento crítico em relação a mensuração da nova dívida, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

### **Resposta da auditoria ao assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- (i) Leitura e análise da documentação relacionada ao processo de recuperação judicial, incluindo a aprovação dos credores em Assembleia Geral, a decisão do Juízo concedendo a homologação do PRJ e subsequente sua publicação;
- (ii) Avaliação da existência de eventos subsequentes à homologação do PRJ, que poderia reverter o reconhecimento dos efeitos legais do PRJ homologado;
- (iii) Avaliação da representação dos assessores jurídicos da Companhia e do nosso jurídico interno, acerca da validade dos efeitos legais da aprovação e homologação do PRJ, cujos efeitos contábeis decorrentes do PRJ devem ser reconhecidos em 31 de dezembro de 2020;
- (iv) Revisão dos ajustes contábeis registrados em função da aprovação do Plano;
- (iv) Avaliação da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Com base nos procedimentos acima executados, julgamos serem razoáveis os saldos e as divulgações sobre esses assuntos nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

## **Outros assuntos**

### **Demonstrações do valor adicionado (DVA)**

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### **Valores correspondentes**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e em 1º de janeiro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram examinadas, por outros auditores independentes que emitiram, relatório de auditoria com abstenção de opinião em 16 de abril de 2020 e relatório de auditoria sem ressalvas, contendo seção de “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, em 27 de março de 2019, respectivamente. Como parte de nossos trabalhos sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, revisamos os ajustes descritos na Nota Explicativa Nº 2.6 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que foram efetuados para alterar as informações contábeis originalmente apresentadas. Assim, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que estes ajustes não foram adequadamente efetuados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e em 1º de janeiro de 2019, tomadas em conjunto. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e em 1º de janeiro de 2019. Portanto, não expressamos opinião, conclusão ou qualquer forma de asseguarção sobre essas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessarem suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, desta maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 30 de março de 2021.



# **Demonstrações financeiras consolidadas e individuais**

Em 31 de dezembro de 2020



## ÍNDICE

(Página)

Balancos patrimoniais .....	3
Demonstrações dos resultados.....	5
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	9
Demonstrações do valor adicionado.....	10

## NOTAS EXPLICATIVAS

1. Informações gerais.....	30
2. Principais políticas contábeis.....	38
3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas .....	47
4. Das autorizações vigentes.....	49
5. Comercialização de energia.....	51
6. Segmentos operacionais .....	51
7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras .....	53
8. Contas a receber de clientes.....	53
9. Tributos a recuperar .....	54
10. Cauções e depósitos vinculados .....	54
11. Investimentos.....	55
12. Imobilizado.....	62
13. Direito de uso – Arrendamentos.....	70
14. Fornecedores.....	71
15. Empréstimos, financiamentos e debêntures privadas .....	73
16. Tributos a recolher.....	79
17. Contas a pagar - CCEE/Eletróbras (consolidado) .....	80
18. Outras contas a pagar.....	81
19. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas.....	82
20. Provisão para contrato oneroso.....	85
21. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas.....	86
22. Receita líquida .....	87
23. Custos e despesas (receitas).....	87
24. Resultado financeiro .....	88
25. Imposto de renda e contribuição social .....	89
26. Transações com partes relacionadas.....	90
27. Instrumentos financeiros e gestão de riscos.....	97
28. Prejuízo por ação .....	103
29. Ativos classificados como mantidos para venda .....	104
30. Cobertura de Seguros.....	106
31. Transações não envolvendo caixa .....	106
32. Eventos subsequentes .....	107



## BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 1º de janeiro de 2019

Valores expressos em milhares de Reais

ATIVOS	Nota explicativa	Consolidado			Controladora		
		31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
			(reapresentado)	(reapresentado)		(reapresentado)	(reapresentado)
CIRCULANTES							
Caixa e equivalentes de caixa	7	29.374	4.782	14.929	10.070	81	69
Aplicações financeiras	7	18.777	1.277	13.778	-	-	-
Contas a receber de clientes	8	4.220	3.641	8.210	150	26	18
Tributos a recuperar	9	12.687	9.846	4.482	218	158	458
Partes relacionadas	26	-	-	-	25.879	14.352	1.217
Dividendos a receber	11.4	-	-	9.180	42.724	10.177	10.177
Adiantamentos a fornecedores		722	495	2.491	511	319	766
Despesas antecipadas		1.090	766	-	161	26	-
Outros créditos		595	381	869	259	10.287	366
		67.465	21.188	53.939	79.972	35.426	13.071
Ativos classificados como mantidos para venda	29	930.112	-	1.683.768	182.387	-	281.712
Total dos ativos circulantes		997.577	21.188	1.737.707	262.359	35.426	294.783
NÃO CIRCULANTES							
Aplicações financeiras	7	296	6.360	7.864	296	6.360	7.864
Cauções e depósitos vinculados	10	-	11.502	10.866	-	-	-
Tributos diferidos		-	934	1.773	-	-	-
Depósitos judiciais	19	3.198	11.132	20.818	2.385	8.925	20.818
Partes relacionadas	26	-	-	-	176.659	66.654	3
Outros créditos		60	5.665	6.214	60	60	60
Investimentos	11	-	552.526	580.280	1.038.857	1.071.618	1.118.207
Imobilizado	12	1.295.801	1.680.735	239.396	6.387	82.456	58.500
Total dos ativos não circulantes		1.299.355	2.268.854	867.211	1.224.644	1.236.073	1.205.452
TOTAL DOS ATIVOS		2.296.932	2.290.042	2.604.918	1.487.003	1.271.499	1.500.235

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 1º de janeiro de 2019

Valores expressos em milhares de Reais

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO	Nota explicativa	Consolidado			Controladora		
		31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
		(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
<b>CIRCULANTES</b>							
Fornecedores	14	45.492	345.579	48.531	9.485	46.165	44.673
Empréstimos e financiamentos	15	380.461	1.506.999	348.669	380.348	368.662	341.568
Tributos a recolher	16	11.064	21.868	5.373	5.179	7.722	3.658
Salários, encargos e férias a pagar		7.471	8.125	8.625	7.471	8.124	8.625
Contas a pagar - CCEE/Eletrobras	17	17.373	48.815	13.114	-	-	-
Arrendamentos a pagar	13	684	4.297	-	613	3.877	-
Outras contas a pagar	18	93.538	109.927	151.136	29.105	25.374	-
Partes relacionadas	26	43.131	848.138	283.472	43.131	848.138	-
Provisão para contrato oneroso	20	17.854	33.069	37.022	-	-	-
Provisão para custos socioambientais		-	1.014	1.014	-	-	-
		617.068	2.927.831	896.956	475.332	1.308.062	398.524
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	29	107.970	-	1.298.415	13.946	-	43.000
Total dos passivos circulantes		725.038	2.927.831	2.195.371	489.278	1.308.062	441.524
<b>NÃO CIRCULANTES</b>							
Fornecedores	14	301.826	-	-	44.067	-	-
Empréstimos e financiamentos	15	1.082.641	55.299	63.587	-	-	-
Debêntures privadas	15	-	-	-	51.137	-	-
Tributos a recolher	16	20.275	16.652	-	3.661	3.697	-
Contas a pagar - CCEE/Eletrobras	17	40.778	15.539	20.664	-	-	-
Arrendamentos a pagar	13	12.840	36.266	-	96	15.752	-
Partes relacionadas	26	984.641	172.684	337.548	1.327.839	439.103	527.981
Provisão para perda sobre investimentos	11	-	-	-	478.687	459.930	549.427
Provisão para contrato oneroso	20	481	-	-	-	-	-
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	19	132.826	195.175	81.259	132.177	175.383	81.259
Outras contas a pagar	18	103.223	1.024	6.445	67.698	-	-
Total dos passivos não circulantes		2.679.531	492.639	509.503	2.105.362	1.093.865	1.158.667
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO</b>	20						
Capital social		2.960.776	2.960.776	2.960.776	2.960.776	2.960.776	2.960.776
(-) Custos na emissão de ações		(41.757)	(41.757)	(41.757)	(41.757)	(41.757)	(41.757)
Reservas de capital		1	1	55.379	1	1	55.379
Ajuste de avaliação patrimonial		(32.470)	(32.827)	(16.413)	(32.470)	(32.827)	(16.413)
Prejuízos acumulados		(3.994.187)	(4.016.621)	(3.057.941)	(3.994.187)	(4.016.621)	(3.057.941)
Total do patrimônio líquido negativo		(1.107.637)	(1.130.428)	(99.956)	(1.107.637)	(1.130.428)	(99.956)
<b>TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO</b>		2.296.932	2.290.042	2.604.918	1.487.003	1.271.499	1.500.235

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
RECEITA LÍQUIDA	22	70.497	98.190	-	-
CUSTOS DOS SERVIÇOS					
Custo com compra de energia		(32.439)	(48.581)	-	-
Custo de operação		(6.655)	(7.622)	-	-
Depreciações e amortizações	12	(6.789)	(9.369)	(639)	(3.281)
Encargos de uso do sistema de distribuição		(889)	(785)	-	-
Total	23	(46.772)	(66.357)	(639)	(3.281)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		23.725	31.833	(639)	(3.281)
RECEITA (DESPESAS)					
Gerais e administrativas		(90.491)	(144.832)	(62.238)	(43.597)
Depreciações e amortizações	12	(5.925)	(6.798)	(5.292)	(6.089)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	12.9	(3.646)	(259.403)	-	-
Outras receitas (despesas) líquidas		(21.722)	(249.245)	3.251	(87.292)
Total	23	(121.784)	(660.278)	(64.279)	(136.978)
Resultado de equivalência patrimonial	11.3	95.287	65.849	90.068	(766.326)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(2.772)	(562.596)	25.150	(906.585)
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		138	2.992	(713)	3.188
Despesas financeiras		26.439	(447.327)	(2.003)	(110.661)
Total	24	26.577	(444.335)	(2.716)	(107.473)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		23.805	(1.006.931)	22.434	(1.014.058)
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(1.433)	(6.743)	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		62	(384)	-	-
Total	25	(1.371)	(7.127)	-	-
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		22.434	(1.014.058)	22.434	(1.014.058)
Lucro líquido (prejuízo) por ação básico e diluído (expresso em reais - R\$)	28			0,54	(24,31)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2020	31/12/2019 (reapresentado)	31/12/2020	31/12/2019 (reapresentado)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		22.434	(1.014.058)	22.434	(1.014.058)
Outros resultados abrangentes					
Reflexo da perda de valor justo de instrumentos de hedge em controlada em conjunto	20	357	(16.414)	357	(16.414)
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO</b>		<b>22.791</b>	<b>(1.030.472)</b>	<b>22.791</b>	<b>(1.030.472)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Capital Social		Reservas de capital		Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido negativo controladora e consolidado
		Integralizado	Custos na emissão de ações	liquidadados com instrumentos de patrimônio	Ágio			
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2019 (reapresentado)		2.960.776	(41.757)	55.378	1	(16.413)	(3.057.941)	(99.956)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(1.014.058)	(1.014.058)
Compensação de prejuízo		-	-	(55.378)	-	-	55.378	-
Outros resultados abrangentes:								
Reflexo do valor justo em hedge de fluxo de caixa em controlada em conjunto	21.d	-	-	-	-	(16.414)	-	(16.414)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (reapresentado)	21	<u>2.960.776</u>	<u>(41.757)</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>(32.827)</u>	<u>(4.016.621)</u>	<u>(1.130.428)</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	22.434	22.434
Outros resultados abrangentes:								
Reflexo do valor justo em hedge de fluxo de caixa em controlada em conjunto	21.d	-	-	-	-	357	-	357
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	21	<u>2.960.776</u>	<u>(41.757)</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>(32.470)</u>	<u>(3.994.187)</u>	<u>(1.107.637)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		22.434	(1.014.058)	22.434	(1.014.058)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	12	12.714	16.167	5.931	9.370
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	12.9	3.646	259.403	-	-
Valor residual do ativo imobilizado baixado	12.2	2.625	7.698	986	958
Comissões e outras penalidades	15.4	(9.006)	53.371	-	1.221
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	15.4	(5.422)	196.591	9.266	30.642
Apropriação dos custos sobre empréstimos e financiamentos	15.4	103	26	-	-
Atualização e provisão CCEE/Eletrobras	17.1	2.433	3.275	-	-
Multa sobre ressarcimento	17.1	17.593	33.601	-	-
Atualização e provisão (reversão) para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	19, 31	21.908	118.976	25.717	108.941
Reversão provisão para contrato oneroso	20	(14.734)	(10.398)	-	-
Juros sobre aplicações financeiras e cauções	24	(1.205)	(1.478)	(329)	(286)
Juros (líquido) sobre partes relacionadas	24, 26	(12.533)	93.410	(16.206)	58.893
Juros sobre contas a pagar		(8.728)	53.085	1.254	4.815
Juros sobre passivo de arrendamento	13	5.354	5.356	2.180	2.841
Atualização depósitos judiciais		1.127	(2.071)	1.140	(2.013)
Tributos diferidos		(135)	839	-	-
Ganho na alienação de ativos		-	(10.000)	-	(10.000)
Resultado de equivalência patrimonial	11.3	(95.287)	(65.849)	(90.068)	766.326
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		(4.974)	4.569	(124)	(8)
Depósitos judiciais		415	(2.054)	(992)	(646)
Tributos a recuperar		(2.876)	(1.979)	(60)	300
Despesas antecipadas		(481)	-	(135)	-
Adiantamentos a fornecedores		(235)	2.109	(192)	447
Outros créditos		5.391	12.557	10.028	53
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		8.505	18.548	4.233	2.231
Tributos a recolher		(4.794)	18.138	(2.971)	1.299
Salários e férias a pagar		(3.688)	(4.052)	(2.657)	(4.053)
Contas a pagar CCEE/Eletrobras	17.1	(10.299)	(28.957)	-	-
Outras contas a pagar		2.168	73.591	2.070	-
Partes relacionadas		-	123.497	-	-
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(1.814)	(2.172)	-	-
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos	15.4	(1.388)	(13.629)	-	(4.769)
Pagamentos de contingências	19, 31	-	(265)	-	(265)
Dividendos recebidos	11.4	132.670	86.369	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		61.487	24.214	(28.495)	(47.761)
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>					
Aportes de capital em controladas	11.3.2 e 31	-	-	-	(53.534)
Aplicações financeiras		(26.328)	14.847	6.393	1.790
Aquisição de imobilizado	12 e 31	(5.039)	(25.789)	(3.223)	(2.423)
Partes relacionadas		-	-	(120.358)	(80.122)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(31.367)	(10.942)	(117.188)	(134.289)
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>					
Valores recebidos de empréstimos e financiamentos e debêntures privadas	15	-	24.400	51.000	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	15	(17.877)	(59.901)	-	-
Pagamento de passivos de arrendamento		(7.067)	(11.159)	(3.480)	(5.095)
Partes relacionadas		26.311	21.860	108.152	187.157
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		1.367	(24.800)	155.672	182.062
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>31.487</b>	<b>(11.528)</b>	<b>9.989</b>	<b>12</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	4.782	16.310	81	69
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício*	7	36.269	4.782	10.070	81
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>31.487</b>	<b>(11.528)</b>	<b>9.989</b>	<b>12</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(\*) O Caixa e equivalente de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 inclui o saldo de caixa e equivalente de caixa da Energética Serra da Prata S.A.

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>RECEITAS</b>					
Vendas de energia	22	74.300	105.457	-	-
Outras receitas		3.061	3.570	2.018	3.570
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>					
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas		(40.069)	(57.269)	-	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(83.599)	(405.378)	(49.921)	(122.013)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	12.9	(3.646)	(259.403)	-	-
Ganho na alienação de ativos		-	3.482	-	3.482
Valor adicionado bruto		(49.953)	(609.541)	(47.903)	(114.961)
Depreciação	12, 23	(12.714)	(16.167)	(5.931)	(9.370)
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO</b>		(62.667)	(625.708)	(53.834)	(124.331)
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>					
Resultado de equivalência patrimonial	11.3	95.287	65.849	90.068	(766.326)
Receitas financeiras		230	4.788	(649)	3.244
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>		<b>32.850</b>	<b>(555.071)</b>	<b>35.585</b>	<b>(887.413)</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>					
<b>Pessoal:</b>					
Salários e encargos		7.402	13.946	4.590	3.050
Honorários da administração	26.5	8.931	7.720	5.538	7.720
Benefícios		3.901	4.124	1.739	1.801
FGTS		1.570	1.653	788	923
<b>Impostos, taxas e contribuições:</b>					
Federais		9.795	20.722	2.365	2.314
<b>Remuneração de capitais de terceiros:</b>					
Juros		(28.485)	366.844	(5.332)	94.440
Aluguéis		603	512	99	181
Outros		6.699	43.466	3.364	16.216
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		22.434	(1.014.058)	22.434	(1.014.058)
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO</b>		<b>32.850</b>	<b>(555.071)</b>	<b>35.585</b>	<b>(887.413)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Valores expressos em milhares de Reais

### 1. Informações gerais

A Renova Energia S.A. – em recuperação judicial (“Renova”, “Companhia” ou “Controladora”), sociedade de capital aberto, CNPJ 08.534.605/0001-74, tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”). A Companhia é uma sociedade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Roque Petroni Junior, 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias - São Paulo, que atua no desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes renováveis - eólica, pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”) e solar, e na comercialização de energia e atividades relacionadas.

A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas, produção de combustíveis a partir de fontes naturais e renováveis, a prestação de serviços de apoio logístico a empresas ou companhias de consultoria ambiental, a prestação de consultoria em soluções energéticas relativas à geração, comercialização, transmissão e demais negócios envolvendo energias alternativas, a prestação de serviços de engenharia, construção, logística, desenvolvimento de estudos e projetos relacionados a usinas de geração de energia em todas as suas formas e seus sistemas, bem como a sua implantação, operação, manutenção e exploração, a fabricação e comercialização de peças e equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia, a atuação no mercado de geração de energia elétrica por meio de equipamentos de geração de energia solar, incluindo, mas não se limitando, a comercialização de energia gerada por fonte solar, a comercialização de equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia por fonte solar, beneficiamento de polisilício, lingotes, wafers, células, painéis, módulos e inversores, a comercialização, arrendamento, aluguel ou qualquer outra forma de disponibilização de ativos de geração de energia e participação no capital social de outras sociedades.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia possui participação societária nas seguintes controladas diretas e indiretas, em operação e em construção (“Grupo Renova”):

PCH	Consolidação	% Participação	
		31/12/2020 e 31/12/2019	
		Direta	Indireta
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding) <sup>2</sup>	(a) Integral	100,00	-
Energética Serra da Prata S.A. <sup>2</sup>	(b) Integral na Enerbras	-	99,99
Renova PCH Ltda. - Em recuperação judicial	(c) Integral	99,99	-
Chiplely SP Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	(d) Integral	99,99	-
Eólico	Consolidação	% Participação	
		31/12/2020 e 31/12/2019	
		Direta	Indireta
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(e) Integral	99,99	-
Diamantina Eólica Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(e) Integral na Alto Sertão	-	99,99
Centrais Eólicas Abil S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(f) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(f) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Angico S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(f) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(f) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(f) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(f) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(f) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Tabua S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(f) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(f) Integral na Diamantina	-	99,99

- CONTINUA -

- CONTINUAÇÃO -

Eólico	Consolidação	% Participação	
		31/12/2020 e 31/12/2019	
		Direta	Indireta
Centrais Eólicas São Salvador S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Cedro S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Vellozia S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Angelim S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Facheio S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Sabiu S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Barbatimão S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Juazeiro S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Jataí S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Amescla S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Pau d'Água S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Manineiro S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial <sup>3</sup>	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial <sup>3</sup>	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial <sup>3</sup>	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial <sup>3</sup>	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial <sup>3</sup>	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial <sup>3</sup>	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial <sup>3</sup>	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial <sup>3</sup>	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial <sup>3</sup>	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial <sup>3</sup>	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial <sup>3</sup>	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial <sup>3</sup>	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial <sup>3</sup>	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Calandra S.A. - Em recuperação judicial <sup>3</sup>	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial <sup>3</sup>	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial <sup>3</sup>	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial <sup>3</sup>	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial <sup>3</sup>	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial <sup>3</sup>	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em recuperação judicial <sup>3</sup>	(h) Integral	99,99	-
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(i) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Itapuã XX LTDA. - Em recuperação judicial	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	(e) Integral	99,99	-
Ventos de São Cristóvão Energias Renováveis S.A. - Em recuperação judicial	(h) Integral na Bela Vista XIV	-	99,99
Centrais Eólicas Itapuã XV LTDA. - Em recuperação judicial	(h) Integral	99,99	-
Parque Eólico Iansã LTDA. - Em recuperação judicial	(h) Integral	99,99	-
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	(k) Integral	99,99	-
SF 120 Participações Societárias S.A. <sup>2</sup>	(k) Integral	99,99	-

UFV (Usina Fotovoltaica)	Consolidação	% Participação	
		31/12/2020 e 31/12/2019	
		Direta	Indireta
Centrais Eólicas Itapuã IV LTDA. - Em recuperação judicial	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Itapuã V LTDA. - Em recuperação judicial	(h) Integral	99,99	-

- CONTINUA -

- CONTINUAÇÃO -

		% Participação	
		31/12/2020 e 31/12/2019	
		Direta	Indireta
UFV (Usina Fotovoltaica)	Consolidação		
Centrais Eólicas Itapuã IV LTDA. - Em recuperação judicial	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Itapuã V LTDA. - Em recuperação judicial	(h) Integral	99,99	-
		% Participação	
		31/12/2020 e 31/12/2019	
		Direta	Indireta
Comercialização	Consolidação		
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	(j) Integral	100,00	-
		% Participação	
		31/12/2020 e 31/12/2019	
		Direta	Indireta
Holding	Consolidação		
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	(k) Integral	100,00	-
Espra Holding S.A.	(k) Integral	99,99	-
CMNPAR Fifty Four Participações S.A.	(k) Integral	99,99	-
SF 123 Participações Societárias S.A.	(k) Integral	99,99	-

Nota 1: empresas que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A.

Nota 2: empresas classificadas como mantidas para venda.

Nota 3: empresas que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase B

- (a) Enerbras Centrais Elétricas S.A. (“Enerbras”), controlada direta, é uma sociedade por ações de capital fechado, sediada no Estado da Bahia, que tem por objeto social exclusivo participar no capital social da Energética Serra da Prata S.A. (“Espra”).
- (b) Espra, controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica do Complexo Hidrelétrico Serra da Prata, composto pelas PCHs Cachoeira da Lixa, Colino I e Colino II, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a Centrais Elétricas Brasileiras (“Eletrobras”), no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”) e entrou em operação em 2008.
- (c) Renova PCH Ltda. – Em recuperação judicial (“Renova PCH”), controlada direta, tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte hídrica.
- (d) Chipley SP Participações S.A. – Em recuperação judicial (“Chipley”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades empresariais, como sócia, acionista ou quotista, podendo ainda participar de consórcios, e a exploração, direta ou indireta, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, bem como de outros serviços correlatos.
- (e) Sociedades por ações de capital fechado, sediadas no Estado de São Paulo e na Bahia, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente na área de geração de energia elétrica por fonte eólica.
- (f) Sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2013 (“LER 2013”). Os parques eólicos estão com as obras paralisadas, vide Nota 1.1.

- (g) Controladas diretas e indiretas têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, terá toda a sua produção comercializada no mercado livre. Os parques eólicos estão com as obras paralisadas, vide Nota 1.1.
- (h) Controladas diretas têm por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte eólica. Os parques eólicos estão com as obras paralisadas.
- (i) Controlada direta têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica oriundas de fontes eólicas e solar, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2014 (“LER 2014”). Os parques eólicos estão com as obras paralisadas, vide Nota 1.1.
- (j) Renova Comercializadora de Energia S.A. – Em recuperação judicial (“Renova Comercializadora”), controlada direta, subsidiária integral, tem por objeto social principal a comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.
- (k) Controladas diretas têm por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente, na área de geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.
- (l) Brasil PCH S.A. (“Brasil PCH”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a participação em outras sociedades empresariais, como sócia, acionista ou quotista, podendo ainda participar em atividades relacionadas à administração, à construção, ao planejamento, à operação, à manutenção e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de PCHs.

## **1.1 Operação comercial dos parques eólicos do LER 2013 e LER 2014**

Os contratos de Energia de Reserva estabelecem que os parques eólicos deveriam entrar em operação comercial em 1º de setembro de 2015 (LER 2013) e 1º de outubro de 2017 (LER 2014), contudo esses parques estão com as obras paralisadas, e, portanto, atrasados. Conforme contratos, o efetivo pagamento da receita fixa está condicionado à entrada em operação comercial dos parques, devendo os recursos financeiros associados a esse pagamento ficarem retidos na CONER (conta de energia de reserva) os quais serão considerados quando da apuração das diferenças entre a energia gerada e a contratada (vide Nota 16).

Adicionalmente, a Companhia possui procedimentos administrativos ainda em fase instrutória perante a ANEEL referente as obrigações presentes nas Resoluções Autorizativas dos parques eólicos AS III – Fase A e nos Contratos de Energia de Reserva do LER 2013 e LER 2014 e que requerem inclusive a suspensão das referidas Resoluções Autorizativas. A Administração da Companhia vem atendendo aos prazos estabelecidos nos referidos procedimentos administrativos com o objetivo de demonstrar à ANEEL a conexão e benefícios entre tais obrigações e o previsto nos Planos de Recuperação Judicial aprovados pela Assembleia Geral de Credores e homologado judicialmente no último dia 18 de dezembro de 2020. Até a data da emissão das presentes demonstrações financeiras não havia nenhuma modificação no contexto desses procedimentos administrativos.

## **1.2 Venda de ativos**

### **1.2.1 Complexo Eólico Alto Sertão II (LER 2010 e LER 2011 (A-3))**

Em 3 de agosto de 2017, a Companhia concluiu a venda para a AES Tietê Energia S.A. (“AES”) da totalidade das ações da Nova Energia S.A. detentora, por meio da Renova Eólica Participações S.A., do Complexo Eólico Alto Sertão II.

O valor base da transação foi de R\$600.000 ajustado por determinadas variações de capital de giro e dívida líquida do Complexo Eólico Alto Sertão II e poderá sofrer acréscimo de até R\$100.000 sob a forma de *earn out*, condicionado ao desempenho do Complexo, apurado após o período de 5 anos contados da data do fechamento da operação.

A AES mantém garantias no valor total de R\$14.856 (R\$57.732, em 31 de dezembro de 2019), atualizados a 100% do CDI, que poderão ser pagas à Companhia, conforme segue:

<u>Garantia</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Litígios	-	131	32.428
Earn-Out	14.856	56.644	53.983
Indenização geral	-	957	2.372
Total	<u>14.856</u>	<u>57.732</u>	<u>88.783</u>

Em março de 2019, o Consorcio MGT, prestador de serviço dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão II, ingressou com medida judicial para cobrança da sentença arbitral parcial, no valor de R\$34.103 e em 8 de abril de 2020 sobreveio a sentença arbitral final, liquidando a condenação de mérito adicional em valor de R\$43.391. A referida sentença transitou em julgado apenas em 1º de junho de 2020 com prazo de 30 dias para pagamento. Diante da ausência de consenso sobre a concursabilidade de tal crédito à recuperação judicial e a liberação das garantias para pagamento da condenação, a AES ingressou com medida cautelar pré-arbitral, obtendo em 22 de junho de 2020 liminar para liberação das *escrows accounts* no montante de R\$ 43.391 mediante oferecimento de seguro garantia judicial em valor equivalente, acrescido de 30%. Atualmente, discute-se nos autos da recuperação judicial e em procedimento arbitral específico, se tal crédito da AES estaria sujeito ou não ao concurso de credores da recuperação judicial e se tal seguro garantia deveria ser mantido ou não. Enquanto não há decisão definitiva sobre o tema a Companhia entendeu por reconhecer um passivo com a AES, que será quitado futuramente seja por meio do plano de recuperação judicial, em caso de concursabilidade, seja por outros meios, inclusive um possível encontro de contas contra créditos futuros (e.g *earn out*), em caso de não sujeição de tal crédito ao plano de recuperação judicial.

### 1.3 Recuperação judicial

Em 16 de outubro de 2019 a Companhia e determinadas controladas protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data.

Inicialmente, a Companhia apresentou um único plano consolidando todas as empresas recuperandas. No decorrer das negociações esse plano foi desmembrado em dois sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES e um segundo plano contemplando a Companhia e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova, com o objetivo de buscar uma estrutura de recuperação que possibilite atender melhor aos interesses de credores e recuperandas.

Em 18 de dezembro de 2020 a Companhia e determinadas controladas protocolaram novos planos de recuperação judicial, os quais foram aprovados em Assembleia Geral de Credores realizada nessa mesma data.



Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. De acordo com o entendimento da Administração, suportado inclusive pelos seus assessores jurídicos que acompanham o tema, a Companhia reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial no exercício de 2020 considerando a data da aprovação pela Assembleia Geral de Credores e homologação do pelo Juízo.

Para a recuperação da saúde financeira da Companhia e das controladas, os planos preveem:

- i) a captação do empréstimo ponte DIP para finalização das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A. Ação iniciada em 17 de dezembro de 2020 com a formalização da contratação de um empréstimo na modalidade *Debtor in Possession* (DIP) pela controlada Chipley e coobrigações da Companhia e da Renova Participações S.A. - em Recuperação Judicial, por meio de uma Cédula de Crédito Bancário emitida em favor da QI Sociedade de Crédito Ltda., estruturada pela Quadra Gestão de Recursos Ltda (“Quadra Capital”), no valor de R\$ 350.000, cujo recurso foi recebido em 05 de março de 2021 (Nota 32.3);
- ii) alienação de ativos para adequar a estrutura de capital da Companhia. Os planos preveem a alienação de a) 51% das ações representativas do capital social da Brasil PCH detidas pela controlada Chipley (“UPI Brasil PCH”), b) 100% das ações representativas do capital social da controlada SF 120 (“UPI Mina de Ouro”), c) 100% ações representativas do capital social da controlada Enerbras (“UPI Enerbras”), d) UPI AS III Fase B que engloba os projetos de geração de energia atualmente sob a titularidade das empresas que compõem o Alto Sertão III – Fase B (Nota 32.1) e f) outros projetos em desenvolvimento;
- iii) negociação dos passivos para alinhar a capacidade de pagamento das dívidas à geração de recursos; e
- iv) conclusão dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A, gerando empregos, energia e assegurando a continuidade da Companhia.

Os passivos do Grupo Renova negociados no âmbito da recuperação judicial foram segregados em quatro classes conforme apresentado a seguir:

Classes	Saldo aprovado no plano de recuperação judicial	Pagamentos	Juros/encargos	Saldo em 31/12/2020
Classe I - credores trabalhistas	20.109	-	-	20.109
Classe II - credores com garantia real	1.023.329	(10.000)	38.734	1.052.063
Classe III - credores quirografários	876.019	-	1.713	877.732
Classe IV - credores microempresas e empresas de pequeno porte	3.993	-	-	3.993
Total	1.923.450	(10.000)	40.447	1.953.897

A Classe I contempla os credores trabalhistas cujos pagamentos ocorrerão da seguinte forma:

- a) Créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial até o limite de 5 salários-mínimos com prazo de pagamento de 30 dias após a homologação do plano.
- b) Valor adicional de até R\$10 para cada credor trabalhista limitado ao valor do respectivo crédito em até 60 dias da data de homologação do plano.

c) O pagamento do saldo remanescente será realizado por meio de uma das duas opções abaixo:

- i. Opção A: pagamento de 100% do valor do saldo remanescente em até 12 meses reajustado por taxa equivalente a 0,5% ao ano acrescida da variação da TR.
- ii. Opção B: pagamento de 100% do valor do saldo remanescente em até 18 meses após um período de carência de 6 meses da data de homologação, reajustado pelo equivalente a 120% da variação do CDI.

Os credores trabalhistas terão 120 dias da data da publicação do plano para escolha da forma de pagamento, caso contrário, serão automaticamente enquadrados na opção A.

No que se refere ao pagamento da Classe I, a Companhia interpôs recurso contra parte da decisão homologatória que afastou o disposto nas cláusulas 8.2.1.3 dos Planos de Recuperação Judicial que, em suma, limitou o marco final de pagamento dessa classe ao dia 08 de maio de 2021. Na presente data, o referido recurso encontra-se pendente de julgamento. A Companhia insiste na manutenção das referidas cláusulas, que desloca o marco final de pagamento para 18 de dezembro de 2021.

A Classe II contempla o credor com garantia real. Nessa classe os credores serão remunerados pelo equivalente a 100% do CDI a partir da data do pedido de recuperação judicial. Durante período de carência, primeiros 24 meses a contar da data da publicação do plano, serão realizados pagamentos semestrais de R\$100 a ser distribuído de forma *pro rata* entre os credores dessa classe. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. O principal será pago em 18 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal e as demais a cada seis meses de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral	Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,5%	2,5%	Ano 8	5,0%	5,0%
Ano 4	2,5%	2,5%	Ano 9	5,0%	5,0%
Ano 5	2,5%	2,5%	Ano 10	5,0%	16,0%
Ano 6	2,5%	2,5%	Ano 11	16,0%	18,0%
Ano 7	2,5%	2,5%			

Conforme previsto na cláusula 10.7.4 do Plano, em 21 de dezembro de 2020 a Companhia amortizou R\$10.000 do saldo devido ao BNDES

A Classe III é composta pelos credores quirografários que serão pagos da seguinte forma:

- a) Pagamentos iniciais no montante de até R\$ 2 será pago a cada credor quirografário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$ 1 em até 90 dias e mais R\$ 1 em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros.
- b) O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da TR, a partir da data do pedido de recuperação judicial.
- c) Durante os primeiros 24 meses, serão realizados pagamentos semestrais de R\$ 100 a ser distribuído de forma *pro rata* entre os credores quirografários na proporção dos seus respectivos créditos, iniciando-se a partir de 6 meses da data da publicação. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. Após esse período, o saldo de juros passará a ser pago em parcelas semestrais, juntamente com as parcelas de principal.



- d) O principal será pago em 24 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada 6 (seis) meses, de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral	Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,5%	2,5%	Ano 9	2,5%	5,0%
Ano 4	2,5%	2,5%	Ano 10	5,0%	5,0%
Ano 5	2,5%	2,5%	Ano 11	5,0%	5,0%
Ano 6	2,5%	2,5%	Ano 12	5,0%	5,0%
Ano 7	2,5%	2,5%	Ano 13	5,0%	5,0%
Ano 8	2,5%	2,5%	Ano 14	10,0%	12,5%

A Classe IV é composta por credores microempresas e empresas de pequeno porte que receberão o pagamento inicial no montante de até R\$ 20 por credor, em parcela única e limitado ao seu crédito, em até 90 dias a contar da data da publicação. O saldo remanescente será pago em até 12 meses com a correção de 100% do CDI.

A íntegra do Plano de Recuperação Judicial aprovado, a ata da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com o Plano de recuperação judicial propriamente dito.

## 1.4 Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou lucro de R\$22.434, possui prejuízos acumulados de R\$3.994.187 e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$1.107.637.

O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 deve-se, principalmente ao (i) resultado positivo de equivalência patrimonial, no valor de R\$95.287 e (ii) resultado financeiro positivo decorrente, principalmente, da reversão das despesas financeiras sobre dívidas incluídas no plano de recuperação judicial e atualizadas no período anterior a aprovação e homologação do PRJ, conforme norma contábil, no montante de R\$26.577.

Este cenário reflete os efeitos do plano de recuperação judicial, que permitiu a celebração de acordos para equacionar o passivo do grupo, com a repactuação das taxas de juros e alongando dos prazos para quitação da dívida. Ainda em linha com o seu plano i) em 05 de março de 2021 a Companhia recebeu o montante de R\$362.465 referente ao empréstimo DIP assinado em 17 de dezembro de 2020 (Nota 32.3) ii) com recursos em caixa, a Companhia deu andamento a contratação dos fornecedores para retomada da obra dos parques do Alto Sertão III, iii) em 02 de março de 2021, a Companhia assinou o contrato de compra e venda de ações da UPI Fase B, no montante de R\$ 58.386 (Nota 32.1), iv) foram contratados assessores para conduzir o processo de vendas dos ativos mencionados na Nota 1.3 junto a potenciais interessados, e iv) redução do passivo da Companhia mediante a capitalização de créditos com terceiros, no montante de R\$332.416 (Nota 32.2).

A recuperação judicial faz parte da reestruturação da Companhia e de suas controladas e tem por objetivo recuperar a saúde financeira da Companhia e das controladas, em como preparar uma base sólida para os próximos anos, com foco na rentabilidade dos negócios do Grupo Renova. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

## 1.5 COVID-19 – Coronavírus - Impactos para a Companhia

No início da pandemia houve impacto negativo em diversos setores da economia global, e consequentemente, a demanda por energia. Porém no último trimestre de 2020 houve uma retomada da economia e do consumo da energia. Em dezembro 2020, o Brasil registrou um crescimento de 3,3% em relação ao mesmo mês de 2019. Considerando ainda que as empresas operacionais, Espira e Brasil PCH, possuem contratos PROINFA (no ambiente regulado), não houve nenhum impacto nas suas operações e nem no seu contrato com a Eletrobrás.

Para fins de elaboração das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a administração da Companhia revisou suas atividades e projeções, de forma a identificar os possíveis impactos do COVID-19 nas suas atividades. Foram analisados temas como: i) variação de indicadores macroeconômicos, e ii) redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

Dentro deste cenário a Companhia não tem expectativa de impactos da COVID-19 no processo de recuperação judicial, em especial na alienação de ativos e conclusão dos parques eólicos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e até a data da emissão dessas demonstrações financeiras não foram observados efeitos relevantes decorrentes do COVID-19 nas operações da Companhia e suas controladas.

De forma geral, a Companhia implementou uma série de medidas de precaução para que seus colaboradores, clientes, fornecedores e demais públicos não se exponham a situações de risco, tais como: criação de protocolos de prevenção, restrição de viagem nacionais e internacionais, utilização de meios de comunicação remota, home office etc.

## 2. Principais políticas contábeis

### 2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e, também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Por não existir diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido da controladora e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia.

### 2.2 Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado, foram aprovadas para arquivamento na CVM pelo Conselho de Administração em 30 de março de 2021.

## **2.3 Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis**

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pelo Grupo Renova é como segue:

### **2.3.1 Bases de consolidação e investimentos em controladas**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras das controladas mencionadas na nota 1. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo Renova são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

### **2.3.2 Investimentos**

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, o investimento em controlada em conjunto é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial.

Os investimentos da Companhia incluem a mais valia identificada na aquisição da participação líquida de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se houver.

### **2.3.3 Ativos não circulantes mantidos para venda**

Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando o ativo (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas a termos usuais e costumeiros para venda desse ativo (ou grupo de ativos), e sua venda for considerada altamente provável. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação.

Quando a Companhia está comprometida com um plano de venda que envolve a perda de controle de uma controlada, quando atendidos os critérios descritos no parágrafo anterior, todos os ativos e passivos dessa controlada são classificados como mantidos para venda nas demonstrações financeiras.

Os ativos não circulantes (ou o grupo de ativos) classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda.

### **2.3.4 Reconhecimento de receita**

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento, medição ou condição contratual. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e mútuos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

### **2.3.5 Resultado por ação**

O lucro (prejuízo) por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias (“ON”) e preferenciais (“PN”) da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria.

O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado, excluídas as ações em tesouraria.

### **2.3.6 Tributação**

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

#### **a) Impostos correntes**

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Grupo Renova com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

A controlada indireta Espira e as controladas Itapuã IX, Itapuã V, Itapuã VII, Itapuã XV, Itapuã XX, SF 120 e SF 123 optaram pelo regime do lucro presumido. A controladora e demais companhias listadas na nota 1 são optantes do regime do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$20 por mês incorrido no ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido são recolhidos trimestralmente sobre a receita bruta, considerando o percentual de presunção, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente (base de estimativa de 8% e 12% sobre as vendas para imposto de renda e contribuição social, respectivamente) e as receitas financeiras.

#### b) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“imposto diferido”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

### 2.3.7 Ativo imobilizado

#### a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às obras em andamento são apropriados nas imobilizações em curso. Para aqueles recursos que foram captados especificamente para determinadas obras, a alocação dos encargos é feita de forma direta para os ativos financiados. Para os demais empréstimos e financiamentos que não são vinculados diretamente a obras específicas, é estabelecida uma taxa para a capitalização dos custos desses empréstimos.

As licenças ambientais prévias e de instalação, obtidas na fase de planejamento do empreendimento e na instalação do mesmo, consecutivamente, são reconhecidas como custo dos ativos das pequenas centrais hidrelétricas, parques eólicos e usinas de geração solar.

#### b) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As taxas de depreciação estão de acordo com a Resolução Normativa nº 674/2015 emitida pela ANEEL pelo fato da Administração entender que essas taxas de depreciação refletem a melhor estimativa de vida útil dos ativos e, portanto, são utilizadas pela Companhia e suas controladas para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

#### c) Provisão para desmantelamento

As provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. São constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original.

Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos. A Companhia e suas controladas adotam como prática contábil a contabilização dessa provisão quando da entrada em operação comercial dos parques eólicos.

### **2.3.8 Redução ao valor recuperável de ativos**

No fim de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

### **2.3.9 Provisões**

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

### **2.3.10 Instrumentos financeiros e gestão de riscos**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou suas controladas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.



#### a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros:

##### a.1) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas gerenciam esses ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota 7);
- Aplicações financeiras (nota 7);
- Cauções e depósitos vinculados (nota 10); e
- Transações com partes relacionadas (nota 26).

##### a.2) Mensurados pelo custo amortizado

A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros, com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. O principal ativo financeiro que a Companhia e suas controladas possui e mantém classificado nesta categoria é o contas a receber de clientes (nota 8).

#### b) Passivos financeiros

##### b.1) Mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia e de suas controladas compreendem:

- Fornecedores (nota 14);
- Empréstimos e financiamentos (nota 15);
- Contas a pagar – CCEE e Eletrobras (nota 17); e
- Transações com partes relacionadas (nota 26).

##### c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.



## 2.4 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA) consolidadas e individuais, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme este CPC aplicável às companhias abertas, enquanto que para IFRS representam informação financeira adicional.

## 2.5 Adoção das IFRSs novas e revisadas

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia e suas controladas considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às IFRS e aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo Internacional *Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), respectivamente, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após esta data. A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

a) Em vigor a partir de janeiro de 2020:

### CPC 15 (R1) / IFRS 3 - Definição de negócios

As alterações auxiliam as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Elas eliminam a avaliação sobre se os participantes no mercado são capazes de substituir qualquer elemento ausente, incluem orientações para ajudar entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, delimitam melhor as definições de negócio e de produtos e introduzem um teste de concentração de valor justo opcional.

### CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição omissão em todas as normas e a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade.

### CPC 38/IAS39, CPC 40 (R1)/IFRS 7 e CPC 48/IFRS 9: Reforma da taxa de juros de referência

As alterações fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge.

### Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

Apresenta alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes.

#### Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de Arrendamento.

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A adoção das alterações listadas acima, não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

#### b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes:

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

#### IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu, a IFRS 17 – Contratos de seguro, norma ainda não emitida no Brasil, que tem como objetivo geral fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras e/ou emissoras de seguros, não sendo aplicável à Companhia.

#### Alterações ao CPC 26/IAS 1 - Classificação do passivo em circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: i) o que significa um direito de postergar a liquidação; ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. A Administração da Companhia não espera impactos significativos decorrentes da aplicação dessas novas normas.

## **2.6 Reapresentação dos saldos contábeis**

A Companhia revisou o saldo do seu investimento na controlada em conjunto Brasil PCH e identificou os ajustes relacionados à equivalência patrimonial:

- a) Resultado de equivalência patrimonial no montante de R\$ 7.054, com reflexo nas demonstrações financeiras de exercícios anteriores a 31 de dezembro de 2018;
- b) Registro dos instrumentos financeiros derivativos (swap), contratados em 15 de outubro de 2018, junto ao Banco Itaú, para proteção de fluxos de caixa da Brasil PCH, no montante de R\$ 32.827, sendo R\$ 16.414 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 16.413 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Assim a Companhia reconheceu os efeitos desses ajustes nas suas demonstrações financeiras, conforme demonstrado a seguir

## Balanco patrimonial

31/12/2019						
	Consolidado			Controladora		
	<u>Apresentado anteriormente</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Ajustado</u>	<u>Apresentado anteriormente</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Ajustado</u>
ATIVO						
CIRCULANTE						
Total dos ativos circulantes	21.188	-	21.188	35.426	-	35.426
NÃO CIRCULANTES						
Investimentos	592.407	(39.881)	552.526	1.111.499	(39.881)	1.071.618
Outros ativos não circulantes	1.716.328	-	1.716.328	164.455	-	164.455
Total dos ativos não circulantes	2.308.735	(39.881)	2.268.854	1.275.954	(39.881)	1.236.073
TOTAL DO ATIVO	<u>2.329.923</u>	<u>(39.881)</u>	<u>2.290.042</u>	<u>1.311.380</u>	<u>(39.881)</u>	<u>1.271.499</u>
PASSIVOS						
CIRCULANTES						
Total dos passivos circulantes	2.927.831	-	2.927.831	1.308.062	-	1.308.062
NÃO CIRCULANTES						
Total dos passivos não circulantes	492.639	-	492.639	1.093.865	-	1.093.865
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	2.960.776	-	2.960.776	2.960.776	-	2.960.776
(-) Custos na emissão de ações	(41.757)	-	(41.757)	(41.757)	-	(41.757)
Reservas de capital	1	-	1	1	-	1
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(32.827)	(32.827)	-	(32.827)	(32.827)
Prejuízos acumulados	(4.009.567)	(7.054)	(4.016.621)	(4.009.567)	(7.054)	(4.016.621)
Total do patrimônio líquido	<u>(1.090.547)</u>	<u>(39.881)</u>	<u>(1.130.428)</u>	<u>(1.090.547)</u>	<u>(39.881)</u>	<u>(1.130.428)</u>
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>2.329.923</u>	<u>(39.881)</u>	<u>2.290.042</u>	<u>1.311.380</u>	<u>(39.881)</u>	<u>1.271.499</u>

01/01/2019						
	Consolidado			Controladora		
	<u>Apresentado anteriormente</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Ajustado</u>	<u>Apresentado anteriormente</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Ajustado</u>
ATIVO						
CIRCULANTE						
Total dos ativos circulantes	1.737.707	-	1.737.707	294.783	-	294.783
NÃO CIRCULANTES						
Investimentos	603.747	(23.467)	580.280	1.141.674	(23.467)	1.118.207
Outros ativos não circulantes	286.931	-	286.931	87.245	-	87.245
Total dos ativos não circulantes	890.678	(23.467)	867.211	1.228.919	(23.467)	1.205.452
TOTAL DO ATIVO	<u>2.628.385</u>	<u>(23.467)</u>	<u>2.604.918</u>	<u>1.523.702</u>	<u>(23.467)</u>	<u>1.500.235</u>

## PASSIVOS

### CIRCULANTES

Total dos passivos circulantes	2.195.371	-	2.195.371	441.524	-	441.524
--------------------------------	-----------	---	-----------	---------	---	---------

### NÃO CIRCULANTES

Total dos passivos não circulantes	509.503	-	509.503	1.158.667	-	1.158.667
------------------------------------	---------	---	---------	-----------	---	-----------

### PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social	2.960.776	-	2.960.776	2.960.776	-	2.960.776
(-) Custos na emissão de ações	(41.757)	-	(41.757)	(41.757)	-	(41.757)
Reservas de capital	55.379	-	55.379	55.379	-	55.379
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(16.413)	(16.413)	-	(16.413)	(16.413)
Prejuízos acumulados	(3.050.887)	(7.054)	(3.057.941)	(3.050.887)	(7.054)	(3.057.941)
Total do patrimônio líquido	(76.489)	(23.467)	(99.956)	(76.489)	(23.467)	(99.956)

### TOTAL DOS PASSIVOS

E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.628.385	(23.467)	2.604.918	1.523.702	(23.467)	1.500.235
-------------------------	-----------	----------	-----------	-----------	----------	-----------

## Demonstração dos resultados abrangentes

	31/12/2019			
	Controladora e Consolidado			
	01/04/2019 à 30/06/2019	01/01/2019 à 30/06/2019	01/01/2019 à 31/12/2019	01/01/2018 à 31/12/2018
Resultado abrangente do período / exercício (apresentado anteriormente)	(426.539)	(608.825)	(1.014.058)	(856.297)
Outros resultados abrangentes				
Reflexo da perda de valor justo de instrumento de hedge de controlada em conjunto	(10.236)	(10.236)	(16.414)	(16.413)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO/EXERCÍCIO (reapresentado)	(436.775)	(619.061)	(1.030.472)	(872.710)

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparação, estão sendo reapresentadas, conforme requerido pelos pronunciamentos técnicos CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro (equivalente a norma internacional IAS 8) e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (equivalente a norma internacional IAS 1). Não houve impactos nas demonstrações do resultado do exercício e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

## 3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. Os principais julgamentos, estimativas e premissas utilizados para a elaboração dessa demonstração financeira estão listados abaixo:

a) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa (“UGC”) é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda, conforme premissas descritas na nota 12.9.

b) Provisão para perdas judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos tributários, trabalhistas e cíveis que são classificados de acordo com o risco de perda: provável, possível e remoto. A análise quanto a probabilidade de perda é realizada pela Administração com auxílio dos assessores legais externos e devidamente corroborada pelo departamento jurídico. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância jurídica.

As provisões para demandas judiciais são constituídas para todos os processos cuja probabilidade de perda seja provável, dessa forma a Companhia constituiu provisões suficientes para cobrir eventuais perdas com processos judiciais e administrativos. As provisões para demandas judiciais estão apresentadas na nota 19.

c) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para gestão destes instrumentos financeiros.

Quando não é possível obtê-los em mercados ativos, o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (IFRS 13), que determina certas técnicas de avaliação. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros, ver nota 27.

d) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado

Conforme mencionado na nota 2.3.7.b, a Companhia utiliza as taxas definidas pela ANEEL para depreciação dos itens do ativo imobilizado por julgar que as mesmas refletem a vida útil desses bens. Entretanto, a Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado para avaliar sua razoabilidade. Os detalhes das taxas de depreciação estão divulgados na nota 12.

#### e) Contrato oneroso

Se a Companhia ou suas controladas possuem um contrato que é oneroso, a obrigação presente do contrato é reconhecida e mensurada como uma provisão. No entanto, antes que uma provisão separada para um contrato oneroso seja estabelecida, a Companhia e suas controladas reconhecem qualquer perda por redução ao valor recuperável que tenha ocorrido em ativos dedicados a este contrato.

Um contrato oneroso como um contrato em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato, e este é determinado com base: (a) no custo de cumprir o contrato; ou (b) no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento do contrato, dos dois, o menor. O custo para cumprir um contrato compreende os custos diretamente relacionados ao contrato (por exemplo, os custos incrementais e uma alocação de outros custos diretamente associados às atividades do contrato).

## 4. Das autorizações vigentes

### 4.1 Mercado regulado (ACR)

<u>PCH</u>	<u>Ref. Contrato</u>	<u>Resolução</u> <u>ANEEL</u>	<u>Data da</u> <u>resolução</u>	<u>Prazo da</u> <u>autorização</u>	<u>Capacidade de</u> <u>produção</u> <u>instalada*</u>
Cachoeira da Lixa	PROINFA	697	24/12/2003	30 anos	14,80 MW
Colino 2	PROINFA	695	24/12/2003	30 anos	16,00 MW
Colino 1	PROINFA	703	24/12/2003	30 anos	11,00 MW
<u>Eólico</u>					
Centrais Eólicas Abil S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 <sup>(1)</sup>	109	19/03/2014	35 anos	23,70 MW
Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 <sup>(1)</sup>	123	24/03/2014	35 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Angico S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 <sup>(1)</sup>	111	19/03/2014	35 anos	8,10 MW
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 <sup>(1)</sup>	115	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 <sup>(1)</sup>	113	19/03/2014	35 anos	9,00 MW
Centrais Eólicas Jacaranda do Serrado S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 <sup>(1)</sup>	116	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 <sup>(1)</sup>	114	19/03/2014	35 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Tabua S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 <sup>(1)</sup>	110	19/03/2014	35 anos	15,00 MW
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 <sup>(1)</sup>	132	28/03/2014	35 anos	23,40 MW
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Mulungu) - Em recuperação judicial	LER 08/2014 <sup>(1)</sup>	241	01/06/2015	35 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Quina) - Em recuperação judicial	LER 08/2014 <sup>(1)</sup>	242	01/06/2015	35 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Pau Santo) - Em recuperação judicial	LER 08/2014 <sup>(1)</sup>	285	25/06/2015	35 anos	18,90 MW

(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Nota 1: A Companhia possui procedimentos administrativos ainda em fase instrutória perante a ANEEL referente as obrigações presentes nas resoluções autorizativas desses parques, conforme divulgado na Nota 1.1.



## 4.2 Mercado livre (ACL)

<u>Eólico</u>	<u>Ref. Contrato</u>	<u>Resolução</u> <u>ANEEL</u>	<u>Data da</u> <u>resolução</u>	<u>Prazo da</u> <u>autorização</u>	<u>Capacidade de</u> <u>produção</u> <u>instalada*</u>
Centrais Eólicas Amescla S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) <sup>(1)</sup>	5099	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Angelim S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) <sup>(1)</sup>	5092	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Barbatimão S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) <sup>(1)</sup>	5093	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Facheio S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) <sup>(1)</sup>	5098	26/03/2015	30 anos	16,50 MW
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) <sup>(1)</sup>	5085	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Jataí S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) <sup>(1)</sup>	5081	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Juazeiro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) <sup>(1)</sup>	5088	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Sabiu S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) <sup>(1)</sup>	5084	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) <sup>(1)</sup>	5091	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Vellozia S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) <sup>(1)</sup>	5087	26/03/2015	30 anos	16,50 MW
Centrais Eólicas Cedro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) <sup>(1)</sup>	5496	01/10/2015	30 anos	12,00 MW
Centrais Eólicas Manineiro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) <sup>(1)</sup>	5125	01/04/2015	30 anos	14,40 MW
Centrais Eólicas Pau D'Água S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) <sup>(1)</sup>	5126	01/04/2015	30 anos	18,00 MW
Centrais Eólicas São Salvador S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) <sup>(1)</sup>	162	22/05/2013	35 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) <sup>(2)</sup>	5094	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) <sup>(2)</sup>	5090	26/03/2015	30 anos	5,70 MW
Centrais Eólicas Botuquara Ltda. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) <sup>(2)</sup>	5101	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) <sup>(2)</sup>	5086	26/03/2015	30 anos	6,00 MW
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) <sup>(2)</sup>	5089	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Conquista Ltda. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) <sup>(2)</sup>	5102	26/03/2015	30 anos	24,30 MW
Centrais Eólicas Coxilha Alta Ltda. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) <sup>(2)</sup>	5170	27/04/2015	30 anos	19,20 MW
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) <sup>(2)</sup>	5097	26/03/2015	30 anos	18,00 MW
Centrais Eólicas Jequitibá S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) <sup>(2)</sup>	5100	26/03/2015	30 anos	8,10 MW
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) <sup>(2)</sup>	5083	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) <sup>(2)</sup>	5095	26/03/2015	30 anos	27,00 MW
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) <sup>(2)</sup>	5082	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Alcaçuz S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) <sup>(2)</sup>	5118	01/04/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Calianira S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) <sup>(2)</sup>	5119	01/04/2015	30 anos	5,40 MW
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) <sup>(2)</sup>	5121	01/04/2015	30 anos	6,00 MW
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) <sup>(2)</sup>	5122	01/04/2015	30 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) <sup>(2)</sup>	5123	01/04/2015	30 anos	20,10 MW
Centrais Eólicas Lençóis Ltda. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) <sup>(2)</sup>	5171	27/04/2015	30 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) <sup>(2)</sup>	5127	01/04/2015	30 anos	14,70 MW
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) <sup>(2)</sup>	5120	01/04/2015	30 anos	14,70 MW

(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Nota 1: A Companhia possui procedimentos administrativos ainda em fase instrutória perante a ANEEL referente as obrigações presentes nas resoluções autorizativas desses parques, conforme divulgado na Nota 1.1.

Nota (2): Contratos cedidos para Engie Brasil Energia S.A. ("Engie") a partir de julho de 2019. As outorgas desses parques foram canceladas, conforme mencionado na Nota 17.



## 5. Comercialização de energia

### 5.1 Mercado regulado (ACR)

Companhias do Grupo	Ref. Contrato	Compradora	Valores				Prazo			
			Valor original do Contrato	Energia anual contratada (MWh)	Preço histórico MWh (R\$)	Preço atualizado MWh (R\$)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Pequenas centrais hidrelétricas:										
Cachoeira da Lixa	PROINFA	Eletrobras	168.009	65.174	121,35	305,29	mai/08	abr/28	IGP-M	junho
Colino 1	PROINFA	Eletrobras	149.297	57.903	121,35	305,29	set/08	ago/28	IGP-M	junho
Colino 2	PROINFA	Eletrobras	213.370	41.084	121,35	305,29	jul/08	jun/28	IGP-M	junho
Geração de energia eólica										
Centrais Eólicas Abil S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 <sup>1</sup>	CCEE	202.880	96.360	105,20	151,26	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 <sup>1</sup>	CCEE	137.544	60.444	113,70	163,49	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Angico S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 <sup>1</sup>	CCEE	76.101	34.164	111,30	160,04	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 <sup>1</sup>	CCEE	176.183	84.972	103,60	148,96	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 <sup>1</sup>	CCEE	82.350	39.420	104,38	150,09	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jacaranda do Serrado S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 <sup>1</sup>	CCEE	173.200	83.220	103,99	149,52	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 <sup>1</sup>	CCEE	187.680	88.476	105,99	152,40	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Tabua S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 <sup>1</sup>	CCEE	135.964	64.824	104,80	150,69	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 <sup>1</sup>	CCEE	198.004	93.732	105,55	151,77	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Itapua VII Ltda. (EOL Mulungu) - Em recuperação judicial	LER 10/2014 <sup>1</sup>	CCEE	158.288	56.940	138,90	186,85	out/17	set/37	IPCA	outubro
Centrais Eólicas Itapua VII Ltda. (EOL Quina) - Em recuperação judicial	LER 10/2014 <sup>1</sup>	CCEE	224.038	80.592	138,90	186,85	out/17	set/37	IPCA	outubro
Centrais Eólicas Itapua VII Ltda. (EOL Pau Santo) - Em recuperação judicial	LER 10/2014 <sup>1</sup>	CCEE	126.630	45.552	138,90	186,85	out/17	set/37	IPCA	outubro

Nota 1: A Companhia possui procedimentos administrativos ainda em fase instrutória perante a ANEEL referente as obrigações presentes nos Contratos de Energia de Reserva do LER2013 e LER2014, conforme divulgado na Nota 1.1.

### 5.2 Mercado livre (ACL)

A Companhia possui contrato no mercado livre, denominado Light I, com fornecimento de energia para a LIGHTCOM e para a CEMIG GT que totaliza 100,2 MW médios (não examinado) de energia contratada, com vigência até agosto de 2035 (Nota 26.4).

## 6. Segmentos operacionais

A Companhia apresenta quatro segmentos reportáveis que representam suas unidades de negócios estratégicos além da execução das suas atividades administrativas. Tais unidades de negócios estratégicos oferecem diferentes fontes de energia renovável e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias, desenvolvimentos e características operacionais. A seguir apresentamos um resumo das operações em cada um dos segmentos reportáveis da Companhia:

- PCH – Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes hídricas. Inclui o desenvolvimento de estudos de inventários e projetos básicos e geração de energia. As PCHs se encontram em fase de operação.

- b) Eólico – Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes eólicas. Inclui a medição de ventos, arrendamento de terras, implantação e geração de energia. Composto basicamente pelo Complexo Eólico Alto Sertão III, cujos parques encontram-se com suas obras paralisadas.
- c) Comercialização – Este segmento é responsável pela comercialização de energia em todas as suas formas e gestão dos contratos de compra e venda de energia da Companhia.
- d) Administrativo – Este segmento é responsável pelas operações gerenciais e administrativas da Companhia.

As informações por segmento em 31 de dezembro de 2020 e 2019 para o resultado e para ativos e passivos totais estão apresentadas a seguir:

31/12/2020					
	PCH	Eólico	Comercialização	Administrativo	Consolidado
Receita líquida	47.128	-	23.369	-	70.497
Custos não gerenciáveis	(889)	-	-	-	(889)
Margem Bruta	46.239	-	23.369	-	69.608
Custos gerenciáveis	(10.108)	(60.719)	(19.645)	(60.835)	(151.307)
Depreciações e amortizações	(6.150)	(634)	-	(5.930)	(12.714)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	-	(3.646)	-	-	(3.646)
Resultado de equivalência patrimonial	95.287	-	-	-	95.287
Receita financeira	687	44	228	(821)	138
Despesa financeira	(6.534)	38.543	2.154	(7.724)	26.439
Imposto de renda e contribuição social	(1.367)	-	(4)	-	(1.371)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	118.054	(26.412)	6.102	(75.310)	22.434
Ativos totais	704.077	1.527.433	48.275	17.147	2.296.932
Passivos totais	100.615	1.590.972	31.394	1.681.588	3.404.569

31/12/2019					
	PCH	Eólico	Comercialização	Administrativo	Consolidado
Receita líquida	42.812	-	55.378	-	98.190
Custos não gerenciáveis	(785)	-	-	-	(785)
Margem Bruta	42.027	-	55.378	-	97.405
Custos gerenciáveis	(13.038)	(164.005)	(142.343)	(130.894)	(450.280)
Depreciação	(6.088)	(709)	-	(9.370)	(16.167)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	-	(259.403)	-	-	(259.403)
Resultado de equivalência patrimonial	65.849	-	-	-	65.849
Receita financeira	209	195	(552)	3.140	2.992
Despesa financeira	(7.823)	(289.820)	(74.973)	(74.711)	(447.327)
Imposto de renda e contribuição social	(7.370)	243	-	-	(7.127)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	73.766	(713.499)	(162.490)	(211.835)	(1.014.058)

(reapresentado)					
	PCH	Eólico	Comercialização	Administrativo	Consolidado
Ativos totais	723.974	1.531.485	14.722	19.861	2.290.042
Passivos totais	106.000	1.645.209	38.685	1.630.576	3.420.470

## 7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa		10	27	1	15
Bancos conta movimento		15.678	1.079	10.069	61
Aplicações financeiras de liquidez imediata		19.136	3.676	-	5
Aplicações financeiras		36.304	7.637	296	6.360
		<u>71.128</u>	<u>12.419</u>	<u>10.366</u>	<u>6.441</u>
Transferência para ativos mantidos para venda:					
Caixa e equivalentes de caixa	29.2	(22.681)	-	-	-
Total		<u>48.447</u>	<u>12.419</u>	<u>10.366</u>	<u>6.441</u>
Apresentados como:					
<u>Circulante</u>					
Caixa e equivalentes de caixa		29.374	4.782	10.070	81
Aplicações financeiras		18.777	1.277	-	-
<u>Não circulante</u>					
Aplicações financeiras		296	6.360	296	6.360
Total		<u>48.447</u>	<u>12.419</u>	<u>10.366</u>	<u>6.441</u>

A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a menor risco de mudança de valor e foram classificadas como equivalentes de caixa. Esses investimentos financeiros referem-se a instrumentos de renda fixa, remunerados a taxa média de 86% do CDI.

A aplicação financeira apresentada no não circulante é garantidora da fiança constituída pela Controladora em favor da controlada Centrais Elétricas Itaparica S.A. e em 21 de janeiro de 2020 foi utilizada para quitar parte do valor devido a FINEP, conforme descrito na Nota 15.6.b.

## 8. Contas a receber de clientes

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
Comercialização Mercado livre		4.070	8	-
Eletrobras - ESPRA		4.395	3.607	-
Outros		150	26	26
Total		<u>8.615</u>	<u>3.641</u>	<u>26</u>
Transferência para ativos mantidos para venda	29.2	(4.395)	-	-
Total		<u>4.220</u>	<u>3.641</u>	<u>26</u>

Os saldos em 31 de dezembro de 2020 são compostos substancialmente por valores a vencer, com prazo médio de recebimento de 30 dias, para as quais não são esperadas perdas na sua realização.

## 9. Tributos a recuperar

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
IRRF a compensar		147	4.737	117	107
Saldo negativo de IRPJ a compensar		5.294	952	-	-
COFINS a recuperar		5.811	3.259	-	-
PIS a recuperar		1.262	707	-	-
Outros impostos a compensar		208	191	101	51
		12.722	9.846	218	158
Transferência para ativos mantidos para venda	29.2	(35)	-	-	-
Total		12.687	9.846	218	158

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de IRRF a compensar, decorre principalmente dos valores retidos sobre rendimentos de aplicação financeiras auferidos pelas companhias do Grupo Renova, e os saldos de PIS e COFINS a recuperar referem-se aos créditos apurados sobre as despesas com TUST.

Os montantes correspondentes a saldo negativo de IRPJ, IRRF a compensar, e outros impostos a recuperar serão compensados com débitos de tributos federais ao longo de 2021. Enquanto os saldos de PIS e COFINS a recuperar seguem sendo acumulados para compensação com débitos futuros.

## 10. Cauções e depósitos vinculados

Companhia	Caução	Instituição	Objeto Contratual	Consolidado	
				31/12/2020	31/12/2019
Espra	Garantia	BNB	Financiamento BNB	11.813	11.502
	Transferência para ativos mantidos para venda (nota 29.2)			(11.813)	-
	Total não circulante			-	11.502

Refere-se a aplicação financeira de instrumento de renda fixa, com taxa de 98% do CDI, vinculadas ao financiamento do Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), cuja aplicação somente poderá ser movimentada mediante autorização expressa dos credores.

## 11. Investimentos

### 11.1 Composição dos investimentos

O quadro abaixo apresenta os investimentos em controladas, investidas e em controladas em conjunto:

Empresas	Consolidado	Controladora	
	31/12/2019 (reapresentado)	31/12/2020	31/12/2019 (reapresentado)
<b>PCH</b>			
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	-	-	146.283
Renova PCH LTDA. - Em recuperação judicial	-	(12)	(6)
Chipley SP Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	-	960.249	876.505
Brasil PCH S.A.	552.526	-	-
<b>Eólico</b>			
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	-	(208.298)	(198.861)
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	-	2.918	3.539
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial	-	(2.459)	(1.635)
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial	-	(2.028)	(1.517)
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	-	(3.397)	(2.665)
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial	-	(3.606)	(3.249)
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial	-	(2.092)	(1.455)
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	-	(9.992)	(9.500)
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	-	(1.766)	(1.275)
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	-	(4.118)	(3.546)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	-	(11.782)	(11.173)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	-	4.200	4.801
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em recuperação judicial	-	(3.391)	(3.016)
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial	-	(4.395)	(5.415)
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	-	(5.460)	(6.585)
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	-	(1.162)	(940)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial	-	(5.524)	(5.308)
Centrais Eólicas Caliandra S.A. - Em recuperação judicial	-	(3.514)	(3.343)
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	-	(3.339)	(3.148)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	-	(715)	(498)
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	-	(783)	(547)
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial	-	(3.249)	(3.592)
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA. - Em recuperação judicial	-	(25.534)	(15.281)
Centrais Eólicas Itapuã XX LTDA. - Em recuperação judicial	-	(44)	(33)
Centrais Eólicas Itapuã IV LTDA. - Em recuperação judicial	-	(164)	(135)
Centrais Eólicas Itapuã V LTDA. - Em recuperação judicial	-	(110)	(94)
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	-	(1.720)	(1.320)
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	-	71.490	27.850
SF 120 Participações Societárias S.A. <sup>(1)</sup>	-	-	12.640
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	-	(212)	(1)
Outras participações <sup>(2)</sup>	-	(61)	(46)
<b>Comercialização</b>			
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	-	(169.760)	(175.746)
<b>Total</b>	<b>552.526</b>	<b>560.170</b>	<b>611.688</b>
<b>Apresentados como:</b>			
<b>Ativo</b>			
Investimento	552.526	1.038.857	1.071.618
<b>Passivo</b>			
Provisão para perda sobre investimento	-	(478.687)	(459.930)
<b>Total</b>	<b>552.526</b>	<b>560.170</b>	<b>611.688</b>

Nota 1: Empresa constituída no exercício de 2019, detentora do projeto em desenvolvimento Mina de Ouro.

Nota 2: Demais empresas listadas na Nota 1.

## 11.2 Informações sobre investidas

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Companhia	31/12/2020						31/12/2019				
	Quantidade total de ações	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Dividendos propostos	Lucro líquido (prejuízo) no período	Quantidade total de ações	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) no exercício
PCH										(reapresentado)	
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	5.170.101	100,00	101.955	-	(24.806)	21.219	5.170.101	100,00	101.955	146.283	18.917
Renova PCH LTDA. - Em recuperação judicial	359.784	99,99	360	(12)	-	(6)	359.784	99,99	360	(6)	(6)
Chiple SP Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	744.871.373	99,99	744.871	960.249	(7.741)	91.128	744.871.373	99,99	744.871	876.505	78.892
Eólico										(reapresentado)	
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	1.578.097.205	99,99	1.556.074	(208.298)	-	(9.437)	1.578.097.205	99,99	1.556.074	(198.861)	(536.630)
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	17.361.558	99,99	17.362	2.918	-	(621)	17.361.558	99,99	17.362	3.539	(5.357)
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial	7.559.824	99,99	7.560	(2.459)	-	(824)	7.559.824	99,99	7.560	(1.635)	(5.223)
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial	14.996.736	99,99	14.997	(2.028)	-	(511)	14.996.736	99,99	14.997	(1.517)	(6.579)
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	19.142.404	99,99	19.142	(3.397)	-	(732)	19.142.404	99,99	19.142	(2.665)	(8.916)
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial	23.542.317	99,99	23.542	(3.606)	-	(357)	23.542.317	99,99	23.542	(3.249)	(6.233)
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial	6.885.612	99,99	6.886	(2.092)	-	(637)	6.885.612	99,99	6.886	(1.455)	(4.591)
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	18.011.571	99,99	18.012	(9.992)	-	(492)	18.011.571	99,99	18.012	(9.500)	(6.142)
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	4.614.138	99,99	4.614	(1.766)	-	(491)	4.614.138	99,99	4.614	(1.275)	(3.544)
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	14.215.026	99,99	14.215	(4.118)	-	(572)	14.215.026	99,99	14.215	(3.546)	(7.289)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	13.014.445	99,99	13.014	(11.782)	-	(609)	13.014.445	99,99	13.014	(11.173)	(6.825)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	16.493.153	99,99	16.493	4.200	-	(601)	16.493.153	99,99	16.493	4.801	(4.523)
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em recuperação judicial	10.421.120	99,99	10.421	(3.391)	-	(375)	10.421.120	99,99	10.421	(3.016)	(5.344)
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial	19.464.696	99,99	19.465	(4.395)	-	1.020	19.464.696	99,99	19.465	(5.415)	(4.048)
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	19.346.653	99,99	19.347	(5.460)	-	1.125	19.346.653	99,99	19.347	(6.585)	(4.654)
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	11.530.260	99,99	11.530	(1.162)	-	(222)	11.530.260	99,99	11.530	(940)	(4.135)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial	6.428.922	99,99	6.429	(5.524)	-	(216)	6.428.922	99,99	6.429	(5.308)	(2.826)

- Continua -

- Continuação -

Companhia	31/12/2020						31/12/2019					
	Quantidade total de ações	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Dividendos propostos	Lucro líquido (prejuízo) no período	Quantidade total de ações	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) no exercício	
Eólico										(reapresentado)		
Centrais Eólicas Calandra S.A. - Em recuperação judicial	6.598.699	99,99	6.599	(3.514)	-	(171)	6.598.699	99,99	6.599	(3.343)	(1.891)	
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	3.903.274	99,99	3.903	(3.339)	-	(191)	3.903.274	99,99	3.903	(3.148)	(1.936)	
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	2.181.078	99,99	2.181	(715)	-	(217)	2.181.078	99,99	2.181	(498)	(1.307)	
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	3.143.392	99,99	3.143	(783)	-	(236)	3.143.392	99,99	3.143	(547)	(1.432)	
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial	130.234.571	99,99	130.235	(3.249)	-	343	130.234.571	99,99	130.235	(3.592)	(72.580)	
Centrais Eólicas Itapua VII LTDA. - Em recuperação judicial	1.408.975	99,99	1.409	(25.534)	-	(10.253)	1.408.975	99,99	1.409	(15.281)	(10.833)	
Centrais Eólicas Itapua XX LTDA. - Em recuperação judicial	32.338	99,99	32	(44)	-	(11)	32.338	99,99	32	(33)	(9)	
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	244.293.570	99,99	244.294	(1.720)	-	(400)	244.293.570	99,99	244.294	(1.320)	(619)	
Centrais Eólicas Itapua IV LTDA. - Em recuperação judicial	968.664	99,99	969	(164)	-	(29)	968.664	99,99	969	(135)	(4)	
Centrais Eólicas Itapua V LTDA. - Em recuperação judicial	883.194	99,99	883	(110)	-	(16)	883.194	99,99	883	(94)	(10)	
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	22.973	100,00	23	(212)	-	(211)	22.973	100,00	23	(1)	-	
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	73.722.950	99,99	73.723	71.490	-	(2.227)	73.722.950	99,99	73.723	27.850	(4)	
SF 120 Participações Societárias S.A.	12.640.157	99,99	12.640	-	-	(73)	12.640.157	99,99	12.640	12.640	(1)	
Outras participações <sup>(1)</sup>	-	-	-	(61)	-	(15)	-	-	-	(46)	(19)	
Comercialização												
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	524.038.918	100,00	524.039	(169.760)	-	5.986	524.038.918	100,00	524.039	(175.746)	(150.625)	

Nota 1: Demais empresas listadas na Nota 1



## 11.3 Movimentação dos investimentos

### 11.3.1 Consolidado

	Nota explicativa	Investimento			
		Custo	Mais valia	Ajuste de valor patrimonial	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2019 (reapresentado)		94.266	502.427	(16.413)	580.280
Equivalência patrimonial/ amortização da mais valia		102.150	(36.301)	-	65.849
Dividendos propostos		(77.189)	-	-	(77.189)
Ajuste de valor patrimonial (DRA)		-	-	(16.414)	(16.414)
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)		119.227	466.126	(32.827)	552.526
Equivalência patrimonial/ amortização da mais valia		131.590	(36.303)	-	95.287
Dividendos propostos		(132.670)	-	-	(132.670)
Ajuste de valor patrimonial (DRA)		-	-	357	357
Transferência para ativo mantido para venda	29.2	(118.147)	(429.823)	32.470	(515.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		-	-	-	-

Nota 1: a controlada em conjunto Brasil PCH contratou junto ao Banco Itaú uma operação de *Swap* para igualar as remunerações ao IPCA das Debêntures - 1ª Série (CDI+2,39%) e 2ª série (IPCA + 8,2647%), qualificado como *Hedge* de fluxo de caixa. O efeito da marcação a mercado desse instrumento financeiro derivativo resultou em uma perda total de R\$63.667, reconhecidas em outros resultados abrangentes, dos quais a Companhia reconheceu R\$32.470, equivalentes à sua participação de 51%.

#### 11.3.1.1 Investimento societário com controle compartilhado – Brasil PCH S.A.

A Companhia mensura seu investimento na participação societária de empreendimento controlado em conjunto utilizando o método da equivalência patrimonial, em conformidade com a IFRS 11 / CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto.

A Brasil PCH detém 13 PCHs com capacidade instalada de 291 MW e energia assegurada de 194 MW médios. Todas as PCHs possuem contratos de longo prazo (20 anos) de venda de energia no âmbito do PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não revisadas pelos auditores independentes).

O valor de aquisição pago foi alocado aos ativos e passivos da Brasil PCH a valores justos, incluindo os ativos intangíveis associados ao direito de exploração de cada autorização, os quais estão sendo amortizados pelos prazos remanescentes das autorizações das PCHs adquiridas. Consequentemente, como a totalidade do valor pago, R\$754.907 em 2014, foi alocada a ativos e passivos identificados, nenhum valor residual foi alocado como ágio.

De acordo com o requerido no CPC 45 (IFRS 12), apresentamos as informações contábeis da Brasil PCH (controlada em conjunto):

# BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (CONSOLIDADO)

ATIVOS	31/12/2020	31/12/2019	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2020	31/12/2019
<b>CIRCULANTES</b>			<b>CIRCULANTES</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	44.991	8	Debêntures	109.853	122.117
Aplicações financeiras	23.462	155.550	Outros passivos circulantes	75.576	80.279
Outros ativos circulantes	70.769	56.366	Total dos passivos circulantes	185.429	202.396
Total dos ativos circulantes	139.222	211.924			
<b>NÃO CIRCULANTES</b>			<b>NÃO CIRCULANTES</b>		
Imobilizado	1.015.800	1.035.306	Debêntures	695.531	766.192
Outros ativos não circulantes	16.086	21.125	Outros passivos não circulantes	122.150	130.352
Total dos ativos não circulantes	1.031.886	1.056.431	Total dos passivos não circulantes	817.681	896.544
			<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	167.998	169.415
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.171.108</b>	<b>1.268.355</b>	<b>TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.171.108</b>	<b>1.268.355</b>

# DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (CONSOLIDADO)

	31/12/2020	31/12/2019
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	508.159	426.940
Custo com depreciação e amortização	(36.448)	(35.752)
Outros custos	(64.150)	(64.780)
Despesas gerais e administrativas	(15.185)	(15.479)
(Reversão) perda com contrato oneroso	(9.396)	4.425
Resultado financeiro	(107.840)	(100.822)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(17.120)	(14.235)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>258.020</b>	<b>200.297</b>

O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi impactado substancialmente pelo: (i) aumento da receita líquida em consequência, principalmente, do efeito líquido da reversão da provisão de Garantia Física, no valor R\$43.518; e (ii) aumento no total da exposição acumulada no contrato oneroso para o período de junho de 2020 a dezembro de 2021, em função da redução do preço de mercado e pelo decréscimo da Selic média para o período.

### 11.3.2 Controladora

Companhia	31/12/2019 (reapresentado)	Adições	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos propostos	Equivalência patrimonial	Transferência para ativo mantidos para venda (nota 29.1)	31/12/2020
<b>PCH</b>							
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	146.283	-	-	(24.806)	21.219	(142.696)	-
Renova PCH LTDA. - Em recuperação judicial	(6)	-	-	-	(6)	-	(12)
Chipley SP Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	876.505	-	357	(7.741)	91.128	-	960.249
<b>Eólico</b>							
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	(198.861)	-	-	-	(9.437)	-	(208.298)
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	3.539	-	-	-	(621)	-	2.918
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial	(1.635)	-	-	-	(824)	-	(2.459)
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial	(1.517)	-	-	-	(511)	-	(2.028)
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	(2.665)	-	-	-	(732)	-	(3.397)
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial	(3.249)	-	-	-	(357)	-	(3.606)
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial	(1.455)	-	-	-	(637)	-	(2.092)
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	(9.500)	-	-	-	(492)	-	(9.992)
Centrais Eólicas Cansação S.A. - Em recuperação judicial	(1.275)	-	-	-	(491)	-	(1.766)
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	(3.546)	-	-	-	(572)	-	(4.118)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	(11.173)	-	-	-	(609)	-	(11.782)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	4.801	-	-	-	(601)	-	4.200
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em recuperação judicial	(3.016)	-	-	-	(375)	-	(3.391)
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial	(5.415)	-	-	-	1.020	-	(4.395)
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	(6.585)	-	-	-	1.125	-	(5.460)
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	(940)	-	-	-	(222)	-	(1.162)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial	(5.308)	-	-	-	(216)	-	(5.524)
Centrais Eólicas Calindra S.A. - Em recuperação judicial	(3.343)	-	-	-	(171)	-	(3.514)
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	(3.148)	-	-	-	(191)	-	(3.339)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	(498)	-	-	-	(217)	-	(715)
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	(547)	-	-	-	(236)	-	(783)
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial	(3.592)	-	-	-	343	-	(3.249)
Centrais Eólicas Itapua VII LTDA. - Em recuperação judicial	(15.281)	-	-	-	(10.253)	-	(25.534)
Centrais Eólicas Itapua XX LTDA. - Em recuperação judicial	(33)	-	-	-	(11)	-	(44)
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	(1.320)	-	-	-	(400)	-	(1.720)
Centrais Eólicas Itapua IV LTDA. - Em recuperação judicial	(135)	-	-	-	(29)	-	(164)
Centrais Eólicas Itapua V LTDA. - Em recuperação judicial	(94)	-	-	-	(16)	-	(110)
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	(1)	-	-	-	(211)	-	(212)
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	27.850	45.867	-	-	(2.227)	-	71.490
SF 120 Participações Societárias S.A.	12.640	-	-	-	(73)	(12.567)	-
Outras participações <sup>(1)</sup>	(46)	-	-	-	(15)	-	(61)
<b>Comercialização</b>							
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	(175.746)	-	-	-	5.986	-	(169.760)
<b>Total</b>	<b>611.688</b>	<b>45.867</b>	<b>357</b>	<b>(32.547)</b>	<b>90.068</b>	<b>(155.263)</b>	<b>560.170</b>

Nota 1: Demais empresas listadas na Nota 1.

O saldo do investimento está sendo apresentado líquido da provisão para passivo a descoberto de certas investidas no montante de R\$478.687 (R\$459.930, em 31 de dezembro de 2019).

- Continua -

- Continuação -

Companhia	01/01/2019 (reapresentado)	Adições	Ajuste de avaliação patrimonial	Cisão parcial	Equivalência patrimonial	Reclassificação <sup>1</sup>	31/12/2019 (reapresentado)
<b>PCH</b>							
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	127.366	-	-	-	18.917	-	146.283
Renova PCH LTDA. - Em recuperação judicial	-	-	-	-	(6)	-	(6)
Chipley SP Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	814.027	-	(16.414)	-	78.892	-	876.505
<b>Eólico</b>							
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	-	56.208	-	100.529	(536.630)	181.032	(198.861)
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	-	-	-	-	(5.357)	8.896	3.539
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	-	-	-	-	(5.223)	3.588	(1.635)
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	-	-	-	-	(6.579)	5.062	(1.517)
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	-	-	-	-	(8.916)	6.251	(2.665)
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	-	-	-	-	(6.233)	2.984	(3.249)
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	-	-	-	-	(4.591)	3.136	(1.455)
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	-	-	-	-	(6.142)	(3.358)	(9.500)
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	-	-	-	-	(3.544)	2.269	(1.275)
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	-	-	-	-	(7.289)	3.743	(3.546)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	-	-	-	-	(6.825)	(4.348)	(11.173)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	-	-	-	-	(4.523)	9.324	4.801
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	-	-	-	-	(5.344)	2.328	(3.016)
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	-	-	-	-	(4.048)	(1.367)	(5.415)
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	-	-	-	-	(4.654)	(1.931)	(6.585)
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	-	-	-	-	(4.135)	3.195	(940)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	-	-	-	-	(2.826)	(2.482)	(5.308)
Centrais Eólicas Calíandra S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	-	-	-	-	(1.891)	(1.452)	(3.343)
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	-	-	-	-	(1.936)	(1.212)	(3.148)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	-	-	-	-	(1.307)	809	(498)
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	-	-	-	-	(1.432)	885	(547)
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	-	2.713	-	31.774	(72.580)	34.501	(3.592)
Centrais Eólicas Itapua VII LTDA. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	-	1.037	-	(402)	(10.833)	(5.083)	(15.281)
Centrais Eólicas Itapua XX LTDA. - Em recuperação judicial	(24)	-	-	-	(9)	-	(33)
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	131.200	-	-	(131.901)	(619)	-	(1.320)
Centrais Eólicas Itapua IV LTDA. - Em recuperação judicial	(131)	-	-	-	(4)	-	(135)
Centrais Eólicas Itapua V LTDA. - Em recuperação judicial	(84)	-	-	-	(10)	-	(94)
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	(1)	-	-	-	-	-	(1)
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	45.614	-	-	(17.760)	(4)	-	27.850
SF 120 Participações Societárias S.A.	-	-	-	12.641	(1)	-	12.640
Outras participações <sup>2</sup>	(27)	-	-	-	(19)	-	(46)
<b>Comercialização</b>							
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	(549.160)	524.039	-	-	(150.625)	-	(175.746)
<b>Total</b>	<b>568.780</b>	<b>583.997</b>	<b>(16.414)</b>	<b>(5.119)</b>	<b>(766.326)</b>	<b>246.770</b>	<b>611.688</b>

Nota 1: Reclassificação de ativos anteriormente apresentados como mantidos para venda.

Nota 2: Demais empresas listadas na Nota 1.

## 11.4 Movimentação dos dividendos a receber

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2018	9.180	10.177
Dividendos propostos	77.189	
Dividendos recebidos	(86.369)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	10.177
Dividendos propostos	132.670	32.547
Dividendos recebidos	(132.670)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	42.724

Controladora: o saldo de R\$37.684, em 31 de dezembro de 2020, refere-se a dividendos a receber das controladas Enerbras (R\$30.364) e Chipley (R\$12.360).

Consolidado: contemplam os dividendos propostos e recebidos da controlada indireta Brasil PCH.

## 12. Imobilizado

### 12.1 Consolidado

		31/12/2020			31/12/2019		
Taxas anuais de depreciação %		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Terrenos		595	-	595	595	-	595
Reservatórios, barragens e adutoras	2%	95.797	(27.879)	67.918	95.797	(25.644)	70.153
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	46.336	(15.693)	30.643	46.336	(14.429)	31.907
Máquinas e equipamentos	4%	65.015	(25.192)	39.823	65.015	(23.178)	41.837
Móveis e utensílios	10%	142	(131)	11	142	(131)	11
Equipamento de informática	17%	245	(245)	-	245	(245)	-
Torres de medição	20%	22.692	(22.542)	150	22.692	(22.160)	532
Equipamentos de medição	20%	3.739	(3.600)	139	3.739	(3.363)	376
Equipamentos de torres	20%	2.372	(2.370)	2	2.372	(2.350)	22
Outros	14%	16	(15)	1	16	(14)	2
		236.949	(97.667)	139.282	236.949	(91.514)	145.435
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	5.356	(3.691)	1.665	5.356	(3.156)	2.200
Benfeitorias	4%	854	(146)	708	854	(111)	743
Móveis e utensílios	10%	2.118	(1.718)	400	2.114	(1.519)	595
Softwares	20%	3.339	(3.311)	28	3.310	(3.294)	16
Equipamento de informática	20%	3.778	(3.552)	226	3.524	(3.472)	52
		15.445	(12.418)	3.027	15.158	(11.552)	3.606
Estoques							
Almoxarifado geral		17	-	17	14	-	14
Total do imobilizado em serviço		252.411	(110.085)	142.326	252.121	(103.066)	149.055
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear		681.984	-	681.984	679.011	-	679.011
Estudos e projetos		1.062	-	1.062	1.062	-	1.062
Terrenos		12.092	-	12.092	12.092	-	12.092
Edificações, obras civis e benfeitorias		273.116	-	273.116	273.074	-	273.074
Torres de medição		4.566	-	4.566	3.989	-	3.989
Aerogeradores		1.491.245	-	1.491.245	1.491.228	-	1.491.228
Equipamentos de subestação		447.544	-	447.544	445.995	-	445.995
Adiantamentos a fornecedores		679	-	679	679	-	679
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		(1.417.496)	-	(1.417.496)	(1.413.850)	-	(1.413.850)
Total do imobilizado em curso		1.494.792	-	1.494.792	1.493.280	-	1.493.280
Direito de uso							
Geração							
Contratos de arrendamento		45.005	(11.868)	33.137	44.573	(6.173)	38.400
Transferência para ativos mantidos para venda (Nota 29.2)		(374.454)	-	(374.454)	-	-	-
Total imobilizado		1.417.754	(121.953)	1.295.801	1.789.974	(109.239)	1.680.735

## 12.2 Movimentações do imobilizado (consolidado)

	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferência para ativos mantidos para venda (Nota 29.2)	Reclassificações entre rubricas <sup>1</sup>	31/12/2020
Imobilizado em serviço						
Custo						
Geração						
Usina						
Terrenos	595	-	-	(595)	-	-
Reservatórios, barragens e adutoras	95.797	-	-	(95.797)	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	46.336	-	-	(46.336)	-	-
Máquinas e equipamentos	65.015	-	-	(65.015)	-	-
Móveis e utensílios	142	-	-	(142)	-	-
Equipamento de informática	245	-	-	(245)	-	-
Torres de medição	22.692	-	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.372	-	-	-	-	2.372
Outros	16	-	-	(16)	-	-
	<u>236.949</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(208.146)</u>	<u>-</u>	<u>28.803</u>
Administração						
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	-	854
Móveis e utensílios	2.114	4	-	-	-	2.118
Softwares	3.310	29	-	-	-	3.339
Equipamento de informática	3.524	254	-	-	-	3.778
	<u>15.158</u>	<u>287</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.445</u>
Estoques						
Almoxarifado geral	14	4	(1)	(17)	-	-
Total do imobilizado em serviço - custo	<u>252.121</u>	<u>291</u>	<u>(1)</u>	<u>(208.163)</u>	<u>-</u>	<u>44.248</u>
(-) Depreciação						
Geração						
Usina						
Reservatórios, barragens e adutoras	(25.644)	(2.235)	-	27.879	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	(14.429)	(1.264)	-	15.693	-	-
Máquinas e equipamentos	(23.178)	(2.014)	-	25.192	-	-
Móveis e utensílios	(131)	-	-	131	-	-
Equipamento de informática	(245)	-	-	245	-	-
Torres de medição	(22.160)	(382)	-	-	-	(22.542)
Equipamentos de medição	(3.363)	(237)	-	-	-	(3.600)
Equipamentos de torres	(2.350)	(20)	-	-	-	(2.370)
Outros	(14)	(1)	-	15	-	-
	<u>(91.514)</u>	<u>(6.153)</u>	<u>-</u>	<u>69.155</u>	<u>-</u>	<u>(28.512)</u>
Administração						
Máquinas e equipamentos	(3.156)	(535)	-	-	-	(3.691)
Benfeitorias	(111)	(35)	-	-	-	(146)
Móveis e utensílios	(1.519)	(199)	-	-	-	(1.718)
Softwares	(3.294)	(17)	-	-	-	(3.311)
Equipamento de informática	(3.472)	(80)	-	-	-	(3.552)
	<u>(11.552)</u>	<u>(866)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(12.418)</u>
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(103.066)</u>	<u>(7.019)</u>	<u>-</u>	<u>69.155</u>	<u>-</u>	<u>(40.930)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>149.055</u>	<u>(6.728)</u>	<u>(1)</u>	<u>(139.008)</u>	<u>-</u>	<u>3.318</u>

- Continua -

- Continuação -

	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferência para ativos mantidos para venda (Nota 29.2)	Reclassificações entre rubricas <sup>1</sup>	31/12/2020
Imobilizado em curso						
Geração						
A ratear	679.011	5.597	(2.624)	(153.020)	-	528.964
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	-	1.062
Terrenos	12.092	-	-	(3.022)	-	9.070
Edificações, obras civis e benfeitorias	273.074	42	-	(32.216)	-	240.900
Torres de medição	3.989	577	-	(1.126)	-	3.440
Aerogeradores	1.491.228	17	-	(7.584)	-	1.483.661
Equipamentos de subestação	445.995	1.549	-	(143.228)	-	304.316
Adiantamentos a fornecedores	679	-	-	-	-	679
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(1.413.850)	(3.646)	-	125.145	-	(1.292.351)
Total do imobilizado em curso	1.493.280	4.136	(2.624)	(215.051)	-	1.279.741
Direito de uso						
Geração						
Contratos de arrendamento	44.573	2.549	-	(29.625)	(2.117)	15.380
(-) Amortização contratos de arrendamento - custo	(571)	(636)	-	1.207	-	-
(-) Amortização contratos de arrendamento - despesa	(5.602)	(5.059)	-	8.023	-	(2.638)
Total direito de uso	38.400	(3.146)	-	(20.395)	(2.117)	12.742
Total do imobilizado	1.680.735	(5.738)	(2.625)	(374.454)	(2.117)	1.295.801

Nota 1: Efeito da conciliação de fornecedores no exercício.

	31/12/2018	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas <sup>1</sup>	Reclassificação <sup>2</sup>	31/12/2019
Imobilizado em serviço						
Custo						
Geração						
Usina						
Terrenos	595	-	-	-	-	595
Reservatórios, barragens e adutoras	95.797	-	-	-	-	95.797
Edificações, obras civis e benfeitorias	46.336	-	-	-	-	46.336
Máquinas e equipamentos	65.015	-	-	-	-	65.015
Móveis e utensílios	142	-	-	-	-	142
Equipamento de informática	245	-	-	-	-	245
Torres de medição	22.692	-	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.372	-	-	-	-	2.372
Outros	16	-	-	-	-	16
	236.949	-	-	-	-	236.949
Administração						
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	-	854
Móveis e utensílios	2.114	-	-	-	-	2.114
Softwares	3.310	-	-	-	-	3.310
Equipamento de informática	3.524	-	-	-	-	3.524
	15.158	-	-	-	-	15.158
Estoque						
Almoxarifado geral	3	11	-	-	-	14
Total do imobilizado em serviço - custo	252.110	11	-	-	-	252.121
(-) Depreciação						
Geração						
Usina						
Reservatórios, barragens e adutoras	(23.410)	(2.234)	-	-	-	(25.644)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(13.165)	(1.264)	-	-	-	(14.429)
Máquinas e equipamentos	(21.164)	(2.014)	-	-	-	(23.178)
Móveis e utensílios	(127)	(4)	-	-	-	(131)
Equipamento de informática	(245)	-	-	-	-	(245)
Torres de medição	(20.064)	(2.096)	-	-	-	(22.160)
Equipamentos de medição	(2.652)	(711)	-	-	-	(3.363)
Equipamentos de torres	(1.876)	(474)	-	-	-	(2.350)
Outros	(13)	(1)	-	-	-	(14)
	(82.716)	(8.798)	-	-	-	(91.514)
Administração						
Máquinas e equipamentos	(2.620)	(536)	-	-	-	(3.156)
Benfeitorias	(78)	(33)	-	-	-	(111)
Móveis e utensílios	(1.307)	(212)	-	-	-	(1.519)
Softwares	(3.195)	(99)	-	-	-	(3.294)
Equipamento de informática	(3.156)	(316)	-	-	-	(3.472)
	(10.356)	(1.196)	-	-	-	(11.552)
Total do imobilizado em serviço - depreciação	(93.072)	(9.994)	-	-	-	(103.066)
Total do imobilizado em serviço	159.038	(9.983)	-	-	-	149.055

- Continua -



- Continuação -

	31/12/2018	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas <sup>1</sup>	Reclassificação <sup>2</sup>	31/12/2019
Imobilizado em curso						
Geração						
A ratear	259.979	6.383	(958)	(24.625)	438.232	679.011
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	-	1.062
Terrenos	186	-	-	(3)	11.909	12.092
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	6.675	-	240	266.159	273.074
Torres de medição	-	-	-	-	3.989	3.989
Aerogeradores	-	2.644	(6.740)	(345)	1.495.669	1.491.228
Equipamentos de subestação	135	13.002	-	1.261	431.597	445.995
Adiantamentos a fornecedores	207	626	-	(1.697)	1.543	679
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(181.211)	(259.403)	-	-	(973.236)	(1.413.850)
Total do imobilizado em curso	80.358	(230.073)	(7.698)	(25.169)	1.675.862	1.493.280
Direito de uso						
Geração						
Contratos de arrendamento	-	44.573	-	-	-	44.573
(-) Amortização contratos de arrendamento - custo	-	(571)	-	-	-	(571)
(-) Amortização contratos de arrendamento - despesa	-	(5.602)	-	-	-	(5.602)
Total direito de uso	-	38.400	-	-	-	38.400
Total do imobilizado	239.396	(201.656)	(7.698)	(25.169)	1.675.862	1.680.735

Nota 1: Efeito da conciliação de fornecedores no exercício.

Nota 2: Reclassificação de ativos anteriormente apresentados como mantidos para venda.

## 12.3 Controladora

		31/12/2020			31/12/2019		
	Taxas anuais de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Torres de medição	20%	22.692	(22.542)	150	22.692	(22.160)	532
Equipamentos de medição	20%	3.739	(3.600)	139	3.739	(3.363)	376
Equipamentos de torres	20%	2.372	(2.370)	2	2.372	(2.350)	22
		28.803	(28.512)	291	28.803	(27.873)	930
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	5.356	(3.691)	1.665	5.356	(3.156)	2.200
Benfeitorias	4%	854	(146)	708	854	(111)	743
Móveis e utensílios	10%	2.118	(1.718)	400	2.114	(1.519)	595
Softwares	20%	3.339	(3.311)	28	3.310	(3.294)	16
Equipamento de informática	20%	3.760	(3.534)	226	3.506	(3.454)	52
		15.427	(12.400)	3.027	15.140	(11.534)	3.606
Total do imobilizado em serviço		44.230	(40.912)	3.318	43.943	(39.407)	4.536
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear		17.918	-	17.918	60.368	-	60.368
Estudos e projetos		1.062	-	1.062	1.062	-	1.062
Terrenos		50	-	50	50	-	50
Adiantamentos a fornecedores		11	-	11	11	-	11
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		(1.185)	-	(1.185)	(1.722)	-	(1.722)
Total do imobilizado em curso		17.856	-	17.856	59.769	-	59.769
Direito de uso							
Geração							
Contratos de arrendamento		21.469	(9.319)	12.150	23.044	(4.893)	18.151
Transferência para ativos mantidos para venda (Nota 29.1)		(26.937)	-	(26.937)	-	-	-
Total imobilizado		56.618	(50.231)	6.387	126.756	(44.300)	82.456

## 12.4 Movimentações do imobilizado (controladora)

	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferência para ativos mantidos para venda (Nota 29.1)	Reclassificação <sup>1</sup>	Aumento de capital em controladas	31/12/2020
<b>Imobilizado em serviço</b>							
Geração							
Torres de medição	22.692	-	-	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.372	-	-	-	-	-	2.372
	<u>28.803</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.803</u>
Administração							
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	-	-	854
Móveis e utensílios	2.114	4	-	-	-	-	2.118
Softwares	3.310	29	-	-	-	-	3.339
Equipamento de informática	3.506	254	-	-	-	-	3.760
	<u>15.140</u>	<u>287</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.427</u>
<b>Total do imobilizado em serviço - custo</b>	<u>43.943</u>	<u>287</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>44.230</u>
<b>(-) Depreciação</b>							
Geração							
Torres de medição	(22.160)	(382)	-	-	-	-	(22.542)
Equipamentos de medição	(3.363)	(237)	-	-	-	-	(3.600)
Equipamentos de torres	(2.350)	(20)	-	-	-	-	(2.370)
	<u>(27.873)</u>	<u>(639)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(28.512)</u>
Administração							
Máquinas e equipamentos	(3.156)	(535)	-	-	-	-	(3.691)
Benfeitorias	(111)	(35)	-	-	-	-	(146)
Móveis e utensílios	(1.519)	(199)	-	-	-	-	(1.718)
Softwares	(3.294)	(17)	-	-	-	-	(3.311)
Equipamento de informática	(3.454)	(80)	-	-	-	-	(3.534)
	<u>(11.534)</u>	<u>(866)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(12.400)</u>
<b>Total do imobilizado em serviço - depreciação</b>	<u>(39.407)</u>	<u>(1.505)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(40.912)</u>
<b>Total do imobilizado em serviço</b>	<u>4.536</u>	<u>(1.218)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.318</u>
<b>Imobilizado em curso</b>							
Geração							
A ratear	60.368	4.940	(986)	(15.449)	-	(46.404)	2.469
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	-	-	1.062
Terrenos	50	-	-	-	-	-	50
Adiantamentos a fornecedores	11	-	-	-	-	-	11
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(1.722)	-	-	-	-	537	(1.185)
<b>Total do custo do imobilizado em curso</b>	<u>59.769</u>	<u>4.940</u>	<u>(986)</u>	<u>(15.449)</u>	<u>-</u>	<u>(45.867)</u>	<u>2.407</u>
<b>Direito de uso</b>							
Geração							
Contratos de arrendamento	23.044	542	-	(19.208)	(2.117)	-	2.261
(-) Amortização contratos de arrendamento	(4.893)	(4.426)	-	7.720	-	-	(1.599)
	<u>18.151</u>	<u>(3.884)</u>	<u>-</u>	<u>(11.488)</u>	<u>(2.117)</u>	<u>-</u>	<u>662</u>
<b>Total do imobilizado</b>	<u>82.456</u>	<u>(162)</u>	<u>(986)</u>	<u>(26.937)</u>	<u>(2.117)</u>	<u>(45.867)</u>	<u>6.387</u>

Nota 1: Efeito da conciliação de fornecedores no exercício.

	31/12/2018	Adições	Baixas	Reclassificação <sup>1</sup>	Reclassificação <sup>2</sup>	Aumento (redução) de capital em controladas <sup>3</sup>	31/12/2019
<b>Imobilizado em serviço</b>							
Geração							
Torres de medição	22.692	-	-	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.372	-	-	-	-	-	2.372
	<u>28.803</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.803</u>
Administração							
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	-	-	854
Móveis e utensílios	2.114	-	-	-	-	-	2.114
Softwares	3.310	-	-	-	-	-	3.310
Equipamento de informática	3.506	-	-	-	-	-	3.506
	<u>15.140</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.140</u>
Total do imobilizado em serviço - custo	<u>43.943</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>43.943</u>
<b>(-) Depreciação</b>							
Geração							
Torres de medição	(20.064)	(2.096)	-	-	-	-	(22.160)
Equipamentos de medição	(2.652)	(711)	-	-	-	-	(3.363)
Equipamentos de torres	(1.876)	(474)	-	-	-	-	(2.350)
	<u>(24.592)</u>	<u>(3.281)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(27.873)</u>
Administração							
Máquinas e equipamentos	(2.620)	(536)	-	-	-	-	(3.156)
Benfeitorias	(78)	(33)	-	-	-	-	(111)
Móveis e utensílios	(1.307)	(212)	-	-	-	-	(1.519)
Softwares	(3.195)	(99)	-	-	-	-	(3.294)
Equipamento de informática	(3.138)	(316)	-	-	-	-	(3.454)
	<u>(10.338)</u>	<u>(1.196)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(11.534)</u>
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(34.930)</u>	<u>(4.477)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(39.407)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>9.013</u>	<u>(4.477)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.536</u>
<b>Imobilizado em curso</b>							
Geração							
A ratear	49.890	5.975	(958)	(24.145)	24.487	5.119	60.368
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	-	-	1.062
Terrenos	50	-	-	-	-	-	50
Adiantamentos a fornecedores	207	-	-	(196)	-	-	11
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(1.722)	-	-	-	-	-	(1.722)
Total do custo do imobilizado em curso	<u>49.487</u>	<u>5.975</u>	<u>(958)</u>	<u>(24.341)</u>	<u>24.487</u>	<u>5.119</u>	<u>59.769</u>
<b>Direito de uso</b>							
Geração							
Contratos de arrendamento	-	23.044	-	-	-	-	23.044
(-) Amortização contratos de arrendamento	-	(4.893)	-	-	-	-	(4.893)
	<u>-</u>	<u>18.151</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>18.151</u>
Total do imobilizado	<u>58.500</u>	<u>24.542</u>	<u>(958)</u>	<u>(24.341)</u>	<u>24.487</u>	<u>5.119</u>	<u>82.456</u>

Nota 1: Reclassificação de ativos anteriormente apresentados como mantidos para venda.

## 12.5 Imobilização em serviço

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do ativo imobilizado.

Conforme mencionado na Nota 29, o saldo de imobilizado em serviço existente em 31 de dezembro de 2020 referente as PCHs da Espra foi transferido para rubrica de ativos mantidos para venda.

## 12.6 Imobilização em curso

As imobilizações em curso registram os investimentos em projetos hídricos, divididos em inventários e projetos básicos que já possuem autorização da ANEEL. Registram também os investimentos em portfólio de projetos eólicos em desenvolvimento. Em virtude do encerramento das negociações de venda do Complexo Eólico AS III, os montantes anteriormente registrados na rubrica de ativos mantidos para venda foram reclassificados para o grupo de imobilizado, subgrupo imobilizado em curso.

Conforme mencionado na Nota 29, o saldo de imobilizado em curso existente em 31 de dezembro de 2020 referente ao Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase B, bem como determinados projetos em desenvolvimento foram transferidos para rubrica de ativos mantidos para venda.

## 12.7 Composição do imobilizado por projeto

Em 31 de dezembro de 2020 o imobilizado em curso consolidado é composto pelos seguintes projetos:

Projetos	Imobilizado bruto	Impairment	Imobilizado líquido
Alto Sertão III - Fase A <sup>(1)</sup>			
ACL (Light I) <sup>(2)</sup>	1.556.608	(701.732)	854.876
LER 2013	831.884	(409.426)	422.458
	<u>2.388.492</u>	<u>(1.111.158)</u>	<u>1.277.334</u>
Alto Sertão III - Fase B <sup>(3)</sup>			
ACL (Light II)	151.998	(78.815)	73.183
ACL (Mercado livre II)	86.983	(46.330)	40.653
	<u>238.981</u>	<u>(125.145)</u>	<u>113.836</u>
Outros			
Outras imobilizações em curso <sup>(4)</sup>	103.622	-	103.622
Transferência para ativos mantidos para venda	(340.196)	125.145	(215.051)
Total do imobilizado em curso	<u>2.390.899</u>	<u>(1.111.158)</u>	<u>1.279.741</u>

Nota 1: Conforme mencionado na Nota 1.1, a Companhia possui procedimentos administrativos ainda em fase instrutória perante a ANEEL referente as obrigações presentes nas resoluções autorizativas dos parques eólicos do Complexo Alto Sertão III – Fase A e nos Contratos de Energia de Reserva do LER 2013 e LER 2014. A Administração da Companhia vem atendendo aos prazos estabelecidos nos referidos procedimentos administrativos com o objetivo de demonstrar a ANEEL conexão e benefícios entre tais obrigações e o previsto nos Planos de Recuperação Judicial aprovados pela Assembleia Geral de Credores e homologado judicialmente no último dia 18 de dezembro de 2020. Dessa forma, nenhuma provisão adicional foi constituída.

Nota 2: Os ativos pertinentes ao LER 2014 encontram-se alocados, para fins contábeis, na linha “ACL (Light 1)” acima.

Nota 3: Em 4 de junho de 2019 a ANEEL revogou as outorgas de autorização desses projetos eólicos, tendo a Administração da Companhia apresentado a Diretoria da ANEEL pedido de reconsideração da decisão de revogação das autorizações. Considerando o processo de recuperação judicial, esse pedido de reconsideração foi complementado para a sua aderência à nova situação da Companhia e continua pendente de julgamento por parte da ANEEL. Face a isto, a Administração da Companhia entende ser desnecessária qualquer provisão complementar de *impairment* para esses ativos. Conforme divulgado na Nota 18 a), a Companhia constituiu provisão de R\$61.080 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, para fazer face às penalidades impostas pela ANEEL em decorrência do cancelamento dessas outorgas.

Nota 4: Inclui principalmente gastos com licenças e estudos ambientais, contratos de arrendamento, medições de vento e outros relacionados ao desenvolvimento e manutenção do portfólio de projetos eólicos e de pequenas centrais hidrelétricas, sem prazo de conclusão. A Administração entende que estes projetos são aptos a participar de leilões de energia, não sendo identificado em 31 de dezembro de 2020 a necessidade de qualquer provisão complementar de *impairment*.

## 12.8 Baixa de projetos

A Companhia revisa seu portfólio de desenvolvimento de projetos eólicos, projetos básicos e inventários de PCH periodicamente. Após revisão de seu portfólio de projetos eólicos e de pequenas centrais hidrelétricas, a Companhia concluiu que em 31 de dezembro de 2020 não havia projetos a serem baixados, além dos montantes já baixados anteriormente.

Em agosto de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a assinatura do Instrumento Particular de Assunção e Confissão de Dívida e Outras Avenças, sujeito a certas condições resolutivas com a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. que assumiu a obrigação de quitar uma dívida da Companhia no valor de R\$43.000 junto ao Banco BTG Pactual decorrente do instrumento de confissão de dívida firmado entre Companhia e o BTG e em contrapartida de tal assunção, a Companhia cedeu em pagamento o projeto em desenvolvimento denominado Facheiro I. No momento, a maioria das condições precedentes da transação acima foram cumpridas, todavia não foram completamente concluídas, desta forma, a Companhia mantém um saldo em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$25.375 em outras contas a pagar, aguardando o cumprimento total das condições precedentes que ainda restam pendentes para a conclusão integral da referida transação.

## 12.9 Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia procedeu a revisão do valor recuperável de seu ativo imobilizado utilizando o método do valor em uso dos ativos e considerando a taxa de desconto real (calculada pela metodologia wacc) utilizada para calcular o valor presente dos fluxos de caixa dos projetos de 5,56% ao ano, o qual resultou em uma perda complementar de R\$3.646, nos parques eólicos do Alto Sertão III – Fase A, que foi registrada no resultado do exercício. Assim o saldo da provisão para perda ao valor recuperável dos ativos é de R\$1.417.496 (R\$1.413.850 em 31 de dezembro de 2019).

## 12.10 Bens dados em garantia

As controladas indiretas Espira e Diamantina possuem bens do ativo imobilizado dados em garantia a empréstimos e financiamentos no montante de R\$1.387.330, conforme Nota 15.3.

## 12.11 Desmantelamento

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo relacionados aos parques eólicos e reconstituição do terreno. A Companhia estima um custo aproximado de R\$57.000, calculado a valor presente, a ser contabilizado quando da entrada em operação comercial dos parques eólicos que atualmente encontram-se em construção, conforme sua prática contábil. A mensuração inicial será reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado pelo prazo restante da autorização.

## 13. Direito de uso – Arrendamentos

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas identificaram 1.802 contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma IFRS 16, sendo 1.646 relacionados a projetos eólicos em desenvolvimento, 135 aos parques eólicos em construção e 14 às PCHs em operação e ainda 7 contratos de aluguel de sedes administrativas.

Para esses contratos, a Companhia e suas controladas reconheceram o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, conforme segue:

Ativo	31/12/2020		Passivo	31/12/2020	
	Consolidado	Controladora		Consolidado	Controladora
Não circulante			Circulante		
Imobilizado			Arrendamentos a pagar	9.006	5.355
Direito de uso do ativo arrendado	45.005	21.469	(-) Juros a apropriar	(4.909)	(1.720)
(-) Direito de uso - contrato de arrendamento	(11.868)	(9.319)	Total do passivo circulante	4.097	3.635
	33.137	12.150	Não circulante		
			Arrendamentos a pagar	82.339	13.961
			(-) Juros a apropriar	(49.230)	(2.941)
			Total do passivo não circulante	33.109	11.020
Transferência para ativos mantidos para venda	(20.395)	(11.488)	Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	(23.682)	(13.946)
Ativo total	12.742	662	Passivo total	13.524	709

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia que variou entre 14,03% a.a. e 15,66% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor, conforme o caso.

A Companhia e suas controladas, em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. A Companhia avaliou esses efeitos, concluindo que são imateriais para suas informações contábeis intermediárias.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas reconheceram no resultado do período a amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento:

	Consolidado	Controladora
Custo		
Amortização direito de uso	638	-
Despesa		
Amortização direito de uso	5.058	4.425
Resultado financeiro		
Juros sobre obrigação de arrendamento	5.354	2.180
Total	<u>11.050</u>	<u>6.605</u>

Em 31 de dezembro de 2020, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

Ano de vencimento	Consolidado	
	Juros	Principal
2021	4.909	9.006
2022	4.365	8.423
2023	3.857	7.476
2024	3.401	6.604
2025 a 2029	13.906	19.233
2030 a 2034	9.981	15.805
2035 a 2039	7.384	9.678
2040 a 2044	4.935	9.664
2045 a 2050	1.401	5.456
Total	<u>54.139</u>	<u>91.345</u>

## 14. Fornecedores

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores		41.848	345.579	9.142	46.165
Fornecedores recuperação judicial		305.801	-	44.410	-
		<u>347.649</u>	<u>345.579</u>	<u>53.552</u>	<u>46.165</u>
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	29.2	(331)	-	-	-
		<u>347.318</u>	<u>345.579</u>	<u>53.552</u>	<u>46.165</u>
Apresentados como:					
Circulante		45.492	345.579	9.485	46.165
Não circulante		301.826	-	44.067	-
Total		<u>347.318</u>	<u>345.579</u>	<u>53.552</u>	<u>46.165</u>



Em 31 de dezembro de 2020 o saldo a pagar de fornecedores que compõem os credores do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.3, totaliza R\$305.801 (consolidado), sendo R\$12.963 - Classe I, R\$288.893 - Classe III e R\$3.945 - Classe IV. Na controladora o total é R\$44.410, sendo, R\$12.952 - Classe I, R\$31.028 - Classe III e R\$430 - Classe IV.

## 15. Empréstimos, financiamentos e debêntures privadas

### 15.1 Consolidado

		Consolidado											
		31/12/2020						31/12/2019					
Moeda Nacional	Custo da Dívida	Circulante			Não circulante			Circulante			Não circulante		
		Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total	Principal	Total geral	Total geral
FNE - Banco do Nordeste do Brasil S.A. - Espra <sup>(15.6.a)</sup>	9,5% a.a. (8,08% a.a.) <sup>a</sup>	4.410	11.127	15.537	-	50.069	50.069	65.606	16	7.842	7.858	55.299	63.157
Finep - CEOL Itaparica <sup>(15.6.b)</sup>	3,5% a.a.	-	-	-	-	-	-	-	13	8.489	8.502	-	8.502
Banco Safra <sup>(15.6.b)</sup>	INPC	301	2.709	3.010	-	-	-	3.010	-	-	-	-	-
BNDES - Ponte I Diamantina Eólica (Subcrédito "C") <sup>(15.6.c)</sup>	100% CDI <sup>b</sup>	44	-	44	17.187	445.253	462.440	462.484	241.580	248.977	490.557	-	490.557
Citibank <sup>(15.6.d)</sup>	100% CDI <sup>b</sup>	795	188.882	189.677	-	-	-	189.677	6.274	185.614	191.888	-	191.888
BTG Pactual <sup>(15.6.d)</sup>	155% CDI	16.634	171.027	187.661	-	-	-	187.661	5.747	171.027	176.774	-	176.774
Banco Modal <sup>(15.6.d)</sup>	0,5% a.a. + TR <sup>b</sup>	7	-	7	83	21.386	21.469	21.476	7.081	16.042	23.123	-	23.123
Banco Bradesco <sup>(15.6.d)</sup>	0,5% a.a. + TR <sup>b</sup>	3	-	3	17	4.674	4.691	4.694	328	4.255	4.583	-	4.583
Banco Itaú <sup>(15.6.d)</sup>	0,5% a.a. + TR <sup>b</sup>	3	-	3	16	4.503	4.519	4.522	326	4.253	4.579	-	4.579
Banco Bradesco <sup>(15.6.d)</sup>	100% CDI <sup>b</sup>	32	-	32	12.196	323.034	335.230	335.262	113	341.106	341.219	-	341.219
Banco Itaú <sup>(15.6.d)</sup>	100% CDI <sup>b</sup>	11	-	11	4.461	118.183	122.644	122.655	41	124.795	124.836	-	124.836
Banco ABC <sup>(15.6.d)</sup>	100% CDI <sup>b</sup>	5	-	5	1.785	47.273	49.058	49.063	17	49.917	49.934	-	49.934
Citibank <sup>(15.6.d)</sup>	100% CDI <sup>b</sup>	8	-	8	3.005	79.585	82.590	82.598	28	83.221	83.249	-	83.249
Subtotal dos empréstimos e financiamentos		22.253	373.745	395.998	38.750	1.093.960	1.132.710	1.528.708	261.564	1.245.538	1.507.102	55.299	1.562.401
Custo de captação da operação		-	-	-	-	-	-	-	-	(103)	(103)	-	(103)
Transferência para passivos associados a ativos mantidos para venda (nota 29.2)		(4.410)	(11.127)	(15.537)	-	(50.069)	(50.069)	(65.606)	-	-	-	-	-
<b>TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</b>		<b>17.843</b>	<b>362.618</b>	<b>380.461</b>	<b>38.750</b>	<b>1.043.891</b>	<b>1.082.641</b>	<b>1.463.102</b>	<b>261.564</b>	<b>1.245.435</b>	<b>1.506.999</b>	<b>55.299</b>	<b>1.562.298</b>

a) 15% de bônus de adimplência.

b) As taxas foram repactuadas no plano de recuperação judicial.

## 15.2 Controladora

		31/12/2020			31/12/2019		
		Circulante			Circulante		
	<u>Custo da Dívida</u>	<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>	<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>
Citibank <sup>(15.6.d)</sup>	100% CDI <sup>b</sup>	795	188.882	189.677	6.274	185.614	191.888
BTG Pactual <sup>(15.6.d)</sup>	155% CDI	16.634	171.027	187.661	5.747	171.027	176.774
Banco Safra <sup>(15.6.b)</sup>	INPC	301	2.709	3.010	-	-	-
<b>TOTAL DE EMPRÉSTIMOS</b>		<b>17.730</b>	<b>362.618</b>	<b>380.348</b>	<b>12.021</b>	<b>356.641</b>	<b>368.662</b>

b) as taxas foram repactuadas no plano de recuperação judicial.

		Não circulante		
	<u>Custo da Dívida</u>	<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>
Debêntures privadas <sup>(15.6.e)</sup>	TR + 0,5% a.a.	137	51.000	51.137

Em 31 de dezembro de 2020 a dívida total que compõe os credores do plano de recuperação judicial totaliza no consolidado R\$1.092.754, sendo, R\$1.062.062 da Classe II e R\$30.692 da Classe III. Os pagamentos ocorrerão conforme plano de recuperação judicial resumido na nota explicativa nº 1.3.

## 15.3 Garantias

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2020, é garantido da seguinte forma:

	<u>BNB</u>	<u>BNDES</u>	<u>Banco BTG</u>	<u>Total</u>
	<u>(nota 15.6.a)</u>	<u>(nota 15.6.c)</u>	<u>(nota 15.6.d)</u>	
Recebíveis da Espra	374.625	-	374.625	374.625
Penhor de ações da Enerbras	152.775	-	152.775	152.775
Hipoteca/alienação de bens do ativo imobilizado	138.990	1.248.340	138.990	1.387.330
Caução em dinheiro (Nota 10)	11.813	-	-	11.813
<b>Total</b>	<b>678.203</b>	<b>1.248.340</b>	<b>666.390</b>	<b>1.926.543</b>

As demais garantias relacionadas aos financiamentos estão descritas na Nota 15.6.

## 15.4 Movimentação

a. A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Consolidado			Controladora		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	320.926	91.330	412.256	245.576	95.992	341.568
Empréstimos obtidos	24.400	-	24.400	-	-	-
Encargos financeiros provisionados	-	196.591	196.591	-	30.642	30.642
Encargos financeiros pagos	-	(13.629)	(13.629)	-	(4.769)	(4.769)
Comissões e outras penalidades	53.371	-	53.371	1.221	-	1.221
Amortização de empréstimos e financiamentos	(75.793)	-	(75.793)	-	-	-
Incorporação de juros ao principal	26.575	(26.575)	-	109.844	(109.844)	-
Apropriação dos custos de captação	26	-	26	-	-	-
Reclassificação <sup>1</sup>	951.229	13.847	965.076	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.300.734	261.564	1.562.298	356.641	12.021	368.662
Assunção de dívida de controlada	-	-	-	2.557	-	2.557
Provisão (reversão) dos encargos financeiros	-	(5.422)	(5.422)	-	9.129	9.129
Encargos financeiros pagos	-	(1.388)	(1.388)	-	-	-
Comissões e outras penalidades	(9.006)	-	(9.006)	-	-	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	(17.877)	-	(17.877)	-	-	-
Incorporação de juros ao principal	193.751	(193.751)	-	3.420	(3.420)	-
Apropriação dos custos de captação	103	-	103	-	-	-
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (nota 29.2)	(61.196)	(4.410)	(65.606)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.406.509	56.593	1.463.102	362.618	17.730	380.348

Nota 1: Reclassificação de passivos anteriormente apresentados como associados a ativos mantidos para venda.

b. A movimentação das debêntures privadas está apresentada a seguir:

	Controladora		
	Principal	Encargos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	-	-
Captação de debêntures privadas	51.000	-	51.000
Encargos financeiros provisionados	-	137	137
Saldos em 31 de dezembro de 2020	51.000	137	51.137

## 15.5 Vencimento das parcelas - não circulante (principal e encargos)

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento, conforme previsto no plano de recuperação judicial (Nota 1.3):

Ano de vencimento	31/12/2020 Consolidado
2022	214
2023	54.223
2024	54.116
2025	54.117
2026	54.118
2027 a 2031	852.825
2032 a 2036	13.028
Total	1.082.641

## 15.6 Resumo dos contratos

### a. Contrato BNB

A controlada indireta Espra, com interveniência da controlada Enerbras, obteve financiamento com o BNB em 30 de junho de 2006, no total de R\$120.096, com vencimento em 30 de junho de 2026.

São garantias deste financiamento a hipoteca de imóveis do Complexo Serra da Prata (R\$138.990), o penhor de ações da Enerbras (R\$152.775), o penhor dos direitos emergentes das Resoluções Autorizativas, o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo poder concedente à Espra, no valor de R\$374.625 (que representa os recebíveis calculados até o final do contrato) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos das respectivas resoluções autorizativas e fundo de liquidez em conta reserva no valor de R\$11.813, em 31 de dezembro de 2020, que deverá ser mantida durante todo o prazo da operação de financiamento (Nota 10). O contrato de financiamento com o BNB não exige índices financeiros para vencimentos antecipados da dívida.

Em 28 de abril de 2020, a controlada indireta Espra repactuou o contrato de financiamento com o BNB, segundo Resolução 4.798, de 6 de abril de 2020, do Conselho Monetário do Brasil, suspendendo as parcelas com vencimento de abril a dezembro de 2020 e redistribuindo-as entre as demais parcelas de principal, mantendo-se o prazo final do contrato original. Durante esse período, os encargos serão capitalizados, voltando a ser exigidos juntamente com as novas parcelas de principal.

### b. FINEP

Em 19 de dezembro de 2013 a controlada Centrais Elétricas Itaparica S.A. assinou contrato de financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP no montante de R\$107.960, cujos recursos seriam destinados à implantação de uma usina de geração e distribuição de energia híbrida solar e eólica. O financiamento possuía carência de 36 meses entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da parcela de amortização e deveria ser pago em 85 prestações, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2024.

Em razão da ocorrência de eventos de inadimplemento pela controlada Itaparica, a FINEP decretou vencimento antecipado do financiamento e o Banco Safra, na qualidade de fiador, honrou a integridade da dívida junto a FINEP utilizando R\$6.097 de recursos da Companhia aplicados em CDB no mesmo banco e se sub-rogou no saldo remanescente de R\$2.557.

c. BNDES (Empréstimo ponte)

Em 19 de dezembro de 2014, foi assinado o contrato de financiamento de curto prazo entre o BNDES e a Diamantina, no valor total de R\$700.000, dividido em dois subcréditos: Subcrédito “A” no valor de R\$140.000 e Subcrédito “B” no valor de R\$560.000, para os parques do LER 2013 e mercado livre. Em 18 de fevereiro de 2016, conforme 1º aditivo de contrato entre as partes, houve o remanejamento de parcela do Subcrédito “B” com a criação do subcrédito “C” no valor de R\$163.963.

Considerando que não houve nova prorrogação ou pagamento dessa dívida, em 17 de outubro de 2019 foram executadas as cartas fianças emitidas pelos bancos Bradesco S.A., Citibank S.A., Itaú Unibanco S.A. e ABC Brasil S.A., no montante de R\$568.075, reduzindo o saldo devido ao BNDES e criando uma dívida com esses bancos, mediante a sub-rogação desses bancos nos mesmos direitos do BNDES no referido Contrato de Financiamento.

As dívidas com esses bancos foram repactuadas no âmbito do plano de recuperação judicial (Classe II).

São garantias desse financiamento: (i) penhor da totalidade das ações e dividendos da Alto Sertão Participações S.A., Diamantina Eólica Participações S.A. e das SPEs na qualidade de intervenientes ao contrato, (ii) cessão fiduciária de 34,72% dos dividendos da Chipley, (iii) penhor das máquinas e equipamentos, (iv) dos direitos emergentes das Autorizações emitidas pela ANEEL, (v) dos direitos creditórios dos contratos de fornecimento dos aerogeradores, (vi) cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de venda de energia celebrados entre as SPEs e ambiente livre (CCVEs), no ambiente regulado (CCEARs) e (CERs), e (vii) originalmente, fianças bancárias, as quais já foram executadas conforme mencionado acima.

d. Outros empréstimos – capital de giro

Banco Modal S.A.: em 10 de novembro de 2015, a controlada Alto Sertão Participações S.A. emitiu uma Cédula de Crédito Bancário de R\$15.000 acrescida de 100% do CDI mais uma taxa pré-fixada de 6% a.a. junto ao Banco Modal S.A. cujo vencimento ocorreu em 10 de setembro de 2019. Essa operação tem a Companhia e a Diamantina Eólica como avalistas.

Bradesco S.A. e Itaú Unibanco S.A.: Em 19 de julho de 2019, a controlada indireta Diamantina Eólica contratou Cédulas de Crédito Bancário (“CCB”) junto aos bancos Bradesco S.A. e Itaú Unibanco S.A., no valor total de R\$24.400, com taxa de juros de 100% do CDI + 2,5% a.a. e vencimento em 14 de abril de 2020. São garantias da operação cartas fianças emitidas pela controlada Chipley e pela então controladora Light S.A. na proporção de 36,23% e 63,77%, respectivamente. Em razão da ocorrência de eventos de inadimplemento pelas controladas Diamantina e Chipley, os Bancos Itaú e Bradesco decretaram vencimento antecipado das CCBs e a Light, na qualidade de fiadora não solidária das obrigações, efetuou o pagamento em 21 de outubro de 2019, do montante de R\$15.893 (Nota 18) restando um saldo a pagar em favor dos Bancos de R\$9.412, bem como um saldo no valor de R\$15.962 perante a Light pela sub-rogação nos direitos da CCB.

As dívidas com os bancos mencionados acima foram repactuadas no âmbito do plano de recuperação judicial (Classe III).

Banco Citibank S.A.: em 24 de março de 2016, a Companhia assinou Cédula de Crédito Bancário (“CCB”) com o Banco Citibank S.A., no valor principal de R\$120.500 com vencimento em 31 de janeiro de 2017 e juros de 4,5% a.a. acrescida de 100% do CDI. Essa dívida foi renegociada pela Companhia, que em 23 de julho de 2019, assinou com o Citibank, uma nova CCB no valor de R\$185.614, atualizada a 155% a.a. do CDI, com prazo total de 6 anos, sendo 1 ano de carência de principal.

Em 18 de dezembro de 2020 as partes assinaram o instrumento particular de transação, que dentre outras coisas i) reconhece natureza extraconcursal da integralidade do crédito do Citibank proveniente da CCB, ii) altera os juros remuneratórios para 100% do CDI desde a data do pedido de recuperação judicial, iii) determina o pagamento imediato de R\$10.000, cujo recurso foi disponibilizado em conta determinada pelo Citibank, e iv) amortização da dívida com recursos oriundo da venda de ativos (Nota 1.3).

As principais garantias da operação são: i) aval da Chipley e ii) Cessão fiduciária de 35,28% dos dividendos distribuídos pela Chipley à Renova.

Banco BTG Pactual S.A.: em 29 de junho e 23 de agosto de 2017, a Companhia assinou dois instrumentos Particular de Transação e Confissão de Dívida (CD 8/17 e 14/17) com o Banco BTG Pactual S.A., no valor de R\$54.228 e R\$89.323, respectivamente. Em 3 de maio de 2019, a Companhia assinou o 2º e 1º aditivos a esses instrumentos estabelecendo as seguintes condições de pagamento: o valor do principal da dívida será pago em 20 parcelas trimestrais, iguais e consecutivas, após o período de carência de 1 ano a contar de 3 de maio de 2019. O principal está sujeito a juros remuneratórios de 155% a.a. do CDI. Considerando a natureza extraconcursal do crédito, essa dívida não está sujeita a recuperação judicial e será amortizada com recursos oriundos da venda da UPI Enerbras (Nota 1.3).

São garantias a essa operação a alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Enerbras detidas pela Companhia, penhor em 2º grau da totalidade das ações de emissão da Espra, penhor em 2º grau dos direitos emergentes das PCHs do Complexo Hidroelétrico Serra da Prata e hipoteca em 2º grau dos imóveis do Complexo Hidroelétrico Serra da Prata.

Em razão da ocorrência de eventos de inadimplemento, mesmo o Banco BTG não tendo decretado o vencimento antecipado da dívida, a Companhia reclassificou o saldo integral da dívida para o passivo circulante, conforme determina a norma contábil.

#### e. Debêntures privadas

Em 24 março de 2020 a Companhia emitiu o Instrumento particular de escritura da 4ª emissão privada de debêntures não conversíveis em ações, no valor de R\$51.000, em uma única série, com vencimento em 24 de março de 2025, remuneradas a juros equivalentes a variação acumulada da TR acrescidos a 0,5% a.a., subscritas integralmente pela controlada Chipley. Os recursos decorrentes dessa emissão foram destinados ao reforço do capital de giro da Companhia.

Considerando a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, os encargos financeiros provisionados de acordo com política contábil da Companhia e com o Pronunciamento Técnico CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", foram estornados e as dívidas passaram a ser atualizadas de acordo com o referido plano.



## 16. Tributos a recolher

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ a pagar	101	274	-	-
CSLL a pagar	19	454	-	-
COFINS a recolher	15	132	11	-
PIS a recolher	3	22	2	-
Tributos sobre folha de pagamento	1.091	1.139	1.091	1.139
Tributos retidos de terceiros	3.828	4.766	2.926	2.794
Tributos sobre operações de mútuo	12	8.300	12	1.204
Tributos em parcelamento	25.963	23.394	4.798	6.282
Outros impostos a recolher	521	39	-	-
	<u>31.553</u>	<u>38.520</u>	<u>8.840</u>	<u>11.419</u>
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (Nota 29.2)	(214)	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<u><u>31.339</u></u>	<u><u>38.520</u></u>	<u><u>8.840</u></u>	<u><u>11.419</u></u>
Apresentados como:				
Circulante	11.064	21.868	5.179	7.722
Não circulante	20.275	16.652	3.661	3.697
<b>Total</b>	<u><u>31.339</u></u>	<u><u>38.520</u></u>	<u><u>8.840</u></u>	<u><u>11.419</u></u>

O saldo referente a tributos em parcelamento da Controladora, no valor de R\$4.798 refere-se a: i) débitos de IRRF sobre as operações de mútuo incluídos no parcelamento simplificado junto à Receita Federal do Brasil no ano de 2019, optando pelo pagamento em 60 prestações, sem redução de juros, cujo saldo a pagar em 31 de dezembro de 2020 corresponde a R\$ 3.795, e ii) outros débitos de IRRF e IOF sobre operações de mútuo, parcelados junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (“PGFN”) em dezembro de 2020, através da transação excepcional, optando pelo pagamento em 84 prestações e com redução de até 50% de multa, juros e encargos, cujo saldo a pagar em 31 de dezembro de 2020 é R\$ 1.003.

Em 2019, determinadas controladas como a Chipley SP Participações, Renova Comercializadora de Energia e determinadas controladas integrantes do Complexo Eólico Alto Sertão III, incluíram os saldos a pagar de IRRF, IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e IOF sobre as operações de mútuo no programa de parcelamento simplificado de débitos fiscais da Receita Federal. Esses débitos foram parcelados em 60 meses, sem redução de juros.

Em dezembro de 2020, as controladas Chipley SP Participações e Renova Comercializadora de Energia parcelaram débitos IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IRRF e IOF sobre as operações de mútuo junto a PGFN por meio da transação excepcional, optando pelo pagamento em 84 prestações e com redução de até 50% de multa, juros e encargos. O total do montante de débitos parcelados pela controladas segue apresentado na linha de “Tributos em parcelamento” no consolidado no quadro acima.

## 17. Contas a pagar - CCEE/Eletrobrás (consolidado)

	Passivo	
	31/12/2020	31/12/2019
Circulante		
Eletrobras	3.640	10.064
CCEE	17.373	38.751
Total	21.013	48.815
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (Nota 29.2)	(3.640)	-
Total do circulante	17.373	48.815
Não circulante		
Eletrobras	12.432	12.713
CCEE	40.778	2.826
	53.210	15.539
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (Nota 29.2)	(12.432)	-
Total do não circulante	40.778	15.539
Total	58.151	64.354

Do saldo apresentado no quadro acima, R\$33.802 compõe a Classe III do plano de recuperação judicial e será pago conforme divulgado na nota 1.3.

### Eletrobrás

O Contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado entre a controlada indireta Espra e a Eletrobrás, estabelece que seja apurada em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da Eletrobrás, sendo a parcela de ajuste financeiro resultante dessa apuração compensada nas faturas mensais do ano subsequente.

Conforme estabelecido na Medida Provisória 688, em dezembro de 2015, o Governo sancionou a Lei 13.203/2015 que trata da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do Mecanismo de Relocação de Energia (“MRE”), com efeito iniciando em 2015. A controlada indireta Espra aderiu à repactuação do risco hidrológico referente às PCHs Colino I, Cachoeira da Lixa e Colino II, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de 12,45 R\$/MWh para Colino I e Cachoeira da Lixa e de 14,68 R\$/MWh para Colino II (data-base de janeiro de 2020 anualmente atualizado pelo IPCA) até o final dos contratos de venda de energia ou ao final da autorização, dos dois o menor.

## CCEE

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas indiretas do LER 2013, do LER 2014 e a CCEE estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% (ressarcimento anual – ressarcimento de 100% do volume + 15% de multa pela não entrega). Ao final de cada quadriênio, o ressarcimento por desvios negativos de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 106%.

Os valores provisionados decorrem do reconhecimento da multa que está sendo aplicada pela CCEE pelo não fornecimento de energia em função da não conclusão dos parques eólicos, calculada conforme parágrafo anterior.

## 17.1 Movimentação

A movimentação dos exercícios está apresentada a seguir:

	31/12/2019	Provisão/ Reversão	Multa sobre ressarcimento	Amortização	Atualização	Transferência para passivos associados a ativos mantidos para venda (nota 29.2)	31/12/2020
Eletrobras	22.777	2.433	-	(9.138)	-	(16.072)	-
CCEE	41.577	-	17.593	(1.161)	142	-	58.151
Total do passivo	64.354	2.433	17.593	(10.299)	142	(16.072)	58.151

	31/12/2018	Reclassificação <sup>1</sup>	Provisão	Multa sobre ressarcimento	Amortização	31/12/2019
Eletrobras	33.778	-	3.275	-	(14.276)	22.777
CCEE	-	22.657	-	33.601	(14.681)	41.577
Total do passivo	33.778	22.657	3.275	33.601	(28.957)	64.354

Nota 1: Reclassificação de passivos anteriormente apresentados como associados a ativos mantidos para venda.

## 18. Outras contas a pagar

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Penalidades ANEEL <sup>(a)</sup>	61.080	67.020	-	-
Outros <sup>(b)</sup>	136.732	43.931	96.803	25.374
Total	197.812	110.951	96.803	25.374
Transferência de passivo para ativo mantido para venda (nota 29.2)	(1.051)	-	-	-
Total	196.761	110.951	96.803	25.374
Apresentados como:				
Circulante	93.538	109.927	29.105	25.374
Não circulante	103.223	1.024	67.698	-
Total	196.223	110.951	96.803	25.374

- (a) O saldo provisionado em favor da ANEEL no montante de R\$61.080 refere-se a penalidades aplicadas pelo cancelamento das outorgas dos projetos relacionados a parques eólicos da Fase B do Complexo Eólico AS III, ocorrida em 4 de junho de 2019.
- (b) Refere-se, substancialmente a outras contas a pagar relacionados a: i) passivo com a AES, que será quitado futuramente seja por meio do plano de recuperação judicial, em caso de concursabilidade, seja por outros meios, inclusive um possível encontro de contas contra créditos futuros, em caso de não sujeição de tal crédito ao plano de recuperação judicial, no montante de R\$43.391 (Nota 1.2.1), ii) negociação realizada com a Casa dos Ventos, conforme descrito na Nota 12.8, no montante de R\$25.375, iii) valor pago pela Light, na qualidade de fiadora não solidária das obrigações das CCBs junto aos bancos Bradesco e Itaú, conforme mencionado na Nota 15.6, no montante atualizado de R\$15.962 (Classe III), iv) valores a pagar relacionados a processos cíveis e trabalhistas, que compõem os credores do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.3, no montante de R\$44.073, sendo R\$6.981 na Classe I, R\$37.044, na Classe III e R\$48 na Classe IV, v) Crédito de partes relacionadas cedidos a terceiros, no montante de R\$6.828 foi reclassificado para a rubrica de outras contas a pagar (Classe III) e vi) valor devido a Juntos Seguros pelo pagamento de indenizações securitárias vinculadas às apólices de seguro-garantia em favor na ANEEL, pelo cancelamento das outorgas, dos parques Unha D'anta, Jurema Preta e Saboeiro, do Complexo Eólico AS III Fase A, no montante ajustado de R\$4.212 (5.940, em 31 de dezembro de 2019).

## 19. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da provisão consolidada para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é de R\$132.826 (31 de dezembro de 2019, R\$195.175), sendo R\$28.825 cíveis, R\$8.772 trabalhistas, R\$92.291 fiscais, R\$438, administrativas e R\$2.500, regulatórias. A seguir apresentamos a movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscal	Administrativas	Regulatório	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	74.933	6.183	-	143	-	81.259
Adição	50.567	3.524	89.318	-	-	143.409
Atualização	917	642	-	13	-	1.572
Baixa	(24.957)	(1.048)	-	-	-	(26.005)
Pagamento	(14.273)	(544)	-	-	-	(14.817)
Cancelamento venda de ativos	9.757	-	-	-	-	9.757
Saldos em 31 de dezembro de 2019	96.944	8.757	89.318	156	-	195.175
Adição <sup>(a)</sup>	17.157	1.060	-	168	-	18.385
Atualização	205	757	2.918	49	-	3.929
Baixa <sup>(b)</sup>	(83.888)	(2.358)	-	-	-	(86.246)
Pagamento <sup>(c)</sup>	(6.392)	-	-	-	-	(6.392)
Total	24.026	8.216	92.236	373	-	124.851
Honorários de êxito	4.799	556	55	65	2.500	7.975
Saldos em 31 de dezembro de 2020	28.825	8.772	92.291	438	2.500	132.826

(a) refere-se substancialmente a complemento de provisão para processo cível relacionado a arbitragem (Nota 1.2.1) no montante de R\$3.638 e complemento de provisão para ação cível ajuizada por terceiros, no montante de R\$13.519.

(b) refere-se substancialmente a transferência da provisão para arbitragem para a rubrica de outras contas a pagar tendo em vista que a sentença foi liquidada com garantias constituídas por terceiro, no montante de R\$43.391 (Nota 1.2.1 e 17). Ademais, a Companhia transferiu para a mesma rubrica valores a pagar relacionados a processos cíveis e trabalhistas, que compõem os credores do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.3, no montante de R\$34.474, sendo R\$1.660 na Classe I e R\$32.814, na Classe III.

(c) refere-se a decisão judicial parcial em favor do autor que culminou na liberação do depósito judicial no montante de R\$6.392 pago ao fornecedor conforme descrito no item i(a) abaixo.

(d) refere-se a provisão para os compromissos de honorários de êxito das causas com prognósticos de perdas possíveis, remotas e excepcionalmente prognóstico provável, constituídas com base na avaliação realizada pela Administração da Companhia nos processos que possuem honorários de êxito previstos para os assessores jurídicos e, baseada na opinião de seus assessores legais, para o prognóstico de resolução dos processos.

A Administração da Companhia e de suas controladas, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em diversos processos contingentes no montante aproximado de R\$963.648 (31 de dezembro de 2019, R\$203.177), sendo R\$956.824 (31 de dezembro de 2019, R\$196.829) cíveis, R\$2.765 (31 de dezembro de 2019, R\$2.764) administrativas e R\$4.060 trabalhistas (31 de dezembro de 2019, R\$3.584), os quais a Administração, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, classificou como possíveis de perda e não constituiu nenhuma provisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Os processos classificados como perda provável e possível questionam principalmente os seguintes temas:

#### Prováveis

(i) Cíveis - refere-se basicamente a:

- a) ação cível ajuizada pela Elite Serviços Administrativos e Processamento de Dados Ltda. que tem como objeto a execução do suposto descumprimento do contrato de prestação de serviço por parte da Companhia, para o qual a Companhia ingressou com ação declaratória para rescisão do contrato e reconhecimento do desequilíbrio contratual. A Companhia, com base na opinião dos seus assessores jurídicos entende que a probabilidade de perda neste processo é provável e mantiveram provisão de R\$18.456.
- b) As demais ações cíveis classificadas com expectativa de perda provável, no montante de R\$5.202 referem-se substancialmente a processos relacionados a execuções de títulos extrajudiciais, ações de cobrança, ações declaratórias e indenizatórias, sendo bastante pulverizadas.

#### Possíveis

Dentre as ações cíveis classificadas como perda possível destacam-se:

- a) processos decorrentes de multas relacionadas a contratos de arrendamento com diversos arrendantes cujo montante total corresponde a R\$313.393 (R\$178.429, 31 de dezembro de 2019) para os quais nossos assessores jurídicos externos classificam a expectativa de perda como possível. Ademais, a Companhia interpôs recurso que foi julgado procedente em março de 2019, afastando a referida multa e determinando a aplicação da cláusula contratual específica para hipótese de inadimplemento, que consiste em correção monetária pelo índice indicado em contrato, juros de mora de 1% ao mês e multa de 2% sobre o valor da anuidade em atraso.
- b) As demais ações cíveis classificadas com expectativa de perda possível, no montante de R\$650.255 referem-se substancialmente a processos relacionados a execuções de títulos extrajudiciais, ações de cobrança, ações declaratórias e indenizatórias, sendo bastante pulverizadas, que futuramente serão extintas/suspensas e quitadas nos termos do Plano de Recuperação Judicial.

## 19.1 Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Como divulgado no Fato Relevante publicado em 20 de fevereiro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia constituiu, em março de 2018, um Comitê de Monitoramento formado por membros do próprio Conselho de Administração e também do Conselho Fiscal para supervisionar a realização de uma investigação interna, conduzida por empresa independente especializada em investigações forenses com suporte de um escritório de advocacia externo inicialmente para avaliação dos fatos tornados públicos relativos à investigação conduzida pela Polícia Civil de Minas Gerais (Investigação Mineira) que depois foi expandida para abranger os fatos tornados públicos relativos a outras investigações, inclusive aqueles relacionados à Operação “Descarte” e a Operação “E o Vento Levou”. A investigação independente foi iniciada em março de 2018 e concluída em fevereiro de 2020.

Ao final da investigação interna, o escritório de investigação independente emitiu seu relatório final, que foi apresentado ao Comitê de Monitoramento e ao Conselho de Administração. O relatório final dessas investigações internas acabou por não identificar provas concretas de atos de corrupção ou desvios para campanhas políticas. Todavia, foram identificadas irregularidades na condução e efetivação de contratos, incluindo: (i) pagamentos sem evidência de contraprestação de serviços no montante global aproximado de R\$40 milhões nos anos de 2012 a 2018, (ii) pagamentos em desconformidade com as políticas internas da empresa e boas práticas de governança no montante global aproximado de R\$137 milhões nos anos de 2012 a 2017 e (iii) falhas nos controles internos da Companhia.

Após análise minuciosa dos valores citados no relatório dos Investigadores Independentes a Administração concluiu que parte desses valores (R\$35 milhões) correspondem a gastos que resultaram em ativos efetivos da Companhia e assim devem ser mantidos. Por outro lado, a Administração constatou que o valor restante (R\$142 milhões) já havia sido lançado contra o resultado de exercícios em anos anteriores, e, portanto, não produziram nenhum impacto nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de anos anteriores.

Ainda, como divulgado no citado Fato Relevante de 20 de fevereiro de 2020, a Companhia tem a informação de que os inquéritos policiais da Operação “E o Vento Levou” e da Investigação Mineira ainda não foram finalizados, sendo que as autoridades governamentais poderão levar tempo adicional para concluir todos seus procedimentos de apuração dos fatos. Dessa forma, novas informações relevantes poderão ser reveladas no futuro.

Adicionalmente, em outubro de 2019, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração abrangendo os exercícios sociais de 2014 e 2015 contra a Companhia questionando a apuração dos cálculos dos Impostos de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), supostamente devidos pela Companhia em virtude da não comprovação de despesas, falta de recolhimento de IRPJ sobre a base de cálculo estimada e a não comprovação de custos e despesas operacionais. Conquanto a Companhia tenha apresentado impugnação desse Auto de Infração, advogados externos contratados pela Companhia avaliaram como provável o risco de perda na esfera administrativa na defesa da Companhia. Ademais, em maio de 2020, a 1ª instância administrativa fiscal julgou improcedente a impugnação apresentada, tendo a Companhia decidido pela interposição de Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Economia (CARF/ME) em 25 de junho de 2020. Diante disso, a Companhia decidiu por constituir uma provisão no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de R\$89.318, sendo R\$8.037 a título de IRPJ, R\$2.893 a título de CSLL e R\$ 78.388 a título de IRRF, incluindo, em todos os casos, multas e juros, sem prejuízo de manter a contestação conforme impugnação apresentada dentro dos prazos legais.



Por fim a Companhia informa que em complemento as melhorias nos controles internos que vem sendo adotadas ao longo dos anos, especificamente em março de 2020 foi criada a Diretoria de Governança, Riscos e Conformidade, a qual vem implementando em conjunto com as demais diretorias da Renova Energia, uma série de planos de ação voltados ao fortalecimento do Programa de Compliance da Companhia, principalmente direcionados a:

- (i) Implementação de metas de gestão relacionadas a Compliance em todas as diretorias;
- (ii) Revisão/implementação de políticas e procedimentos principalmente relacionados a contratação de fornecedores e arrendantes, revisão dos valores de alçadas de aprovação, análise reputacional e bloqueio de fornecedores;
- (iii) Implementação de monitoramento de terceiros de alto risco;
- (iv) Comunicação e treinamento de colaboradores;
- (v) Aprimoramento do canal de denúncia e de procedimentos de apuração de denúncias, com a definição de consequências e medidas disciplinares para eventuais desvios de conduta praticados por colaboradores e terceiros;
- (vi) Revisão de cláusulas de integridade nos contratos de prestação de serviços e de arrendamentos, permitindo a realização de auditorias desses contratos e possibilidade de rescisão imediata em casos de desvios de conduta por parte de seus terceiros;
- (vii) Obtenção de termos de adesão a Política Corporativa Anticorrupção e novo Código de Ética e Conduta por 100% dos colaboradores, membros do Conselho de Administração além dos membros do Conselho Fiscal;
- (viii) Implementação de ferramentas eletrônicas de assinatura de contratos e documentos corporativos permitindo a formalização desses documentos mesmo diante do distanciamento social imposto pela COVID-19, assegurando maior agilidade e rastreabilidade das contratações;
- (ix) Aprimoramento contínuo dos controles internos da Companhia

Tais medidas complementam as atitudes e comprometimento da Alta Administração com o fortalecimento do Programa de Compliance da Renova Energia, sendo importante destacar que a Diretoria de Governança Riscos e Conformidade tem reportado periodicamente ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal a evolução dos indicadores de evolução do referido Programa. A Diretoria de Governança, Riscos e Conformidade também mantém o reporte das principais iniciativas de aprimoramento dos controles e ações implementadas até o momento aos auditores internos e externos, contribuindo assim para a evolução e efetividade do Programa de Compliance da Renova Energia.

A Companhia informa ainda que continuará à disposição para colaborar com as investigações conduzidas pelas autoridades competentes e avaliará, com base nos resultados apurados, a conveniência e a oportunidade de recorrer aos mecanismos legais que forem adequados à conclusão definitiva dessas investigações.

## **20. Provisão para contrato oneroso**

Em função do atraso da entrada em operação dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III que atenderiam aos contratos no mercado livre, a controlada Renova Comercializadora mantém a obrigação dos contratos de compra e venda de energia com a CEMIG e a Light, cujos vencimentos estão previstos para agosto de 2035. Ambos os contratos estão inclusos no Plano de Recuperação Judicial. Considerando que os preços estabelecidos nesses contratos estavam inferiores aos preços da energia que estava sendo comprada para atendê-los, a Companhia identificou esses contratos como onerosos.

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo da provisão considerando os preços de compra de energia projetados e os fluxos de caixa estimados do contrato e, posteriormente, ajustada a valor presente utilizando a taxa CDI é de R\$18.335, (R\$33.069, em 31 de dezembro de 2019).



Em razão da revisão dos efeitos das operações destes contratos face aos preços de compra de energia atualmente praticados no mercado, a Companhia reverteu o montante de R\$14.734 ao longo de 2020.

## 21. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas

### a) Capital autorizado

De acordo com o seu Estatuto Social a Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente da reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, até o limite de R\$5.002.000.

### b) Capital social

O capital social da Companhia, no valor de R\$2.960.776, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, está dividido em 41.719.724 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais 31.352.518 são ações ordinárias e 10.367.206 são ações preferenciais, distribuído conforme o quadro de acionistas a seguir:

RENOVA ENERGIA	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	% do Capital Social Total
	Quantidade	%	Quantidade	%		
Bloco de Controle <sup>1</sup>	26.328.648	83,98%	1	0,00%	26.328.649	63,11%
Ricardo Lopes Delneri	1.642.183	5,24%	-	0,00%	1.642.183	3,94%
Renato do Amaral Figueiredo	884.252	2,82%	-	0,00%	884.252	2,12%
CG II Fundo de Investimento	8.686.842	27,71%	-	0,00%	8.686.842	20,82%
Cemig GT	15.115.371	48,21%	1	0,00%	15.115.372	36,23%
Outros Acionistas	5.023.870	16,02%	10.367.205	100,00%	15.391.075	36,89%
CG II Fundo de Investimento	27.359	0,09%	406.795	3,92%	434.154	1,04%
Ricardo Lopes Delneri	170	0,00%	317	0,00%	487	0,00%
Renato do Amaral Figueiredo <sup>2</sup>	36.162	0,12%	-	0,00%	36.162	0,09%
Renato do Amaral Figueiredo	216.178	0,69%	504.650	4,87%	720.828	1,73%
BNDESPAR	696.683	2,22%	1.393.366	13,44%	2.090.049	5,01%
Spectra Volpi e Fundo de Investimento em participações Multiestratégica	1.712.178	5,46%	3.424.354	33,03%	5.136.532	12,31%
Outros	2.335.140	7,45%	4.637.723	44,73%	6.972.863	16,71%
Total	31.352.518	100,00%	10.367.206	100,00%	41.719.724	100,00%

Nota 1: Bloco de controle considera ações sujeitas ao acordo de acionistas

Nota 2: Ações bloqueadas pelo acordo de acionistas junto ao BNDESPAR

Em 24 de março de 2020, a Companhia emitiu Comunicado ao Mercado informando a liquidação do CG I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégica ("FIP CG I"), e a transferência das ações de emissão da Companhia detidas pelo FIP CG I para seus cotistas CG II Fundo de Investimento, Ricardo Lopes Delneri e Renato do Amaral Figueiredo. Essas mudanças não alteraram o bloco de controle, uma vez que os novos acionistas eram os únicos cotistas do FIP CG I.

### c) Custos na emissão de ações

A Companhia registra todos os custos das operações com emissão de ações em rubrica específica. Esses valores referem-se a gastos com consultoria e assessores financeiros, das operações de aumento de capital.

#### d) Outros resultados abrangentes – Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se ao efeito reflexo dos ganhos ou perdas acumuladas dos instrumentos de hedge de fluxo de caixa, considerados efetivos da controlada em conjunto Brasil PCH, que atrelou seus passivos financeiros de maior expressão a um indexador de preços que remunera os recebíveis ao I-GPM (Nota 11.3.1).

## 22. Receita líquida

	Consolidado			
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
	MWh*	MWh*		
Geração				
Suprimento de energia elétrica – PCHs	150.229	131.083	48.549	44.434
Outras receitas				
Operações - comercialização de energia elétrica			25.751	61.023
			74.300	105.457
Deduções s/ receitas:				
(-) Tributos s/ receita (PIS/COFINS)			(3.803)	(7.267)
Total			70.497	98.190

(\*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

## 23. Custos e despesas (receitas)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Custo dos serviços				
Compra de energia <sup>(1)</sup>	32.439	48.581	-	-
Custo da operação				
Serviços de terceiros	3.945	4.088	-	-
Seguros	205	210	-	-
Material de uso e consumo	354	1.047	-	-
Repactuação do risco hidrológico	2.141	2.048	-	-
Outros custos	10	229	-	-
	6.655	7.622	-	-
Depreciações e amortizações (Nota 12)	6.789	9.369	639	3.281
Encargos do uso do sistema de distribuição				
Tusd/Tust <sup>(2)</sup>	761	659	-	-
Taxa de fiscalização	128	126	-	-
	889	785	-	-
Total	46.772	66.357	639	3.281
Despesas				
Gerais e administrativas				
Pessoal e administradores	23.127	28.395	12.781	12.203
Serviços de terceiros <sup>(3)</sup>	29.718	14.520	21.243	9.920
Aluguéis e arrendamentos	603	512	99	181
Viagens	611	2.331	95	506
Seguros	7.837	4.878	756	308
Telefonia e TI	2.320	2.214	845	936
Material de uso e consumo	554	702	107	165
Penalidades contratuais e regulatórias (Nota 18)	(1.728)	61.083	-	-
Contingências cíveis e trabalhistas	25.232	28.286	25.489	18.357
Outras despesas	2.217	1.911	823	1.021
	90.491	144.832	62.238	43.597
Depreciações e amortizações (Nota 12)	5.925	6.798	5.292	6.089
Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado (Nota 12.9)	3.646	259.403	-	-
Outras (receitas) despesas líquidas				
Indenizações contratuais <sup>(4)</sup>	-	102.512	-	-
Penalidade Fiscal (nota 19.1)	-	89.318	-	89.318
Multa sobre ressarcimento (Nota 17.1)	17.593	33.601	-	-
Perda na desativação de bens e direitos (Nota 12.2)	2.624	7.698	986	958
Tusd/Tust <sup>(2)</sup>	19.828	25.265	-	-
Taxa de fiscalização	84	173	-	-
Licenças e estudos ambientais	829	3.325	-	-
Contrato oneroso (Nota 20)	(14.734)	(10.398)	-	-
Ganho na alienação de ativos	-	(3.482)	-	(3.482)
Reversão provisão para perda a valor recuperável de crédito de pis/cofins	(285)	(1.753)	-	-
Outras despesas (receitas)	(4.217)	2.986	(4.237)	498
	21.722	249.245	(3.251)	87.292
Total	121.784	660.278	64.279	136.978

- (1) Refere-se a aquisição de energia no mercado livre para revenda realizada pela Renova Comercializadora para honrar os compromissos assumidos nos contratos de venda de energia dos parques em atraso na sua operação comercial. Em dezembro de 2018, a Renova Comercializadora suspendeu seus contratos de compra e venda de energia e cedeu seus contratos de compra de energia com terceiro para a CEMIG GT e a LIGTHCOM. Em agosto de 2020 a Renova Comercializadora voltou a comprar energia para atender o contrato com a LIGHTCOM.
- (2) Tustd - tarifa de uso do sistema de distribuição e Tust - tarifa de uso do sistema de transmissão. Os valores de Tust registrados nas despesas estão relacionados ao Complexo Eólico Alto Sertão III, cujos parques eólicos encontram-se com suas obras de construção paralisadas. A partir de agosto de 2020 a ONS suspendeu a cobrança da Tust para os parques da Fase B.
- (3) A Companhia registra nessa rubrica gastos com consultoria, auditoria, advogados, publicação de balanços e limpeza e segurança dos parques eólicos. Em junho de 2019 a Companhia estornou o montante de R\$4.865 referente a provisões para as quais não havia expectativa de realização.
- (4) Ressarcimento em função da suspensão e cessão dos contratos de compra e venda de energia elétrica, reconhecidos no exercício findo em junho de 2019 (nota 26).

## 24. Resultado financeiro

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>Receitas financeiras</b>					
Rendimentos de aplicações financeiras e cauções		1.205	1.478	329	286
Outras receitas financeiras		(975)	3.310	(978)	2.958
(-) PIS/COFINS s/ receita financeira <sup>1</sup>		(92)	(1.796)	(64)	(56)
<b>Total das receitas financeiras</b>		<b>138</b>	<b>2.992</b>	<b>(713)</b>	<b>3.188</b>
<b>Despesas financeiras</b>					
Encargos da dívida	15.4	(56.438)	(134.731)	(12.134)	(27.637)
Juros - partes relacionadas	26	(6.787)	(74.090)	(6.237)	(36.450)
Juros		(4.269)	(39.946)	(2.705)	(3.364)
Fiança bancária para dívida		(219)	(20.874)	(219)	(15)
Comissões e outras penalidade (dívida)		-	(50.968)	-	(1.763)
IOF		(2.006)	(12.685)	(1.311)	(10.062)
Juros sobre obrigação de arrendamento	13	(5.354)	(5.356)	(2.180)	(2.841)
Outras despesas financeiras		(4.224)	(2.941)	(4.116)	(1.630)
		(79.297)	(341.591)	(28.902)	(83.762)
<b>Despesas financeira PRJ</b>					
Encargos da dívida <sup>2</sup>	15.4	61.860	(61.860)	3.005	(3.005)
Juros - partes relacionadas <sup>2</sup>	26	19.320	(19.320)	22.443	(22.443)
Juros <sup>2</sup>		13.139	(13.139)	1.451	(1.451)
Fiança bancária para dívida <sup>2</sup>		2.411	(2.411)	-	-
Comissões e outras penalidade (dívida) <sup>2</sup>		9.006	(9.006)	-	-
		105.736	(105.736)	26.899	(26.899)
<b>Total das despesas financeiras</b>		<b>26.439</b>	<b>(447.327)</b>	<b>(2.003)</b>	<b>(110.661)</b>
<b>Total do resultado financeiro</b>		<b>26.577</b>	<b>(444.335)</b>	<b>(2.716)</b>	<b>(107.473)</b>

- (1) Inclui PIS e COFINS sobre receita financeira apurada nas operações de mútuo com controladas que são eliminadas no consolidado.
- (2) De acordo com a sua política e com o Pronunciamento Técnico CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", a Companhia atualizou o saldo dos seus passivos provisionando os juros com base nas premissas existentes nos contratos vigentes anteriores a 16 de outubro de 2019, data do deferimento do pedido de recuperação judicial. Com a aprovação do plano de recuperação judicial esses valores foram revisados e atualizados conforme previsto no referido plano.

## 25. Imposto de renda e contribuição social

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	23.805	(1.006.931)	22.434	(1.014.058)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(8.094)	342.357	(7.628)	344.780
<u>Exclusões (adições) permanentes</u>				
Despesas não dedutíveis	(3.404)	(17.585)	(3.257)	(1.125)
Resultado da equivalência patrimonial	32.398	(22.389)	31.180	(260.551)
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	3.798	4.873	-	-
Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre:				
Provisões temporárias	25.132	(95.729)	9.093	(49.869)
Prejuízo fiscal e base negativa	(51.201)	(204.400)	(29.388)	(33.235)
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	<u>(1.371)</u>	<u>7.127</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Taxa efetiva	6%	1%	-	-

A controladora não apurou lucro tributável nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e possui saldo de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, nos montantes a seguir para os quais não foram constituídos tributos diferidos:

	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo fiscal do exercício	(86.435)	(97.751)
Utilização de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores	7.253	-
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores	<u>(911.806)</u>	<u>(814.060)</u>
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	<u>(990.988)</u>	<u>(911.811)</u>

## 26. Transações com partes relacionadas

### 26.1. Controladora

	Controladora							
	Ativo		Passivo		Resultado financeiro		Despesa	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>Mútuo<sup>(1)</sup></b>								
Energética Serra da Prata S.A.	-	-	63.770	65.757	792	(3.624)	-	-
Renova Comercializadora de Energia S.A. - em recuperação judicial	-	-	874	884	14	(22.294)	-	-
Chipley SP Participações S.A. - em recuperação judicial	-	-	278.554	199.777	2.867	(10.029)	-	-
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - em recuperação judicial	-	191	-	-	-	-	-	-
Renova Comercializadora de Energia S.A. - em recuperação judicial	36.889	898	-	-	-	-	-	-
Diamantina Eólica Participações S.A. - em recuperação judicial	2.019	-	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - em recuperação judicial	1	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	38.909	1.089	343.198	266.418	3.673	(35.947)	-	-
<b>Partes relacionadas<sup>(5, 6, 7)</sup></b>								
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	-	-	750.320	728.266	4.256	(13.667)	-	-
Ricardo Lopes Delneri	-	-	174.704	-	5.380	-	-	-
Renato do Amaral Figueiredo	-	-	97.748	-	2.897	-	-	-
CG I Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	-	-	-	287.557	-	(9.279)	-	-
LIGHT COM Comercializadora de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	1.022.772	1.015.823	12.533	(22.946)	-	-
<b>Rateio de despesa<sup>(2)</sup></b>								
Energética Serra da Prata S.A.	258	1.053	-	-	-	-	(3.271)	(3.496)
Renova Comercializadora de Energia S.A. - em recuperação judicial	514	150	-	-	-	-	(1.560)	(2.753)
Controladas - LER 2013	5.734	2.948	-	-	-	-	(2.786)	(1.655)
Controladas - ACL (Mercado livre I)	427	218	-	-	-	-	(209)	(248)
Controladas - ACL (Light I)	8.803	4.179	-	-	-	-	(4.624)	(2.645)
Controladas - ACL (Light II)	5.570	3.787	-	-	-	-	(1.783)	(2.126)
Controladas - ACL (Mercado livre II)	2.971	2.017	-	-	-	-	(954)	(1.133)
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	1.518	-	-	-	-	-	(1.518)	-
SF 120 Participações Societárias S.A.	187	-	-	-	-	-	(187)	-
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	84	-	-	-	-	-	(84)	-
Subtotal	26.066	14.352	-	-	-	-	(16.976)	(14.056)
Transferência para ativos mantidos para venda (nota 29.2)	(187)	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	25.879	14.352	-	-	-	-	(16.976)	(14.056)
<b>Adiantamento para futuro aumento de capital<sup>(3)</sup></b>								
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	-	-	5.000	5.000	-	-	-	-
Alto Sertão Participações S.A. - em recuperação judicial	99.830	51.952	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - em recuperação judicial	1.109	568	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - em recuperação judicial	1.210	570	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Alcauz S.A. - em recuperação judicial	1.695	694	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - em recuperação judicial	1.934	1.046	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Conquista S.A. - em recuperação judicial	1.311	594	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - em recuperação judicial	1.055	499	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Tingui S.A. - em recuperação judicial	1.307	759	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - em recuperação judicial	798	371	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Macambira S.A. - em recuperação judicial	1.429	675	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - em recuperação judicial	1.450	719	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - em recuperação judicial	1.674	551	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - em recuperação judicial	1.371	509	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - em recuperação judicial	583	267	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - em recuperação judicial	741	344	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Ico S.A. - em recuperação judicial	696	378	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - em recuperação judicial	1.079	275	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Calianira S.A. - em recuperação judicial	693	199	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - em recuperação judicial	614	243	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - em recuperação judicial	324	153	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - em recuperação judicial	375	191	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Itapua VII Ltda. - em recuperação judicial	1.876	993	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - em recuperação judicial	13.422	2.340	-	-	-	-	-	-
Outras participações	1.174	675	-	-	-	-	-	-
Subtotal	137.750	65.565	5.000	5.000	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>202.538</b>	<b>81.006</b>	<b>1.370.970</b>	<b>1.287.241</b>	<b>16.206</b>	<b>(58.893)</b>	<b>(16.976)</b>	<b>(14.056)</b>

## 26.2. Consolidado

	Consolidado								
	Ativo	Passivo		Receita		Custo	Despesa	Resultado financeiro	
	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
CEMIG Geração e Transmissão S.A.									
Contas a receber de clientes (venda de energia) <sup>(4)</sup>	5	-	-	7.070	-	-	-	-	-
Fornecedores	-	-	-	-	-	(4.447)	-	-	-
TARD <sup>(5)</sup>	-	707.189	718.232	-	-	-	(62.575)	11.043	(61.162)
Adiantamento para futuro aumento de capital <sup>(7)</sup>	-	5.000	5.000	-	-	-	-	-	-
Outras operações com partes relacionadas <sup>(7)</sup>	-	43.131	10.033	-	-	-	-	(6.787)	(41)
Total	5	755.320	733.265	7.070	-	(4.447)	(62.575)	4.256	(61.203)
TARD <sup>(6)</sup>									
Ricardo Lopes Delheri	-	174.704	-	-	-	-	-	5.380	-
Renato do Amaral Figueiredo	-	97.748	-	-	-	-	-	2.897	-
CG I Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	-	-	287.557	-	-	-	-	-	(9.279)
LIGHT COM Comercializadora de Energia									
Contas a receber de clientes (venda de energia) <sup>(4)</sup>	-	-	-	-	18.147	-	-	-	-
Fornecedores (compra de energia)	-	-	-	-	-	(2.278)	-	-	-
Adiantamentos para compra de energia	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.400)
TARD <sup>(6)</sup>	-	-	-	-	-	-	(39.937)	-	(16.528)
Total	-	-	-	-	18.147	(2.278)	(39.937)	-	(22.928)
CLIME Trading Comercilaizadora de Energia Ltda.									
Contas a receber de clientes (venda de energia)	43	-	-	-	18.478	-	-	-	-
Fornecedores (compra de energia)	-	-	-	-	-	(16.944)	-	-	-
Total	43	-	-	-	18.478	(16.944)	-	-	-
	48	1.027.772	1.020.822	7.070	36.625	(23.669)	(102.512)	12.533	(93.410)

- Continua -

- Continuação -

	Consolidado		
	Ativo	Passivo	
	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Apresentados como:			
<u>Circulante</u>	48	43.131	848.138
Ativo			
Contas a receber de clientes (Nota 8)	48	-	-
Passivo			
Partes relacionadas (Nota 26)	-	43.131	848.138
<u>Não circulante</u>	-	984.641	172.684
Passivo			
Partes relacionadas (Nota 26)	-	984.641	172.684
Total	48	1.027.772	1.020.822

### 26.3. Movimentação

	Consolidado	Controladora	
	Passivo	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2018	621.020	1.220	527.981
Adição	306.392	83.535	1.207.681
Amortização	-	(7.780)	(507.314)
Capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital e rateio de despesas	-	(6.424)	-
Encargos financeiros provisionados	93.410	-	58.893
Reclassificação de ativos mantidos para venda	-	10.455	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.020.822	81.006	1.287.241
Adição	26.311	126.981	129.264
Amortização	-	(5.262)	(22.501)
Encargos financeiros provisionados	(12.533)	-	(16.206)
Reclassificação para outras contas a pagar	(6.828)	-	(6.828)
Transferência para ativos mantidos para venda (nota 29.2)	-	(187)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.027.772	202.538	1.370.970



## 26.4. Resumo das operações

As principais condições relacionadas as operações entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

- (1) Mútuos realizados com as controladas com o objetivo de suprir a necessidade de caixa da controladora. Esses contratos estão sujeitos a atualização pela TR (TJLP, acrescido de juros de 0,25% a.a, até março de 2020).
- (2) Reembolso de despesas a receber das controladas, no âmbito do contrato de rateio firmado entre as partes. Essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia centralizados na Companhia.
- (3) Adiantamento para futuro aumento de capital realizado pela controladora para as controladas e pela CEMIG GT na Companhia.
- (4) Operação de compra e venda de energia, no âmbito dos contratos firmados entre as partes, conforme segue:
  - a. Contrato Light I, com fornecimento de energia para a LIGHTCOM e para a CEMIG GT até agosto de 2035.
    - i. Em 21 de setembro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a proposta realizada pela CEMIG GT para a suspensão das obrigações previstas no contrato até o início da operação comercial dos empreendimentos destinados ao Ambiente de Contratação Livre, previsto para dezembro de 2022.
    - ii. Em 10 de outubro de 2019 a controlada Renova Comercializadora e LIGHTCOM assinaram o 4º termo aditivo ao contrato de compra e venda de energia elétrica (Light I) para dentre outros assuntos: i) suspender o fornecimento da energia elétrica contratada para o período de 1º de janeiro de 2020 a 31 de julho de 2020; ii) alterar os volumes de energia elétrica contratada a serem disponibilizados durante o período de suprimento; e iii) alterar o preço da energia elétrica contratada.
- (5) TARDs CEMIG – Termos de acordo e reconhecimento de dívida firmados entre a CEMIG GT e a Renova Comercializadora, referentes aos adiantamentos recebidos, no âmbito dos contratos de Compra e Venda de Energia cancelados ou suspensos, conforme segue:

	TARD 047/2016	TARD 001/2017	TARD 002/2017	TARD 001/2018
Contrato de fornecimento de energia	25/03/2014 - PPA CEMIG	23/12/2013 - Lote 2	23/12/2013 - Lote 2	23/12/2013 - Lote 1
Data do recebimento	15 de dezembro de 2015	14 de junho de 2016	setembro e outubro de 2016	fevereiro, abril e maio de 2018
Valor recebido	R\$ 60.000	R\$ 94.000	R\$ 118.000	R\$ 55.880
Cessão/Ressarcimento	-	-	-	R\$ 51.879
Data da assinatura	27 de outubro de 2016	24 de novembro de 2017	24 de novembro de 2017	3 de agosto de 2018
Atualização*	155% do CDI	155% do CDI	155% do CDI	155% do CDI
Saldos em 31 de dezembro de 2020	R\$ 100.592	R\$ 144.475	R\$ 170.012	R\$ 120.226

	TARD 001/2019	TARD 002/2019	TARD 004/2019	Total
Contrato de fornecimento de energia	23/12/2013 - Lote 1	23/12/2013 - Lote 1	Cessão dos contratos de compra e venda de energia	-
Data do recebimento	-	janeiro a outubro de 2019	-	-
Valor recebido	-	R\$ 83.300	-	R\$ 411.180
Cessão/Ressarcimento	R\$ 10.196	R\$ 45.987	R\$ 16.589	R\$ 124.651
Data da assinatura	20 de fevereiro de 2019	20 de fevereiro de 2019	30 de abril de 2019	-
Atualização*	155% do CDI	155% do CDI	155% do CDI	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	R\$ 10.957	R\$ 143.510	R\$ 17.417	R\$ 707.189

- (6) TARDs Ricardo Lopes Delneri e Renato do Amaral Figueiredo – Termos de acordo e reconhecimento de dívida firmados originalmente entre a LIGHTCOM e a Renova Comercializadora, referentes aos adiantamentos recebidos, no âmbito dos contratos de Compra e Venda de Energia cancelados ou suspensos, conforme segue:

	TARD 001/2019	TARD 002/2019	Total
Contrato de fornecimento de energia	23/12/2013 - Lote 1	23/12/2013 - Lote 1	-
Data do recebimento	fevereiro a julho de 2018	julho de 2018 a março de 2019	
Valor recebido	R\$ 50.467	R\$ 71.545	R\$ 122.012
Cessão/Ressarcimento	R\$ 102.220	R\$ 15.063	R\$ 117.283
Data da assinatura do TARD	22/03/2019	10/10/2019	-
Atualização*	155% do CDI	155% do CDI	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	R\$ 168.461	R\$ 110.819	R\$ 279.280

(\*) os valores foram atualizados desde a data dos respectivos recebimentos até a data do pedido de recuperação judicial.

Conforme fato relevante divulgado em 13 de outubro de 2019, a Lightcom Comercializadora de Energia S.A., subsidiária da Light Energia S.A. celebrou um Termo de Cessão por meio do qual cedeu todos os créditos detidos contra a Renova Energia para o acionista CG I, que posteriormente foram cedidos para os acionistas Ricardo Lopes Delneri e Renato do Amaral Figueiredo, na proporção de 65% e 35%.

Em 21 de dezembro de 2020, o acionista Ricardo Lopes Delneri cedeu parte dos seus créditos para terceiros. Assim o montante de R\$6.828 foi reclassificado para a rubrica de outras contas a pagar (Nota 18).

Conforme plano de recuperação judicial, os créditos detidos por credores partes relacionadas poderão ser quitados da seguinte forma:

- Durante os primeiros 24 meses contados da data de homologação, e desde que observada a Cláusula 6.1.2 do plano de recuperação de judicial, poderão converter, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, parte ou a integralidade de seus créditos concursais ou créditos extraconcursais em capital social da Companhia. O preço de emissão das ações que resultarem da conversão dos créditos em capital social será equivalente ao preço médio de fechamento das ações da Companhia na B3 apurado nos 30 dias anteriores à data do pedido de recuperação judicial (nota 32.2).

Os créditos serão corrigidos a 100% da variação do CDI, a partir da data de homologação até a data da sua conversão em ações.

- Decorrido o prazo de 24 meses contados da data de homologação, os créditos não poderão mais ser convertidos em capital da Companhia. Eventuais saldos de créditos concursais serão pagos por meio de debêntures emitidas pela Renova Energia e não conversíveis em capital social.

Essas Debêntures terão vencimento em 60 dias contados da data de quitação integral dos Credores Concursais e Extraconcursais e, em nenhuma hipótese serão total ou parcialmente amortizadas ou serão objeto de compensação antes da quitação integral dos demais credores concursais. Serão remuneradas a 100% do CDI, desde a data de homologação.

A CEMIG, em razão das garantias fiduciárias que detém, terá direito à amortização parcial antecipada dessas debêntures fazendo jus ao recebimento de valor equivalente a 10% (dez por cento) dos recursos líquidos obtidos com a alienação das UPIs Projetos em Desenvolvimento. E ainda, poderá optar por não receber debêntures e, nesse caso, se realizará aditamento aos seus atuais instrumentos de dívida.

#### Garantias às antecipações e aos TARDs

O saldo devedor das antecipações e dos TARDs mencionados acima são garantidos da seguinte forma:

- alienação fiduciária de 30% das ações da Chipley de titularidade da Controladora (Nota 15.6.d);

- (ii) cessão fiduciária de 30% do fluxo dividendos e/ou de juros sobre capital próprio limitados a R\$35.000 anuais da Chipley.
- (iii) cessão fiduciária sobre 30% dos recebíveis oriundos da venda das ações da Chipley de titularidade da Controladora e alienadas na forma do item (i) acima (Nota 14.6.d);
- (iv) alienação fiduciária sobre a integralidade das ações da Bahia Holding e sobre 49,9% das ações da Ventos de São Cristóvão;
- (v) cessão fiduciária sobre as sobras do produto da execução das garantias representadas pelos itens (i) e (iv) acima.

(7) Outras operações com partes relacionadas:

Entre novembro de 2019 e janeiro de 2020 a Companhia firmou contratação de empréstimos do tipo *debtor-in-possession* (“DIP”) junto à CEMIG, necessários para suportar as despesas de manutenção das atividades da Companhia e suas controladas, após a devida autorização do juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, no processo de recuperação judicial nº 110325754.2019.8.26.0100. O resumo dessas contratações está apresentado a seguir:

	DIP	DIP 2	DIP 3	Total
Data	25/11/2019	27/12/2019	27/01/2020	
Valor	10.000	6.500	20.000	36.500
Atualização	100%DI + 1,083% a.a.	100%DI + 1,5% a.a.	100%DI + 1,5% a.a.	
Vencimento	31/07/2020	31/07/2020	31/07/2020	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	11.863	7.684	23.584	43.131

O vencimento dos DIPs ocorreu em 31 de julho de 2020, e como o pagamento não foi efetuado, o montante devido está sendo remunerado pelas taxas apresentadas no quadro acima acrescidos de juros de mora de 1% ao mês sobre o referido valor em atraso e multa moratória de 0,3% ao dia limitada 10% sobre o valor total devido, conforme previsto em contrato. São garantias dessa operação fiança e alienação fiduciária de 73% das ações da controlada SF120 Participações S.A.

Adicionalmente, em 25 de outubro de 2019 a acionista Cemig GT aportou R\$5.000 como adiantamento para futuro aumento de capital na Companhia.

Em 24 março de 2020 a Companhia emitiu o Instrumento particular de escritura da 4ª emissão privada de debêntures não conversíveis em ações, no valor de R\$51.000, subscritas pela parte relacionada Chipley (Nota 15.6.e).

## 26.5 Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração para os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcançou o montante de R\$10.281 e R\$7.743, respectivamente, valores compostos somente por benefícios de curto prazo.

## Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal

	31/12/2020					
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Número de membros remunerados	2,00	2,92	4,92	3,00	4,42	12,34
Remuneração fixa acumulada	2.594	3.055	5.649	403	474	6.526
Salário ou pró-labore	1.820	2.020	3.840	336	395	4.571
Benefícios diretos e indiretos	204	354	558	-	-	558
Outros	570	681	1.251	67	79	1.397
Gratificações fixas	47	-	47	-	-	47
Encargos decorrentes da remuneração fixa	523	681	1.204	67	79	1.350
Remuneração variável acumulada	1.345	1.039	2.384	-	-	2.384
Bônus	335	220	555	-	-	555
Provisão Programa de participação no resultado	1.010	819	1.829	-	-	1.829
Benefícios pós emprego	-	6	6	-	-	6
Benefícios motivados pela cessação do cargo	753	612	1.365	-	-	1.365
Valor total da remuneração por órgão	4.692	4.712	9.404	403	474	10.281

	31/12/2019					
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Número de membros remunerados	2,92	1,25	4,17	2,50	4,92	11,59
Remuneração fixa acumulada	3.469	1.183	4.652	272	491	5.415
Salário ou pró-labore	2.405	783	3.188	227	409	3.824
Benefícios diretos e indiretos	332	125	457	-	-	457
Outros	732	275	1.007	45	82	1.134
Gratificações fixas	37	-	37	-	-	37
Encargos decorrentes da remuneração fixa	695	275	970	45	82	1.097
Remuneração variável acumulada	836	607	1.443	-	-	1.443
Bônus	44	27	71	-	-	71
Provisão Programa de participação no resultado	792	580	1.372	-	-	1.372
Benefícios pós emprego	6	-	6	-	-	6
Benefícios motivados pela cessação do cargo	840	39	879	-	-	879
Valor total da remuneração por órgão	5.151	1.829	6.980	272	491	7.743

## Remuneração média acumulada da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal

	31/12/2020				31/12/2019			
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de membros	2,00	2,92	3,00	4,42	2,92	1,25	2,50	4,92
Valor da maior remuneração individual	2.882	2.225	173	109	1.897	1.388	115	105
Valor da menor remuneração individual	1.488	2.225	115	109	1.693	1.388	67	105
Valor médio de remuneração individual	2.346	1.615	134	107	1.288	915	54	70

Foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de julho de 2020, o montante de até R\$10.487 para a remuneração global dos administradores referente ao período de maio de 2020 a abril de 2021.

No desligamento dos membros da diretoria, além dos benefícios definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil, a Companhia poderá efetuar o pagamento de bônus ou gratificação pela cessação do exercício do cargo, conforme o caso.

## 27. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações com as contrapartes sejam feitas.

### a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil, que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, clientes, partes relacionadas, cauções e depósitos vinculados e fornecedores. Para empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, os saldos contábeis diferem do valor justo.

	Consolidado			
	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>Ativos financeiros</b>				
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	10.237	1.106	10.237	1.106
Aplicações financeiras	37.914	4.953	37.914	4.953
Contas a receber de clientes	4.220	3.641	4.220	3.641
<b>Não circulante</b>				
Aplicações financeiras	296	6.360	296	6.360
Cauções e depósitos vinculados	-	11.502	-	11.502
<b>Passivos financeiros</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	45.492	345.579	45.492	345.579
Empréstimos e financiamentos	380.461	1.506.999	380.461	1.506.999
Partes relacionadas	43.131	848.138	43.131	848.138
<b>Não circulante</b>				
Fornecedores	301.826	-	301.826	-
Empréstimos e financiamentos	1.082.641	55.299	1.082.641	55.299
Partes relacionadas	984.641	172.684	984.641	172.684

	Controladora			
	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	10.070	76	10.070	76
Aplicações financeiras	-	5	-	5
Contas a receber de clientes	150	26	150	26
Partes relacionadas	25.879	14.352	25.879	14.352
Não circulante				
Aplicações financeiras	296	6.360	296	6.360
Partes relacionadas	176.659	66.654	176.659	66.654
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	9.485	46.165	9.485	46.165
Empréstimos e financiamentos	380.348	368.662	380.348	368.662
Partes relacionadas	43.131	848.138	43.131	848.138
Não circulante				
Fornecedores	44.067	-	44.067	-
Debêntures privadas	51.137	-	51.137	-
Partes relacionadas	1.327.839	439.103	1.327.839	439.103

#### b) Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	Consolidado			
	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	10.237	-	1.106	-
Aplicações financeiras	37.914	-	4.953	-
Contas a receber de clientes	-	4.220	-	3.641
Não circulante				
Aplicações financeiras	296	-	6.360	-
Cauções e depósitos vinculados	-	-	-	11.502
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	45.492	-	345.579
Empréstimos e financiamentos	-	380.461	-	1.506.999
Partes relacionadas	-	43.131	-	848.138
Não circulante				
Fornecedores	-	301.826	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	1.082.641	-	55.299
Partes relacionadas	-	984.641	-	172.684

	Controladora			
	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	10.070	-	76	-
Aplicações financeiras	-	-	5	-
Contas a receber de clientes	-	150	-	26
Partes relacionadas	-	25.879	-	14.352
Não circulante				
Aplicações financeiras	296	-	6.360	-
Partes relacionadas	-	176.659	-	66.654
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	9.485	-	46.165
Empréstimos e financiamentos	-	380.348	-	368.662
Partes relacionadas	-	43.131	-	848.138
Não circulante				
Fornecedores	-	44.067	-	-
Debêntures privadas	-	51.137	-	-
Partes relacionadas	-	1.327.839	-	439.103

### c) Mensuração pelo valor justo

Os quadros a seguir demonstram a hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos do Grupo Renova:

Consolidado				
Descrição	Saldo em 31/12/2020	Valor justo em 31 de dezembro de 2020		
		Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos				
Aplicações financeiras	38.210	38.210	-	-
Consolidado				
Descrição	Saldo em 31/12/2019	Valor justo em 31 de dezembro de 2019		
		Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos				
Aplicações financeiras	11.313	11.313	-	-

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.



Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Para 31 de dezembro de 2020 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não houve transferências entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2 nem entre o nível 3 e nível 2.

#### **d) Risco de Mercado**

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia e suas controladas apresentados na Nota 15, possuem como contrapartes o BNDES, Bradesco, Citibank, BTG, Itaú, ABC, Modal e dívidas com partes relacionadas. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas possuíam risco de mercado associado ao CDI.

#### **e) Análise de sensibilidade (Consolidado)**

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas na data base de 31 de dezembro de 2020, foram adotadas as seguintes premissas:

- definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia, e que é referenciado por fonte externa independente (Cenário I);
- definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente); e
- apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia e suas controladas.

Os saldos apresentados nos quadros a seguir contemplam os valores consolidados.

Risco	Operação	Cenário I - Cenário Provável	Cenário II - variação de 25%	Cenário III - variação de 50%
Baixa do CDI	Aplicações financeiras:	38.210	38.210	38.210
	Taxa anual estimada do CDI para 2021	3,00%	2,25%	1,50%
	Efeito anual nas aplicações financeiras:			
	Perda	-	-	(91)
Alta do CDI	Outros empréstimos curto prazo:	1.239.723	1.239.723	1.239.723
	Partes relacionadas:	1.027.772	1.027.772	1.027.772
	Taxa anual estimada do CDI para 2021	3,00%	3,75%	4,50%
	Perda anual nos outros empréstimos e partes relacionadas	(26.078)	(43.858)	(61.638)

Para as aplicações financeiras o cenário provável considera as taxas futuras da SELIC, que é base para determinação da taxa CDI, conforme expectativas obtidas junto ao Banco Central do Brasil, com horizonte de um ano, 3%. Os cenários II e III consideram uma redução dessa taxa em 25% (2,25% a.a.) e 50% (1,50% a.a.), respectivamente. Estas projeções também são realizadas para os outros empréstimos e operações com partes relacionadas que são vinculados a taxa CDI as quais foram projetadas nos cenários II e III considerando um aumento dessa taxa em 25% (3,75% a.a.) e 50% (4,50% a.a.).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

#### **f) Risco de Liquidez**

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e suas controladas em liquidarem as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia e suas controladas em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia e suas controladas são apresentadas na Nota 15.

A Administração da Companhia e suas controladas somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Em 18 de dezembro de 2020 os planos de recuperação judicial da Companhia e determinadas controladas foram aprovados, permitindo alinhar a capacidade de pagamento das dívidas à geração de recursos, conforme apresentado na Nota 1.3. Assim a Administração entende que, com o sucesso do plano de recuperação judicial e das medidas mencionadas na referida Nota, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Companhia.

##### **f.1. Tabela do risco de liquidez e juros**

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício.

Instrumentos a taxa de juros	Consolidado				Total
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	
Classe I	7	475	19.627	-	20.109
Classe II	-	100	158.049	893.914	1.052.063
Classe III	1.476	4.063	221.956	349.761	577.256
Classe IV	-	508	3.485	-	3.993
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	380.348	-	-	-	380.348
Debêntures	-	-	51.137	-	51.137
Total	381.831	5.146	403.117	1.243.675	2.033.769

#### g) *Risco de crédito*

O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de clientes.

Ativos financeiros	Nota	Valor contábil		
		Consolidado		Controladora
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
Circulante				
Contas a receber de clientes	8	4.220	3.641	26

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega a confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas preconizadas pela Administração. A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros de proteção patrimonial, pois acredita que os riscos aos quais estão ordinariamente expostos seus ativos e passivos compensam-se entre si no curso natural das suas atividades. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

#### h) *Gestão de capital*

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Dívida de empréstimos, financiamentos e partes relacionadas	(2.490.874)	(2.583.223)
Patrimônio líquido negativo	(1.107.637)	(1.130.428)
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	48.447	12.419
Dívida líquida + Patrimônio líquido negativo	(3.550.064)	(3.701.232)

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Administração acredita que a Companhia, os Planos aprovados em 18 de dezembro de 2020 fornecerão condições para a recuperação econômica e operacional das empresas do Grupo Renova.

#### **i) Risco hidrológico**

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), cada usina hidrelétrica, incluindo as da Espira, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia contratada, poderá resultar em uma exposição dos respectivos CCVE-PROINFA das usinas da Companhia, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-o entre todas as usinas vinculadas ao MRE. As três PCHs da controlada indireta, Espira, optaram pela repactuação do risco hidrológico tendo como contrapartida o pagamento de prêmio, mitigando assim suas eventuais exposições contratuais.

## **28. Lucro (prejuízo) por ação**

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado.

De acordo com o estatuto social da Companhia as ações preferenciais possuem participação nos lucros distribuídos em igualdade com as ações ordinárias.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos lucros (prejuízos) básico e diluído por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	22.434	(1.014.058)
<u>Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação:</u>		
Média ponderada das ações ordinárias e preferenciais disponíveis (em milhares)	41.720	41.720
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (em R\$)	<u>0,54</u>	<u>(24,31)</u>

## 29. Ativos classificados como mantidos para venda

Conforme mencionado na Nota 1.3, os planos de recuperação judicial preveem a alienação da UPI Brasil PCH, UPI Mina de Ouro, UPI Enerbras e UPI AS III Fase B. Assim, em 31 de dezembro de 2020, os ativos e passivos relacionados a essas UPIs e a outros projetos em desenvolvimento foram classificados como ativos mantidos para venda e passivo diretamente associados a ativos mantidos para a venda.

### 29.1 Controladora

Ativos classificados como mantidos para venda	31/12/2020
Enerbras Centrais Elétricas S.A.	152.775
Projetos eólicos em desenvolvimento	39.691
Total	192.466
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	31/12/2020
Arrendamentos a pagar	13.946

### 29.2 Consolidado

#### Balanço patrimonial

	SF 120 - Mina de Ouro	Fase B	Projetos em desenvolvimento	Brasil PCH	Enerbras	Total
<b>ATIVOS</b>						
<b>CIRCULANTES</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	6.895	6.895
Aplicações financeiras	-	-	-	-	15.786	15.786
Contas a receber de clientes	-	-	-	-	4.395	4.395
Impostos a recuperar	-	-	-	-	35	35
Despesas antecipadas	-	-	-	-	157	157
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	-	8	8
Total dos ativos circulantes	-	-	-	-	27.276	27.276
<b>NÃO CIRCULANTES</b>						
Cauções e depósitos vinculados	-	-	-	-	11.813	11.813
Tributos diferidos	-	-	-	-	1.069	1.069
Partes relacionadas	-	-	-	-	79.244	79.244
Investimento	-	-	-	515.500	-	515.500
Imobilizado	14.422	114.062	98.886	-	147.084	374.454
Total dos ativos não circulantes	14.422	114.062	98.886	515.500	239.210	982.080
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>	14.422	114.062	98.886	515.500	266.486	1.009.356

	SF 120 - Mina de Ouro	Fase B	Projetos em desenvolvimento	Enerbras	Total
<b>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
<b>CIRCULANTES</b>					
Fornecedores	-	-	-	331	331
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	15.537	15.537
Impostos a recolher	-	-	-	214	214
Contas a pagar - Eletrobras	-	-	-	3.640	3.640
Dividendos a pagar	-	-	-	20.285	20.285
Partes relacionadas	187	-	-	258	445
Outras contas a pagar	-	-	-	1.314	1.314
Arrendamentos a pagar	44	14	3.091	264	3.413
Total dos passivos circulantes	231	14	3.091	41.843	45.179
<b>NÃO CIRCULANTES</b>					
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	50.069	50.069
Contas a pagar - Eletrobras	-	-	-	12.432	12.432
Arrendamentos a pagar	644	229	10.780	8.616	20.269
Outras contas a pagar	-	-	-	751	751
Total dos passivos não circulantes	644	229	10.780	71.868	83.521
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	12.568	-	-	152.775	165.343
<b>TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	13.443	243	13.871	266.486	294.043

Classificados como:

Ativos classificados como mantidos para venda

Passivos diretamente associados a ativos mantidos para a venda<sup>(\*\*)</sup>

31/12/2020

930.112

107.970

(\*\*) O saldo dos passivos diretamente associados a ativos mantidos para a venda difere do total dos passivos apresentados no balanço patrimonial acima devido as eliminações das transações com partes relacionadas entre as companhias classificadas como mantidas para venda e a Renova Energia, no valor total de R\$20.730.

Demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

<b>Lucro (prejuízo) dos ativos classificados como mantidos para venda</b>	Enerbras	SF120
Receita	47.128	-
Custos e despesas	(17.140)	(73)
Lucro antes dos impostos	29.988	(73)
Resultado financeiro	(7.442)	-
Imposto de renda e contribuição social	(1.327)	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	21.219	(73)
<b>Fluxo de caixa dos ativos classificados como mantidos para venda</b>		
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	23.879	(73)
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento	(12.956)	(114)
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento	(4.165)	187
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	6.758	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	137	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6.895	-
Aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa	6.758	-

### 30. Cobertura de Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm seguros para determinados bens do ativo imobilizado bem como para responsabilidade civil e outras garantias contratuais. O resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

Risco de operação			
Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Fim
Riscos operacionais	R\$ 74.116	25/10/2016	25/10/2021
Responsabilidade civil	R\$ 30.000	25/10/2016	25/10/2021

Risco de administração e portfólio			
Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Fim
Seguros de responsabilidade civil geral de administradores – D&O	R\$ 50.000	31/01/2018	31/01/2022
Seguro empresarial dos escritórios	R\$ 3.850	07/11/2018	07/11/2022
Seguro de riscos diversos – equipamentos	R\$ 915	07/11/2019	07/11/2021

Risco de construção			
Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Fim
Garantia executante construtor (LER 2014)	R\$ 5.334	17/04/2019	18/04/2022
Garantia executante construtor (LER 2013)	R\$ 19.050	15/03/2018	13/05/2021
Garantia executante construtor (LIGHT I)	R\$ 34.460	28/04/2014	31/01/2022
Garantia executante construtor (LIGHT II)	R\$ 40.560	19/09/2014	31/01/2022
Garantia executante construtor (Mercado livre II)	R\$ 20.520	07/03/2013	31/01/2022
Responsabilidade civil	R\$ 20.000	14/11/2014	27/03/2021
Risco de engenharia	R\$ 2.523.189	14/11/2014	27/09/2021

### 31. Transações não envolvendo caixa

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2020	31/12/2019 (reapresentado)	31/12/2020	31/12/2019 (reapresentado)
Contingências x Outras contas a pagar	1.2 e 19	(77.865)	-	(62.531)	-
Ajuste de avaliação patrimonial	11.3.1	357	(16.414)	357	(16.414)
Capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	11.3.2	-	-	-	5.669
Aumento de capital em controladas com rateio de despesas	11.3.2	-	-	-	755
Aumento de capital em controlada com assunção de dívida com partes relacionadas	11.3.2 e 26.3	-	-	-	524.039
(Aumento) redução de capital em controladas com ativo imobilizado	12.4	-	-	(45.867)	5.119
Direito de uso - arrendamento	12	432	44.573	(1.575)	23.044
Imobilizado - capitalização da folha de pagamento	12	3.034	3.552	2.004	3.552
Efeito da conciliação imobilizado - fornecedor	12.2	-	7.543	-	(6.715)
Empréstimos pagos por parte relacionada	15	-	(15.892)	-	-
Depósitos judiciais x Contingências	19	(6.392)	(14.552)	(6.392)	(14.552)



## 32. Eventos subsequentes

### 32.1 Leilão UPI Fase B

Em 11 de fevereiro de 2021, o PSS Principal Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, gerido pela Prisma Capital Ltda., sagrou-se vencedor do processo competitivo para a alienação da UPI Fase B prevista no plano de recuperação judicial do Grupo Renova, pendente de homologação do Processo Competitivo pelo Juiz 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Fórum Central da Comarca de São Paulo, onde tramita o Processo de Recuperação Judicial do Grupo Renova.

A oferta apresentada para a aquisição da UPI Fase B, que conta com os ativos e direitos do Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase B, foi no valor de R\$ 58.386, 16,77% maior que o valor mínimo previsto no plano.

Em 02 de março de 2021, foi assinado o contrato de compra e venda de ações da UPI Fase B, nos termos previstos no Edital da referida UPI e no Plano de Recuperação Judicial do Grupo Renova, sujeita a implementação das condições suspensivas usuais de mercado. A Transação tem como objetivo transferir à sociedade Ventos Altos Energias Renováveis Ltda., subsidiária do PSS Principal Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, determinados ativos e direitos do Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase B.

### 32.2 Aumento de capital

Em 01 de março de 2021, o Conselho de Administração aprovou o aumento do capital social da Companhia, por subscrição privada de ações, dentro do limite do capital autorizado, de forma a efetivar o 1º Processo de Aumento de Capital e Conversão, nos termos da cláusula 14.1.1 do plano de recuperação judicial da Companhia e demais Sociedades Consolidadas, e da cláusula 12.1.1 do plano de recuperação judicial” da controlada Alto Sertão Participações S.A. – em Recuperação Judicial e demais sociedades que integram a Fase A do Projeto Alto Sertão III. O aumento de capital foi aprovado com o valor de até R\$ 1.420.786, sendo admitida a homologação parcial, caso o valor subscrito seja igual ou superior a R\$ 332.416, que corresponde ao valor dos créditos a serem capitalizados nos termos dos planos. O aumento de capital e o seu valor definitivo estão sujeitos a homologação pelo Conselho de Administração, após encerrados os prazos de exercício do direito de preferência e de subscrição de sobras pelos titulares de direitos de subscrição.

### 32.3 Recebimento do DIP

Conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia, em 05 de março de 2021, o Grupo Renova recebeu o montante de R\$ 362.465 provenientes do empréstimo DIP contratado pela controlada Chipley, com coobrigações da Companhia e da controlada da Renovapar, por meio de uma Cédula de Crédito Bancário estruturada pela Quadra Gestão de Recursos S.A. e emitida em favor da QI Sociedade de Crédito Ltda., conforme previsto e autorizado no âmbito do Processo de Recuperação Judicial do Grupo Renova em trâmite perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo/SP. O recebimento desse recurso permitirá a retomada das obras para conclusão da implantação e entrada em operação comercial do Complexo Eólico Alto Sertão III Fase A.

\* \* \*

Marcelo José Milliet  
Diretor Presidente e de Relação com Investidores

Gustavo Henrique Simões dos Santos  
Diretor Vice-Presidente Jurídico, Regulação e de  
Relações Institucionais

Gina Abreu Batista dos Santos  
Contadora CRC 027321-O-BA